



Câmara Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ilhavo

geralcmi@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 600

NIPC: 506 920 887

DELIBERAÇÃO

Reunião de Câmara de 2025/04/15

Deliberação n.º 184/2025	U. O. PRESIDÊNCIA	NIPG.
Assunto: Relatório e Contas e Aplicação de Resultados de 2024		

Que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais prevê no seu art.º 33 n.º 1 alínea i), que compete à Câmara Municipal, “Elaborar e aprovar ... os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal”

Que a alínea ccc) do mesmo n.º e artigo refere que compete à Câmara Municipal “Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta”.

Que a mesma lei consagra no seu art.º 25 n.º 2 alínea l) que compete ainda à assembleia municipal “...apreciar e votar os documentos de prestação de contas”.

Que compete ainda à Assembleia Municipal aprovar a aplicação e resultados.

O trabalho desenvolvido pelos serviços municipais, sob nossa coordenação, que agora se apresenta para discussão e aprovação.

Que atento o disposto no número 4.1 do ponto IV, da Instrução n.º 1/2019, de 6 de março de 2019, do Tribunal de Contas, reporta-se de seguida os factos mais relevantes que constam dos referidos documentos:

- O total do ativo cifra-se em 210.121.475,01€, quando o património líquido atingiu os 190.551.825,47€ e o passivo ascendeu a 19.569.649,54€;
- De acordo com a demonstração de resultados, os rendimentos foram de 36.108.682,28€ em contrapartida com os 36.322.282,47€ registados como gastos;
- Segundo os valores apurados verificou-se um resultado líquido negativo de 213.600,19€;
- Relativamente aos valores que constam da demonstração dos fluxos de caixa, 43.535.345,92€ respeitam a recebimentos e 39.682.588,80€ respeitam a pagamentos;
- No que respeita às demonstrações de execução orçamentais da receita e da despesa, foram obtidos, respetivamente, os montantes líquidos de 51.570.575,06€ e de 40.007.370,33€;
- Pela análise da demonstração do desempenho orçamental, permite identificar que os saldos iniciais de operações orçamentais e de operações de tesouraria cifram-se em 7.805.716,03€ e 1.323.857,17€, respetivamente, quando no final do período estes apresentavam o saldo de 11.563.204,73€ e 1.419.125,59€.

Proponho:

Que a Câmara Municipal aprove:

Os Documentos de Prestação de Contas e Relatório relativos ao ano financeiro de 2024;

A aplicação de resultados de 2024

Que subseqüentemente mais delibere submeter a deliberação da Assembleia municipal:

A apreciação e votação final dos documentos da Prestação de Contas.

A aprovação final da Aplicação de Resultados.

Em minuta, a proposta de deliberação foi aprovada, por maioria, com 3 (três) votos a favor (Unir Para Fazer - Presidente: João António Filipe Campolargo, Vereador(es): Assunção Mariana Carlos Ramos, Vice-Presidente: João Diogo Silva Semedo) e com 4 (quatro) voto(s) de abstenção (Partido Social Democrata - Vereador(es): Maria de Fátima Fragoso Teles; Partido Socialista - Vereador(es): Sérgio Manuel Jesus Lopes; Partido Social Democrata - Vereador(es): Tiago Manuel Morais Lourenço, Paulo Sérgio Ferreira Nunes).

Irão apresentar declaração de voto: Partido Social Democrata - Vereador(es): Maria de Fátima Fragoso Teles; Partido Socialista - Vereador(es): Sérgio Manuel Jesus Lopes; Partido Social Democrata - Vereador(es): Tiago Manuel Morais Lourenço, Paulo Sérgio Ferreira Nunes.

O Presidente da Câmara Municipal



JOÃO ANTÓNIO FILIPE CAMPOLARGO, presidente da Câmara
Assinatura Digital Qualificada

O Secretário



RUI FARINHA, dr.
Chefe da DAG
Assinatura Digital Qualificada

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Proposta n.º 184/2025	NUCLEO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	NIPG.
Assunto: Aprovação do Relatório e Contas e Aplicação de Resultados de 2024		

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

geralcmi@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 600

NIPC: 506 920 887

Considerando que:

Que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais prevê no seu art.º 33 n.º 1 alínea i), que compete à Câmara Municipal, “*Elaborar e aprovar ... os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal*” Que a alínea ccc) do mesmo n.º e artigo refere que compete à Câmara Municipal “*Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta*”.

Que a mesma lei consagra no seu art.º 25 n.º 2 alínea l) que compete ainda à assembleia municipal “*...apreciar e votar os documentos de prestação de contas*”.

Que compete ainda à Assembleia Municipal aprovar a aplicação e resultados.

O trabalho desenvolvido pelos serviços municipais, sob nossa coordenação, que agora se apresenta para discussão e aprovação.

Que atento o disposto no número 4.1 do ponto IV, da Instrução n.º 1/2019, de 6 de março de 2019, do Tribunal de Contas, reporta-se de seguida os factos mais relevantes que constam dos referidos documentos:

- O total do ativo cifra-se em 210.121.475,01€, quando o património líquido atingiu os 190.551.825,47€ e o passivo ascendeu a 19.569.649,54€;
- De acordo com a demonstração de resultados, os rendimentos foram de 36.108.682,28€ em contrapartida com os 36.322.282,47€ registados como gastos;
- Segundo os valores apurados verificou-se um resultado líquido negativo de 213.600,19€;
- Relativamente aos valores que constam da demonstração dos fluxos de caixa, 43.535.345,92€ respeitam a recebimentos e 39.682.588,80€ respeitam a pagamentos;
- No que respeita às demonstrações de execução orçamentais da receita e da despesa, foram obtidos, respetivamente, os montantes líquidos de 51.570.575,06€ e de 40.007.370,33€;
- Pela análise da demonstração do desempenho orçamental, permite identificar que os saldos iniciais de operações orçamentais e de operações de tesouraria cifram-se em 7.805.716,03€ e 1.323.857,17€, respetivamente, quando no final do período estes apresentavam o saldo de 11.563.204,73€ e 1.419.125,59€.

Proponho:

Que a Câmara Municipal aprove:

Os Documentos de Prestação de Contas e Relatório relativos ao ano financeiro de 2024;

A aplicação de resultados de 2024

Que subsequentemente mais delibere submeter a deliberação da Assembleia municipal:

A apreciação e votação final dos documentos da Prestação de Contas.

A aprovação final da Aplicação de Resultados

Documentos que acompanham a proposta:

- ✓ Relatório e Documentos de Prestação de Contas de 2024, nomeadamente:
 - Relatório e contas
 - Análise económico-financeira orçamental
 - Balanço
 - Demonstração resultados
 - Demonstração das alterações do património líquido
 - Demonstração dos fluxos de caixa
 - Anexos às demonstrações financeiras
 - Anexo I - Caracterização da entidade
 - Anexo II - Organograma
 - Anexo III - Custo com empréstimos obtidos
 - Anexo IV - Mapa de participações
 - Anexo V - Dívidas a terceiros
 - Anexo VI - Mapas de factoring
 - Anexo VII - Mapa resumo contas de ordem e mapa de contas de ordem
 - Demonstração do desempenho orçamental
 - Demonstração de execução orçamental da receita
 - Demonstração de execução orçamental da despesa
 - Demonstração grandes opções do plano
 - Demonstração plano plurianual investimentos
 - Demonstração plano atividades municipal
 - Anexo às demonstrações orçamentais
 - Anexo I - Alterações orçamentais da receita
 - Anexo II - Alterações orçamentais da despesa
 - Anexo III - Alterações GOP, PPI e PAM
 - Anexo IV - Operações de tesouraria
 - Anexo V - Contratação administrativa - situação dos contratos
 - Anexo VI - Contratação administrativa - adjudicação por tipo de procedimento
 - Anexo VII - Transferências e subsídios concedidos
 - Anexo VIII - Transferências e subsídios recebidos
 - Anexo IX - Dívidas por antiguidade de saldos
 - Anexo X – Encargos contratuais
 - Certificação legal de contas
 - Declarações de responsabilidade
 - Declarações do executivo
 - Responsáveis pelas demonstrações financeiras
 - Declarações art. 15º LCPA
 - Relação nominal dos responsáveis

- Transferência e delegação de competências
- Mapa de emolumentos
- Fundos de maneiio
- Síntese de reconciliações bancárias
- Reconciliações bancárias
- Resumo diário da tesouraria
- Mapa de operações de tesouraria
- Balancete analítico orçamental financeiro - mês 13
- Balancete analítico orçamental financeiro - mês 14
- CPLC - Correspondência entre o PCL e o PCC-SAL
- Despacho oficial público
- Despacho execuções fiscais
- Despacho de acumulação de funções
- Mapa de acumulação de funções
- Requerimentos de acumulação de funções

✓ Proposta de Aplicação de Resultados 2024

Remeta-se à Câmara Municipal, nos termos da proposta.

O Presidente da Câmara,
ACT\$PRO\$184/2025



JOÃO ANTONIO FILIPE CAMPOLARGO, Presidente da Câmara
Astrónomo Digital Qualificado



Ilhavo
Câmara Municipal



RELATÓRIO E CONTAS 2024

ÍNDICE

ÍNDICE	3
INTRODUÇÃO	5
GESTÃO FINANCEIRA E EXECUÇÃO DO PLANO E ORÇAMENTO	7
ANÁLISE DA ATIVIDADE DAS GOP	13
FUNÇÕES GERAIS.....	14
FUNÇÕES SOCIAIS.....	21
FUNÇÕES ECONÓMICAS	44
OUTRAS FUNÇÕES.....	47
DÍVIDA	48
ATIVO	49
PASSIVO	50
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	50
ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	51
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA	52
ATIVO NÃO CORRENTE.....	55
ATIVO CORRENTE	56
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	58
PASSIVO NÃO CORRENTE	60
PASSIVO CORRENTE.....	61
ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÓMICO	64
RENDIMENTOS	64
GASTOS.....	67
INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	71
ANÁLISE DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	73
ORÇAMENTO.....	73
RECEITA	75
DESPESA.....	85
INDICADORES ORÇAMENTAIS	93
CONTABILIDADE DE GESTÃO	94
ANÁLISE DE CUSTOS POR FUNÇÕES.....	95
ANÁLISE POR CENTRO DE CUSTOS	98
LIMITES LEGAIS.....	98
ANEXOS	103

INTRODUÇÃO

O ano de 2024 foi marcado por um intenso trabalho para transformar o Município de Ílhavo num lugar mais desenvolvido e com uma melhor qualidade de vida dos seus cidadãos.

O investimento público total em 2024 ultrapassou os 36 milhões de euros, englobando tanto o financiamento obtido através de fundos externos como o investimento próprio do Município. Este ciclo de investimentos, sem precedentes no Município, reflete a visão estratégica da Câmara Municipal para promover o desenvolvimento sustentável, a modernização das infraestruturas e a melhoria das condições de vida para todos os cidadãos, sem comprometer a preservação do seu património natural.

Foram iniciadas importantes obras na área da educação e da saúde, com a reabilitação de várias escolas, incluindo a Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes, a Escola Básica José Ferreira Pinto Basto e a Escola Básica Professor Fernando Martins. Além disso, foi iniciada a construção de uma nova creche na Gafanha do Carmo, que visa responder à crescente procura por serviços de educação e apoio à primeira infância.

Na área da saúde, destacam-se a reabilitação e ampliação dos Centro de Saúde de Ílhavo e as melhorias nas instalações da Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré, com o intuito de garantir um atendimento de melhor qualidade e maior conforto para os utentes.

Foram implementadas várias ações de relevo nas mais diversas áreas, com um enfoque particular nas infraestruturas urbanas, na promoção de espaços verdes e na modernização das infraestruturas sociais e culturais. Entre os projetos mais emblemáticos, destaca-se a reabilitação da Ponte da Vista Alegre, um passo crucial para o avanço do projeto de execução da nova ponte, que visa melhorar significativamente a mobilidade e a acessibilidade na região. As intervenções na área envolvente ao Mercado Municipal e à Loja de Turismo da Costa Nova do Prado também merecem destaque, uma vez que têm como objetivo revitalizar a área e promover o turismo local, reforçando a imagem do Município e impulsionando o setor económico.

No campo da valorização ambiental e cultural, o projeto da Biblioteca Gastronómica e do Parque Urbano da Malhada surge como um ponto de grande relevância, criando um espaço de

lazer e educação que integra de forma exemplar o património gastronómico e cultural do Município, ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade e o respeito pelo meio ambiente. Este projeto reforça a ligação entre o centro da cidade e a Ria, criando um percurso urbano que permite à comunidade usufruir de uma paisagem natural de forma acessível e atrativa.

Além disso, o Município avançou com a criação do Posto Náutico da Praia da Barquinha, que representa uma nova oferta de lazer e atividades náuticas para a comunidade, sobretudo durante a época estival. Este equipamento é, sem dúvida, uma mais-valia para a valorização da costa e para o fomento do turismo ligado ao contacto com a natureza.

A aposta na requalificação de espaços verdes também se refletiu na apresentação do projeto do Parque Engenheiro Coutinho Lima, na Praia da Barra, que visa transformar uma área em completo abandono numa nova zona de lazer e fruição da paisagem da Ria, reforçando a sustentabilidade e a qualidade ambiental da região. Este parque, com um investimento superior a 1 milhão de euros, é uma demonstração do compromisso do Município com a criação de espaços públicos que promovam o bem-estar e a qualidade de vida da população.

No que se refere às infraestruturas desportivas, o Município deu continuidade à melhoria das suas instalações, destacando-se a renovação da Piscina Municipal de Ílhavo e a implementação de novos equipamentos, como os marcadores eletrónicos nos pavilhões municipais. Estas melhorias têm como objetivo oferecer melhores condições para a prática desportiva e, ao mesmo tempo, proporcionar uma melhor experiência para os espectadores, consolidando o desporto como uma prioridade para o Município.

Este relatório de gestão reflete o esforço contínuo da Câmara Municipal em melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, através de uma gestão estratégica e responsável dos recursos públicos.

O ano de 2024 foi, assim, um marco importante no caminho para a construção de um Município mais próspero, equilibrado, sustentável e amigo para todos.

GESTÃO FINANCEIRA E EXECUÇÃO DO PLANO E ORÇAMENTO

A Europa, por mais fragmentada que esteja atualmente, transporta a força de um projeto comum que continua a ser o seu pilar de sustentação.

Não descurando os vários conflitos armados que assolam o mundo, e por uma questão de proximidade, a crise que se vive na Ucrânia deve ser encarada não apenas como um desafio de segurança, mas também como um momento de reflexão profunda sobre a própria identidade da União.

A crise da Ucrânia, as tensões internas, as divisões políticas e sociais, todo este contexto pode, paradoxalmente, ser o estímulo necessário para um novo capítulo da União Europeia. Uma conjuntura em que as lideranças europeias, ao invés de cederem às pressões internas, tenham a vontade e capacidade de iniciar um projeto comum mais robusto, mais autónomo, mais inclusivo e mais resiliente.

Além demais, a eleição de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos da América (EUA) trará, certamente, novos desafios para a segurança do bloco europeu e para a própria Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO).

A sua agenda, de acordo com a sua propalação, focada em tarifas comerciais abrangentes, limitações à imigração e maior pressão sobre os aliados, impelirá a consequências de grande alcance para o crescimento económico, a inflação e as taxas de juro, não só nos EUA mas também a nível mundial e naturalmente, a nível europeu. Uma renovada vaga de incerteza comercial pode vir a afetar a economia europeia, já de si enfraquecida.

Na família europeia, as recentes eleições em alguns países, expuseram a ascensão de partidos populistas, desafiando assim a presente ordem europeia. Este fracionamento pode dificultar a tomada de decisões consensuais, essenciais para a implementação de políticas eficazes a nível comunitário que, transportadas para o contexto nacional, podem afetar, direta ou indiretamente, os orçamentos das instituições públicas, onde se incluem as autarquias locais.

O futuro a muito curto prazo será determinante para a União Europeia, em que a sua capacidade de se reinventar e de se unir perante os desafios globais continuará a ser colocada à prova. O velho continente só será capaz de enfrentar as grandes potências mundiais, sobretudo os Estados Unidos e a China, e ainda lidar com as constantes crises internas, como as dificuldades económicas na Alemanha e França e a crescente instabilidade política nestes países, com uma resposta cabal, coesa e visionária, nomeadamente no contexto tecnológico.

Mas nem tudo foram más notícias. Para regozijo de muitas famílias, o Banco Central Europeu inverteu o ciclo de subida das taxas de juro que durou desde julho de 2022 para tentar controlar a inflação. No decorrer de 2024, as taxas de juro, de acordo com as decisões tomadas por esta instituição, têm vindo gradualmente a descer, o que possibilita maior independência financeira nos agregados familiares.

Concorreu para esta decisão o facto das condições de financiamento restritivas estarem a conter a procura, o que está a proporcionar uma redução, paulatina, da taxa de inflação.

Internamente, no contexto nacional, enfrentamos mais uma crise política.

Com a dissolução do Parlamento, e até novas eleições marcadas para o dia 18 de maio, e formação de nova Assembleia Parlamentar e Governo, o atual executivo encontra-se em gestão. Isto é, com poderes bastante limitados, e unicamente com o compromisso de assegurar a continuidade do Estado e manter a gestão corrente. Assim, o governo de gestão apenas poderá aprovar novas leis que sejam urgentes ou inadiáveis.

Prevê-se, contudo, que as eleições antecipadas não deverão ter impacto nos Orçamentos do Estado, nomeadamente o que se encontra em vigência bem como a proposta para o Orçamento do Estado para 2026, que ficará a cargo já do próximo executivo.

Todavia, há diversas matérias políticas e decisões de importância assinalável para os destinos nacionais que provavelmente ficarão adiadas neste contexto, como é o caso, a título de exemplo, a reprivatização da companhia aérea portuguesa, a TAP.

Já a execução do Plano de Recuperação e Resiliência não deverá ficar comprometida, podendo o governo de gestão manter este processo em marcha.

Apesar da incerteza política, espera-se e deseja-se que este cenário de eleições antecipadas não produza grandes impactos à economia nacional, que está em situação relativamente estável.

No espaço autárquico, a nossa Câmara conserva uma robusta saúde financeira. As nossas contas espelham que a câmara municipal tem assegurado um trajeto de estabilidade orçamental. Conseguiu-se reduzir a dívida e simultaneamente realizar obras e investimentos essenciais para o concelho sem, contudo, assumir nova dívida de longo prazo que onere as gerações vindouras. Aliado a um controlo rigoroso dos recursos financeiros da Câmara, foi possível diminuir a dívida total do nosso Município. Ter contas certas permite receber o futuro com mais confiança. E é este trilho de rigor, de progresso e de desenvolvimento, que queremos manter no nosso concelho.

A execução orçamental de 2024, desdobrado numa conjuntura de forte instabilidade económica e social a escala europeia e mundial, reflete o sucesso das decisões do executivo municipal.

O desejável balanceamento entre ambição e sustentabilidade permitiu a progressiva descida de impostos municipais, de acordo com a melhoria, também gradual, da situação económico-financeira do município.

Reconhece-se, porém, e face a todas as vicissitudes, que a Câmara Municipal mostrou a competência e a dinâmica necessárias, nomeadamente orçamental, para suportar a permanente trajetória de redução da dívida bem como na contínua aposta em investimentos estratégicos. Salienta-se, todavia, a noção de que o investimento prioritário deve ser ainda mais seletivo e racional neste contexto geopolítico instável com elevado grau de volatilidade.

O Município de Ílhavo mantém o cumprimento dos requisitos constantes na LOE, designadamente, de prestação de informação ao Tribunal de Contas e DGAL, bem como os limites de endividamento previstos no art. 52.º da Lei n.º 73/2013, e por consequência encontra-se excluído da aplicação da denominada Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, não deixando, todavia, de assumir o compromisso de se manter fiel ao seu espírito.

Recordamos ainda que, por despacho conjunto do Secretário de Estado das Autarquias Locais e do Secretário de Estado do Tesouro, foi determinada a saída antecipada do Município de Ílhavo do Plano de Ajustamento Financeiro, consequência do sucesso das medidas tomadas para a redução da dívida e pelo cumprimento dos limites de dívida impostos pela Lei das Finanças Locais.

Como referido no despacho supracitado, o plano e suas obrigações apenas voltará a vigorar no caso de, em resultado da análise anual do endividamento, se verificar o incumprimento daquele limite.

O executivo pretende robustecer a importância de um escrupuloso e seletivo grau de investimento, realizado de forma sustentável, estruturado com um controlo rigoroso da despesa,

princípio capital para a continuidade do equilíbrio orçamental e rigor na gestão financeira, conforme se poderá reconhecer na análise detalhada dos documentos que acompanham este relatório.

Neste domínio, em 2024, foram acrescentados novos projetos em complementaridade com as candidaturas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O referido Plano, trata-se de um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos determinados a repor o crescimento económico sustentado, fortalecendo o objetivo de convergência com a Europa ao longo dos anos vindouros.

Pese embora a elaboração do orçamento seja regulada pelo rigoroso reconhecimento dos gastos, na prossecução da sua execução podem advir situações em que as dotações previsionais possam ser excessivas, insuficientes ou até mesmo inexistentes, particularmente pelo intervalo que dista a preparação dos documentos previsionais e a abertura do período económico a que respeita e por uma dinâmica de gestão que exige um constante ajustamento com a realidade orçamental.

Igualmente, mantem-se o cumprimento do serviço de dívida à banca, com uma amortização de capital refletida em 315.133,15.

De igual forma, foram liquidados, no exercício findo, o montante de 35.256,57 euros (em 2023 cifrou-se em 75.722,88 euros), respeitante à componente de juros dos empréstimos atuais. A visível redução na componente de juros está relacionada com a decisão de se ter realizado, em 2023, uma amortização extraordinária da dívida do empréstimo bancário.

Apesar da conjuntura, não deixou este executivo municipal de, no pacote fiscal para 2025, aprovar a baixa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os 0,30%, valor mínimo permitido pela lei vigente, assim como reduzir em 1% a Taxa de Participação Variável no IRS, mantendo-a em 4%.

Sumarizam-se de seguida, no capítulo orçamental, os principais indicadores.

Receita

À receita bruta do exercício de 2024 no montante de 43.944.484,02 euros deve-se acrescentar o montante de 7.805.716,03 euros correspondente à integração do saldo de 2023. Deve-se referir ainda na receita de 2024 o montante bruto de 8.410.443,34 euros relativo a participações comunitárias (em 2023 tinha sido de 1.228.248,08 euros), onde se inclui a antecipação de 6,8M€, no âmbito do PRR, referente à requalificação dos centros de saúde e das escolas do município.

O montante total da receita cobrada bruta de 2024 é assim de 51.750.200,05 euros. Se a este valor retirarmos quer a integração do saldo quer o montante de fundos comunitários, obtemos 35.534.040,68 euros que comparado com igual equação para o ano de 2023, onde se obteve 33.105.284,38 euros, se traduz num aumento de 7,34% ou seja mais 2.428.756,30 euros de receita arrecadada.

Pelo primeiro ano, a taxa de execução da receita arrecadada ultrapassou os 100%, superando amplamente a percentagem preconizada prevista na “Lei das Finanças Locais” de 85%. Com a particularidade deste último ano ter sido obtida a taxa de execução mais elevada desde a entrada em vigor da referida lei, 104,91%. Neste capítulo, tal como referido em comunicações anteriores, o executivo pretende que a execução da receita mantenha um valor bem acima de 85% ao longo do mandato, traduzindo, assim, um quadro mais preciso e autêntico dos documentos previsionais.

Despesa

A despesa paga em 2024 foi de 40.007.370,33 euros, na qual se inclui o montante de 7.608.705,04 euros respeitante a investimento.

Se observarmos a capacidade de execução do Orçamento, pelos compromissos assumidos, verificamos que em 2024, dos 49.155.800 euros previstos, concretizamos 45.985.244,35 euros, ou seja 93,55%, quando no ano de 2023, essa percentagem foi de 92,84%. A execução ora apresentada atesta a capacidade desta Câmara Municipal em se aproximar de um padrão de gestão mais harmoniosa com os tempos atuais, investindo de forma criteriosa e ponderada e tendo por base um orçamento real.

Por conseguinte, os dados do exercício expõem rácios orçamentais e financeiros que nos permitem manter integrados entre os melhores municípios do país, nomeadamente no que respeita ao saldo corrente líquido, saldo primário, prazo médio de pagamentos a fornecedores, o saldo do equilíbrio orçamental ou ainda o limite da dívida total relacionada com a média da receita corrente dos últimos três anos, como veremos mais à frente.

O valor da despesa corrente foi de 28.022.072,26 euros, o que corresponde a um aumento de 19,98% do obtido em 2023 (23.354.911,51 euros).

O valor das despesas de capital ascendeu a 11.985.298,07 euros, quando em 2023 tinha sido de 9.687.402,18 euros, o que corresponde a um acréscimo de 23,72%, percentagem que respeita exclusivamente a pagamentos materializados.

Execução financeira da Receita e da Despesa (Orçamento)

Nível de execução da Receita foi de 104,91 %;

Nível de execução da Despesa:

- ✓ 81,39 % (dotação final e despesa paga);
- ✓ 93,55 % (dotação final e despesa paga; compromissos por pagar).

As taxas de execução da receita e da despesa do município, que se deseja, se possível, manter e maximizar, são reveladoras do princípio de rigor e prudência nos pressupostos definidos aquando da elaboração do orçamento.

ANÁLISE DA ATIVIDADE DAS GOP

Neste capítulo apresentamos uma síntese das atividades e das ações de maior relevância desenvolvidas pela Câmara Municipal, de acordo com a execução dos objetivos definidos nos documentos previsionais do Plano e Orçamento:

- Execução financeira de 121,33%, em relação ao valor inicial;
- Execução financeira de 73,39%, em relação ao valor final;

A execução financeira ao nível das GOP 2024 foi de 21.399.822,98 euros, e estabelecendo um paralelismo com o ano de 2023, em que o valor foi de 16.286.583,41 euros, verifica-se um significativo aumento de 31,40%.

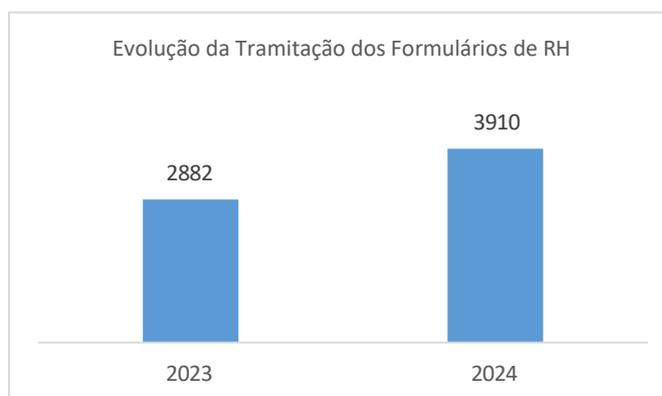
A execução financeira, no que respeita a todos os compromissos assumidos (pagos e não pagos) ao nível das GOP 2024 foi de 26.393.864,89 euros, um valor substancialmente superior em 33,07% face a 2023, que tinha sido de 19.834.985,92 euros, sendo a percentagem de realização das GOP, em 2023, de 91,39% e 90,51% em 2024.

FUNÇÕES GERAIS

Melhoria das condições de trabalho

A Câmara Municipal de Ílhavo tem avançado com a desmaterialização de processos administrativos, promovendo a modernização e eficiência nos procedimentos internos e na interação com os cidadãos. Um dos principais focos foi a desmaterialização do processo das reuniões de câmara, que visa a transição de documentos e processos para formatos digitais. Este processo inclui a elaboração, submissão e aprovação de propostas de deliberação, que passaram a ser feitas de forma eletrónica, garantindo maior agilidade e transparência. A realização das reuniões e votação também foi desmaterializada, permitindo que os membros da câmara possam participar e votar de forma mais eficiente. Além disso, foi implementada a elaboração de deliberações e atas pela via digital, o que facilita o acesso às decisões e a sua consulta posterior.

No que diz respeito à área de Recursos Humanos, o município consolidou o processo de desmaterialização dos formulários internos, iniciado em 2023. Em 2024, foram criados mais dois formulários digitais, ampliando a gama de processos que podem ser realizados de forma eletrónica, e também foi feito o alargamento do universo de utilizadores, permitindo que mais colaboradores possam beneficiar dessa modernização, o que resultou em maior agilidade e precisão no processamento de documentos internos.



A desmaterialização do processo de tramitação de documentos também foi consolidada ao longo de 2024, com a criação de novos circuitos documentais digitais, otimizando a forma como os documentos são geridos dentro da Câmara Municipal. Esta mudança tem permitido que o processo de tramitação de documentos seja mais rápido, eficiente e acessível. Além disso, foi realizado o alargamento do universo de utilizadores, garantindo que mais áreas da Câmara Municipal possam utilizar os sistemas digitais para gerir os seus documentos e processos administrativos.



Essas iniciativas têm contribuído para a melhoria das condições de trabalho, pois reduzem o uso de papel, otimizam o tempo dos funcionários e tornam os processos mais acessíveis e eficientes, resultando em um serviço público mais ágil e transparente.

No ano em apreço foi realizado um procedimento de aquisição de serviços de telecomunicações, abrangendo comunicações fixas, móveis, internet, dados móveis e televisão por cabo para os diferentes edifícios municipais, escolas básicas e jardins de infância, além do fornecimento de comunicações móveis para as necessidades operacionais da Câmara Municipal de Ílhavo. Este contrato teve como objetivo garantir a conectividade necessária para o bom funcionamento das infraestruturas municipais, permitindo a comunicação eficiente entre os diferentes serviços e com a população.

O valor global do contrato foi de 43.750,08€, com um prazo de execução de 3 anos, refletindo a continuidade e a renovação dos serviços de telecomunicações.

Essa iniciativa foi essencial para assegurar a modernização e o bom funcionamento das infraestruturas de telecomunicações do município, beneficiando tanto os funcionários municipais quanto a comunidade em geral.

No âmbito da continuidade do processo de modernização e melhoria da infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal de Ílhavo, foram realizadas várias renovações de licenciamento e aquisição de novos serviços que visam garantir a eficiência na gestão dos serviços municipais e no suporte à educação e à comunicação institucional.

Em 2024, foi efetuado o procedimento de renovação do contrato de manutenção das plataformas wireVisit, wireVisitApp, wireForms e do certificado SSL. Este procedimento visou assegurar a continuidade da funcionalidade e segurança dos serviços associados ao site VisitIlhavo e às plataformas de formulários digitais utilizadas pela autarquia. O valor global do contrato foi de 5.292,98€, com prazo de execução de 1 ano. A partir de 2025, todos os contratos relacionados com a Wiremaze e os sites da CMI serão unificados num único contrato, com um valor total de 85.779,00€ e prazo de execução de três anos. Este novo contrato englobará uma

série de plataformas que incluem wireSTUDIO, wireDESK, wirePAPER PAY, wireRECRUIT, entre outros, melhorando a gestão e a comunicação interna e externa da autarquia.

Foi também renovado o licenciamento da firewall Fortigate, bem como estendidas as garantias dos servidores HP. Esta renovação, com valor global do contrato de 15.916,91€ e prazo de execução de 2 anos, tem como objetivo garantir a segurança da rede municipal, protegendo dados e sistemas contra potenciais ameaças externas, além de assegurar a continuidade das operações dos servidores fundamentais para a gestão administrativa da autarquia.

E por fim, foi renovado o licenciamento de Software Microsoft 365 e Exchange, além da aquisição de licenças para a área da educação, com o objetivo de fornecer as ferramentas colaborativas e os serviços de e-mail institucional necessários para a gestão administrativa e para o ambiente de ensino. O valor global do contrato foi de 32.897€, com prazo de execução de 1 ano. Este investimento reflete a necessidade de garantir o acesso contínuo a essas ferramentas essenciais tanto para os serviços da autarquia quanto para os estabelecimentos de ensino. O aumento de valor verificado entre 2022, 2023 e 2024 (ver quadro infra) foi em grande parte devido à aquisição de licenciamento para a educação, associado à compra de 105 computadores destinados ao ensino básico.

Ano	Valor Investido (€)
2022	22 905,54€
2023	21 686,63€
2024	32 897,00€

Essas renovações e aquisições de licenciamento representam um investimento contínuo na modernização das infraestruturas tecnológicas da Câmara Municipal de Ílhavo, garantindo não só a continuidade da operação das plataformas essenciais à gestão municipal, mas também a implementação de soluções inovadoras e seguras para os munícipes e as escolas.

O Contrato de Manutenção do Sistema Sigma - Sistema Integrado de Gestão Municipal e Autárquica foi renovado com a Medidata, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços de software necessários para a gestão administrativa e financeira do Município de Ílhavo. Este sistema abrange diversas áreas, incluindo gestão orçamental, contabilidade, aprovisionamento, recursos humanos, património, entre outras, permitindo uma gestão mais eficaz e integrada dos recursos municipais.

O valor global do contrato foi de 81 085,33€, com um prazo de execução de 3 anos. O aumento do valor, comparativamente com o contrato de 2022 (73 793,22€), deve-se à incorporação de novos módulos no sistema, que ampliam as funcionalidades e permitem um suporte mais robusto às necessidades de gestão do Município.

Embora o concurso para a renovação do contrato tenha sido realizado em 2024, o novo contrato terá início apenas em 2025, refletindo o compromisso do Município em continuar a investir

em sistemas de gestão modernos e eficientes, garantindo o bom funcionamento e a transparência da administração pública local.

Nos últimos dois anos, o valor total dos processos desenvolvidos pelo Gabinete Municipal de Apoio Técnico e Desenvolvimento (GMATD) foi de 257 856,80€ em 2023 e 281 632,90€ em 2024. Esses valores representam o total dos contratos formalizados e executados pelo GMATD durante este período. Importa salientar que aquisições com montantes abaixo de 5 000€, realizadas frequentemente por ajuste direto, não estão incluídas nestes totais. Este investimento contínuo reflete o compromisso da Câmara Municipal de Ílhavo com a modernização tecnológica, a otimização dos serviços públicos e a melhoria das condições de trabalho por meio de soluções inovadoras e eficazes.

Ainda no âmbito da melhoria das condições de trabalho, destaca-se a empreitada de reabilitação do rés-do-chão do Edifício dos Paços do Concelho, no valor de 570.000,00€, iniciada este ano. Esta intervenção visa transformar a resposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, permitindo-lhe oferecer um atendimento mais adequado às necessidades da população e uma melhor qualidade de trabalho para os seus colaboradores. Com este projeto, pretende-se não apenas modernizar as infraestruturas, mas também criar um ambiente mais funcional, acessível e acolhedor, alinhado com as melhores práticas no atendimento ao público e na gestão de serviços sociais e de saúde.

Também neste campo, celebrou-se, em 2024, um contrato com a Kaizen Institute, para otimização dos trabalhos desenvolvidos pelas diferentes equipas operacionais afetas à Divisão de Gestão de Equipamentos e Gestão Urbana. Este contrato permitiu a reorganização de toda a divisão, incluindo dos fluxos de trabalho, promovendo uma maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis. Conseguimos hoje, no mesmo tempo, ter um melhor desempenho e, em última análise, realizar mais atividades. Durante a implementação deste novo método de organização, procurou-se questionar as formas habituais de atuar, desenvolvendo novas metodologias de trabalho, também na articulação com as diversas divisões da estrutura municipal. Esta mudança foi crucial para uma melhor gestão das diversas solicitações que, nos últimos anos, aumentaram de forma considerável, com as diversas transferências de competências do Estado Central para o Município de Ílhavo.

A consolidação do processo de normalização documental, iniciado em 2022, com a adaptação de diversos documentos às normas e regras documentais estabelecidas. Até o momento, foram adaptados 405 documentos, garantindo maior organização, eficiência e conformidade nos processos administrativos do Município. Este trabalho tem contribuído para a melhoria na gestão da informação, tornando-a mais acessível e integrada, além de otimizar o tempo e os recursos nas interações entre os diferentes departamentos e serviços municipais. A normalização documental também facilita a transparência e o cumprimento das regulamentações legais, fortalecendo a confiança dos cidadãos na administração pública.

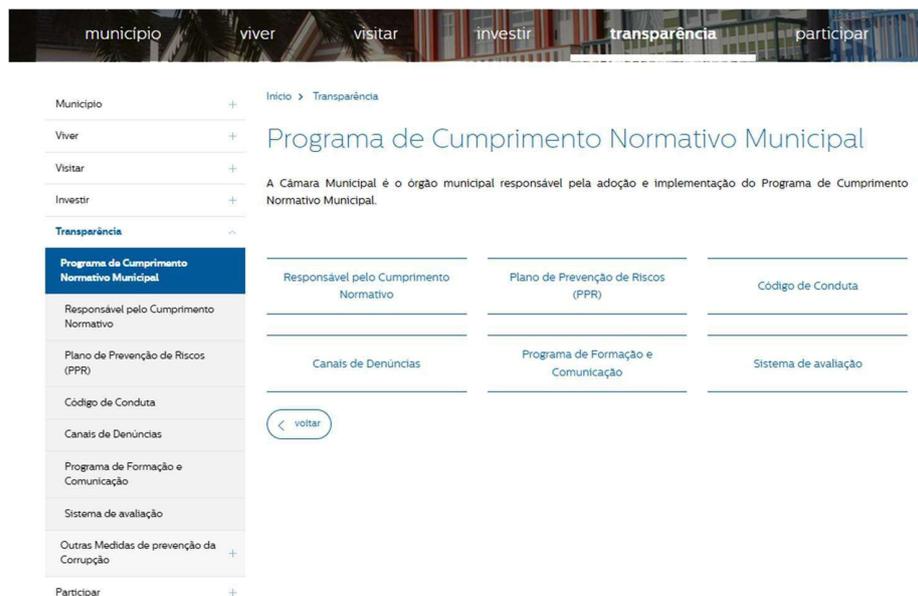
A Câmara Municipal de Ílhavo tem também adotado um conjunto de medidas significativas para garantir a conformidade com o Regime Geral de Prevenção da Corrupção, com o objetivo de

reforçar a transparência, a ética e a integridade na administração pública local. O processo de implementação deste regime inclui a adoção de um Programa de Cumprimento Normativo, que se iniciou com a designação de um responsável específico para assegurar que todas as práticas e processos administrativos estejam em conformidade com as normas anticorrupção, monitorando continuamente a implementação das políticas e a evolução das medidas adotadas.

Além disso, foi realizada a revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, com foco na identificação das áreas de risco e na implementação de estratégias de mitigação para reduzir potenciais casos de corrupção. O Código de Conduta da Câmara Municipal também foi revisto para refletir as melhores práticas em governança pública, garantindo que todos os colaboradores sigam diretrizes claras de comportamento ético e profissional.

Como parte do processo de implementação, foi ainda criada uma Plataforma de Canais de Denúncia, proporcionando aos cidadãos e funcionários uma via segura e anónima para reportar comportamentos irregulares ou fraudulentos, garantindo a proteção e confidencialidade dos denunciadores. Complementarmente, a Câmara Municipal lançou um Programa de Formação Interna, com o intuito de garantir que todos os funcionários compreendam as políticas de prevenção de corrupção e a importância de adotar comportamentos íntegros e transparentes no exercício das suas funções.

Por fim, foi criada uma área dedicada à Transparência Administrativa no site oficial da Câmara Municipal, onde são disponibilizadas informações acessíveis e atualizadas sobre a gestão pública, incluindo orçamentos, contratos, investimentos e ações do município. Esta medida visa garantir que todos os processos e decisões da administração pública sejam monitorados pela sociedade, promovendo a participação cívica e reforçando a responsabilidade pública.



Este conjunto de medidas reflete o compromisso do Município de Ílhavo em garantir que suas equipas tenham as melhores condições para o desempenho das suas funções, enquanto assegura a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

Orçamento participativo

A segunda edição do Orçamento Participativo de Ílhavo foi um grande sucesso, com 23 propostas submetidas, das quais 14 seguiram para a fase de votação. Durante todo o processo, foram realizados esforços significativos de divulgação e esclarecimento, com o objetivo de garantir que todos os munícipes tivessem acesso à informação necessária para uma participação eficaz.

Esta edição evidenciou uma evolução significativa nos níveis de participação em comparação com a edição de 2023, refletindo o crescente envolvimento da comunidade nas decisões que afetam o seu município.



A evolução nos números de propostas submetidas, propostas finalistas e participantes no processo de votação entre as edições de 2023 e 2024 indica um aumento claro na participação cívica e no interesse da população em influenciar diretamente as decisões municipais. Esse crescimento é um reflexo da transparência, divulgação e acessibilidade do processo, bem como do empenho da Câmara Municipal em fomentar a participação ativa dos cidadãos no desenvolvimento da sua cidade.

Para promover uma compreensão profunda do regulamento e facilitar a elaboração de propostas, foram organizadas 7 sessões de esclarecimento e 7 encontros de participação. Estes momentos permitiram que os proponentes ajustassem as suas propostas às diretrizes do Orçamento Participativo, assegurando a viabilidade das ideias apresentadas.

O processo de votação contou com a participação de 551 votantes, o que reflete a eficácia das estratégias de mobilização e mitigação de barreiras ao voto, assegurando uma ampla e representativa participação da comunidade.

Projetos Vencedores de 2024

Os projetos vencedores da edição de 2024 foram:

1. **Natação Inclusiva** – Com um investimento de **20.500€**, este projeto visa proporcionar atividades aquáticas acessíveis a pessoas com diferentes necessidades, promovendo a inclusão e o bem-estar de todos os cidadãos, independentemente das suas condições físicas ou mentais. Este projeto reforça o compromisso do **Município de Ílhavo** em criar um ambiente inclusivo e acessível a todos os cidadãos.
2. **Espaço Ti Joana Maluca** – Com um investimento de **69.424,38€**, este projeto visa criar um espaço de lazer e desenvolvimento para crianças, promovendo a interação social e o desenvolvimento de habilidades de forma divertida e educativa.

O **Orçamento Participativo 2024** contou com uma dotação final de **178.000,00€**, dos quais **100.467,74€** foram executados até ao final de 2024, correspondendo aos projetos selecionados para o biénio 2023-2024. Este valor reflete o compromisso da gestão pública com a implementação das ideias vencedoras e com o investimento direto em melhorias para a comunidade.

Além destes, no dia **13 de julho de 2024**, foi inaugurado o **Parque de Desporto e Lazer**, projeto vencedor da edição de 2023. Este novo espaço representa um marco importante para a promoção da prática desportiva e do lazer no município, oferecendo à comunidade um ambiente adequado para atividades físicas e recreativas ao ar livre.



A execução bem-sucedida deste processo evidencia um trabalho de proximidade, transparência e compromisso com a participação cidadã, elementos fundamentais para o fortalecimento da democracia local e para o desenvolvimento de soluções que atendam às necessidades e desejos da população.

FUNÇÕES SOCIAIS

Educação

A Câmara Municipal de Ílhavo tem um papel essencial na gestão da educação local, assumindo competências que garantem acesso, qualidade e equidade no ensino para todos os cidadãos. Estas responsabilidades, atribuídas ao longo do tempo com o objetivo de descentralizar e adaptar a gestão educativa às realidades locais, permitem que o Município atenda melhor às necessidades de cada Agrupamento de Escolas. Dado o impacto da educação no desenvolvimento da cidade e na coesão social, esta área mantém-se um pilar fundamental na atuação da Câmara Municipal.

Em 2024, no âmbito da transferência de competências da Administração Central para o Município, a Câmara deu continuidade à gestão e manutenção dos estabelecimentos de ensino público, garantindo o fornecimento de refeições escolares, leite escolar, circuitos especiais de transporte para crianças com necessidades específicas de saúde, além da aquisição de material de limpeza e economato, bem como a gestão do pessoal não docente. A Escola a Tempo Inteiro, incluindo as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), continuou sob a responsabilidade direta da Câmara, que assegurou a contratação de técnicos, fornecimento de material e a organização das atividades. Já as Componentes de Apoio às Famílias (CAF) e as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) seguiram o protocolo de cogestão com as Associações de Pais do Município.

O Serviço Educativo Municipal de Ílhavo (SEMI), destacou-se em 2024, com a realização de visitas educativas que totalizaram quase 42 mil participantes, incluindo visitas ao Museu da Vista Alegre.

No que diz respeito à alimentação escolar, o Município forneceu 494.460 refeições, abrangendo todos os níveis de ensino, do pré-escolar ao secundário. Foram também distribuídos 159.300 pacotes de leite simples, 5.070 de leite sem lactose e 108 de bebida vegetal, assegurando uma alimentação saudável para as crianças.

Através dos Protocolos de Cooperação 23/24, as Associações de Pais receberam 748.239,29 euros para apoiar a execução das CAF e AAAF. Além disso, a Câmara garantiu as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) em todas as escolas do 1.º ciclo, com 80 professores contratados para as áreas de BrincArte, Ciência, Desporto e +Música. Também foi destinado um apoio de 8.500 euros às Associações de Pais do 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, contribuindo para a realização das suas atividades.

Como parte das atividades para o 1.º ciclo, as crianças do ensino pré-escolar receberam 45 minutos semanais de expressão musical, e o 1.º ciclo contou com 1 hora semanal de coadjuvação de educação física. Além disso, as atividades “A Minha Sinfonia” (AEC + Música) e “DesportÍlhavo” (AEC + Desporto) foram mantidas, culminando no encerramento do ano letivo, com a participação de todas as crianças.

O Programa de Iniciação à Natação (PIN), destinado às crianças do ensino pré-escolar, contou com 901 inscrições no ano letivo de 23/24 para a adaptação ao meio aquático. No início do ano letivo 2024/2025, o programa recebeu 461 crianças na Piscina Municipal da Gafanha da Nazaré, enquanto a Piscina Municipal de Ílhavo permaneceu fechada para requalificação.

Na vertente desportiva, foram realizados programas como o Olímpilhavo e o Corta-Mato Municipal, dirigidos a crianças e jovens do 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário.

Em termos de eventos especiais, a Câmara Municipal de Ílhavo proporcionou atividades para o Dia da Criança, com atividades abertas ao público no Jardim Oudinot, e no Natal, destacando-se o espetáculo "O Brilho da Liberdade", que foi apresentado a mais de 2.600 crianças do ensino pré-escolar e 1.º ciclo. O espetáculo também foi exibido ao público em geral, com a oferta de um livro contendo a história da peça, proporcionando momentos especiais para as famílias e a comunidade local.

No ano de 2024, a Câmara Municipal de Ílhavo continuou a reforçar o investimento na educação, com foco na modernização dos recursos tecnológicos nas escolas do concelho. Uma das principais ações foi a aquisição de licenciamento Microsoft 365 e Exchange, que garantiu o acesso a ferramentas essenciais para a gestão administrativa e para o ambiente de aprendizagem digital nas escolas. Este licenciamento é fundamental para facilitar a comunicação, a colaboração e o ensino remoto, promovendo um ambiente educativo mais dinâmico e integrado.

Ainda no âmbito do desenvolvimento das infraestruturas tecnológicas educativas, o Município de Ílhavo investiu de forma significativa na aquisição de equipamentos informáticos para as Escolas Básicas (EB1) e Jardins de Infância do concelho. Para além de 105 computadores, foram adquiridos 75 monitores de 24 polegadas e 30 monitores de 27 polegadas, com o objetivo de modernizar e equipar as salas de aula com as ferramentas necessárias para um ensino mais eficaz e integrado nas novas tecnologias. O valor global do contrato foi de 69 979,50€, e a execução foi realizada num prazo de 30 dias.

Além disso, a aquisição de serviços de telecomunicações (fixas, móveis, internet, dados móveis, TV e alojamento de domínios) para os Agrupamentos de Escolas de Ílhavo também recebeu atenção, com um investimento de 27 775,59€, válido por 3 anos. Este contrato visa garantir a continuidade e qualidade dos serviços de comunicação necessários para as atividades pedagógicas e administrativas das escolas.

No que respeita às empreitadas para reabilitação das escolas, é relevante assinalar os valores de adjudicação das obras e os financiamentos aprovados, que refletem o compromisso do Município de Ílhavo com a melhoria das infraestruturas educacionais. Com um valor base de €3.500.000,00, a empreitada de reabilitação da Escola Básica Professor Fernando Martins foi adjudicada por €2.849.000,00. A empreitada de reabilitação da Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes foi adjudicada por €8.451.370,05, com a um valor base de €10.400.000,00, e a Escola Básica José Ferreira Pinto Basto teve a sua empreitada adjudicada por €5.077.402,46 com um valor base de €5.455.000,00.

Os valores de financiamento aprovados para as empreitadas das escolas foram de €3.541.981,01 para a Escola Básica Professor Fernando Martins, €9.328.837,80 para a Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes e €5.961.332,35 para a Escola Básica José Ferreira Pinto Basto. Estes financiamentos não cobrem apenas o valor da adjudicação das empreitadas, mas também a revisão de preços, a aquisição de equipamentos necessários para a modernização das infraestruturas e o financiamento das instalações provisórias para garantir que a comunidade escolar possa continuar a funcionar durante o período das obras.

Estes investimentos refletem o empenho do Município de Ílhavo na criação de um ambiente escolar mais seguro, moderno e funcional, capaz de responder às necessidades de ensino e aprendizagem dos alunos e de proporcionar melhores condições para todos os membros da comunidade educativa.

É ainda importante destacar a intervenção realizada no edifício Socioeducativo da Gafanha do Carmo, com o objetivo de remodelar, ampliar e adaptar as suas infraestruturas para a instalação de uma nova creche. Esta empreitada foi adjudicada por €193.956,45, representando uma redução significativa face ao valor base inicial de €210.000,00, após a realização de um segundo procedimento, uma vez que o primeiro concurso ficou deserto. Para a execução desta intervenção, foi atribuído um financiamento de €140.000,00, que visa garantir a adequação das instalações às necessidades da nova creche, criando um espaço seguro e moderno para o desenvolvimento das crianças.

A criação desta infraestrutura é de grande importância para a comunidade local, pois permitirá aumentar a oferta de serviços de educação e cuidados infantis, beneficiando diretamente as famílias da Gafanha do Carmo e áreas limítrofes. Esta empreitada reflete o compromisso do Município de Ílhavo com a melhoria das condições para a educação infantil e o apoio às famílias, promovendo a inclusão e o bem-estar desde as primeiras fases do desenvolvimento das crianças.

Também no âmbito da manutenção e reabilitação das escolas, desenvolveu-se, no final de 2024, a empreitada de pintura exterior dos edifícios da Escola Básica da Gafanha da Encarnação e iniciaram-se os trabalhos de ampliação da Escola Básica de 1.º Ciclo da Chave, na Gafanha da Nazaré.

Saúde

A Estratégia Municipal de Saúde (EMS) é um instrumento de planeamento estratégico que visa definir, a nível municipal, as linhas gerais de ação na área da saúde, estabelecendo metas, indicadores, atividades, recursos e o respetivo calendário para a sua execução, conforme disposto no art.º 7.º do DL 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação.

Com o objetivo de garantir a eficácia e alinhamento das ações de saúde a nível local, o Município de Ílhavo abriu procedimento concursal para a elaboração deste importante instrumento estratégico, o qual se encontra em desenvolvimento e está previsto para ser concluído em 2025.

Este processo contará com um investimento de 40.000,00€, o qual será distribuído ao longo do período de execução, assegurando a implementação das ações definidas na Estratégia e o cumprimento das metas estabelecidas.

No âmbito de um novo modelo de abordagem à promoção e prevenção da saúde, decorreu a iniciativa “Maio com Saúde e Bem-Estar: Desafios para a Comunidade”, com o objetivo de envolver a comunidade em atividades diversas e direcionadas a diferentes públicos, com especial destaque para as atividades voltadas para os seniores.

Esta iniciativa contou com a colaboração de parceiros privados, que se associaram ao projeto ao oferecer campanhas e rastreios nos seus espaços comerciais espalhados por todo o território. Com esta parceria, procurou-se abranger a maior parte da população, proporcionando-lhes acesso a ações de promoção de saúde e bem-estar.

Ao longo do mês de maio, foram contabilizados 381 participantes nas diversas ações realizadas, refletindo a adesão da comunidade a esta importante iniciativa.

Relativamente às instalações, o Município de Ílhavo tem a gestão de um conjunto de unidades de saúde distribuídas por cinco edifícios, cuja titularidade e estado de conservação variam conforme o edifício em questão.

- Centro de Saúde de Ílhavo e Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré
- Polos de Saúde da Costa Nova e Gafanha do Carmo
- Polo de Saúde da Gafanha da Encarnação

Os edifícios do Centro de Saúde de Ílhavo e da Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré apresentam-se desadequados face aos padrões atuais de qualidade e exigências técnicas dos serviços que albergam. Em particular, o edifício da Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré apresenta patologias construtivas severas ao nível da cobertura, resultando em infiltrações e degradação de pinturas, madeiras e outros revestimentos. Além disso, verificam-se problemas com a obsolescência das instalações elétricas, das infraestruturas de telecomunicações (ITED), da segurança contra incêndios, bem como da eficiência térmica e de climatização.

Com o objetivo de resolver as patologias construtivas e modernizar as infraestruturas de saúde, estão em execução dois projetos cofinanciados pela União Europeia (UE), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que contemplam intervenções nos edifícios do Centro de Saúde de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré.

A execução dos projetos de requalificação e ampliação representam um investimento significativo na melhoria das condições de atendimento e na modernização das infraestruturas de saúde do Município de Ílhavo, com vista a garantir um serviço de saúde de qualidade e adequado às necessidades da população.

Com um valor base de €4.160.000,00, a empreitada do Centro de Saúde de Ílhavo foi adjudicada por €3.524.042,23, representando uma redução significativa no custo inicial da obra.

Para esta intervenção, foi aprovado um financiamento de €1.724.000,00, que contribuirá para a execução dos trabalhos, incluindo a modernização e ampliação das instalações, visando uma melhor resposta aos cuidados de saúde da população.

Por sua vez, a empreitada da Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré foi adjudicada por €3.672.662,01, com um valor base de €3.960.000,00. Esta obra também recebeu um financiamento significativo, no valor de €2.700.000,00, para garantir a reabilitação e ampliação das infraestruturas da extensão, com o objetivo de melhorar o atendimento médico e aumentar a capacidade de serviços disponibilizados à população da Gafanha da Nazaré e áreas limítrofes.

Estas intervenções são um reflexo do compromisso do Município de Ílhavo com a melhoria dos serviços de saúde locais, proporcionando à população um atendimento de qualidade em instalações adequadas às necessidades atuais. Com estes investimentos, o Município assegura um futuro mais saudável para os seus cidadãos, investindo na modernização das infraestruturas de saúde e na ampliação da capacidade de atendimento, sempre com foco na qualidade e eficiência do serviço público.

Transferência de competências

No âmbito da transferência de competências estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, o Município de Ílhavo tem vindo a exercer com sucesso as suas competências, promovendo melhorias significativas nos serviços de saúde locais. Como parte deste processo, o Município adquiriu duas viaturas novas de 7 lugares, com o objetivo de colmatar uma necessidade premente dos serviços de saúde.

Essas viaturas foram entregues no dia 10 de maio de 2024, uma em Ílhavo e outra na Gafanha da Nazaré, e são fundamentais para garantir maior mobilidade e eficiência no atendimento à população. A aquisição dessas viaturas reflete a contínua aposta do Município na melhoria das condições de prestação de cuidados de saúde, aumentando a capacidade de resposta das equipas de saúde e assegurando um atendimento mais rápido e eficaz à comunidade, especialmente nas deslocações para consultas e outros serviços essenciais.

Durante o ano de 2024, o Município de Ílhavo continuou a implementar uma série de ações focadas na melhoria das condições de trabalho, com especial atenção para a higiene, segurança e transporte nos locais de trabalho. A gestão de recursos humanos e o apoio logístico diário foram mantidos, assegurando que os serviços prestados à comunidade funcionassem de forma eficaz e sem interrupções.

Uma das principais intervenções foi a transferência para o Município da titularidade dos equipamentos não médicos, fixos e afetos aos edifícios das unidades de saúde, que totalizaram 98 equipamentos. Esta medida visou otimizar a gestão desses recursos e garantir uma maior eficiência nas operações das unidades de saúde.

Em termos de manutenção, foram já realizadas um total de 101 intervenções nas unidades de saúde, com o objetivo de garantir o bom funcionamento e a segurança das infraestruturas. Além

disso, o Município assegurou a gestão do serviço de táxi para os serviços de saúde, facilitando o transporte de pacientes e profissionais, e melhorando a mobilidade e o acesso aos cuidados de saúde na região. Estas ações fazem parte do compromisso contínuo do Município em melhorar a qualidade de vida da população e garantir um sistema de saúde eficiente e acessível.

O Município também deu seguimento ao acompanhamento dos contratos logísticos no âmbito dos serviços de saúde e realizou trabalho preparatório para assegurar a contratação de novos contratos logísticos em 2025, com o objetivo de garantir a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

Segurança e Ação Sociais

Ação social

Assente na premissa da força da nossa comunidade, da força das pessoas, na persecução de construir um município mais justo, na conquista da coesão social para a qual trabalhamos diariamente com as entidades privadas e públicas com intervenção direta do nosso território e devidamente enquadrados com a agenda 2030 da ONU e os objetivos para o desenvolvimento sustentável, firmamos um reforço consistente naquele que é o apoio no âmbito da ação social através do orçamento municipal.

No ano de 2023/2024, o Município de Ílhavo continuou a implementar e reforçar diversas iniciativas de apoio à comunidade, através de protocolos, bolsas de estudo, apoio a famílias e indivíduos carenciados, e ações no âmbito da ação social escolar.

No que se refere aos protocolos com as IPSS, foram celebrados acordos com 14 associações, com um investimento total de 175.348,68€, sendo este valor distribuído entre apoios pontuais no montante de 56.404,17€ e o apoio à construção de lares, que recebeu um montante de 150.000€.

No âmbito das bolsas de estudo municipais, foram atribuídas 43 bolsas de estudo para o ensino superior relativas ao ano letivo de 2023/2024, com um investimento total de 61.975,90€, permitindo apoiar os estudantes do Município no prosseguimento dos seus estudos.

O Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados teve um papel fundamental no apoio social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. No decorrer do ano, foram atribuídos diversos tipos de apoios, como a comparticipação em rendas e empréstimos bancários para aquisição de habitação (38 comparticipações), a comparticipação nas faturas da AdRA (172 candidaturas deferidas), assim como apoios à frequência de equipamentos desportivos e culturais (3 candidaturas deferidas). O fundo também destinou apoio ao Programa Municipal "Férias Divertidas" (7 candidaturas deferidas) e a outras necessidades pontuais, como apoio em situações de crise e extemporâneas (29 comparticipações deferidas). Além disso, o fundo proporcionou produtos de apoio (4 candidaturas deferidas), apoio à esterilização de animais (2 candidaturas deferidas), e apoio à melhoria das condições de habitabilidade (2 comparticipações

deferidas). Ao todo, o investimento no Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carentes foi de 95.504,91€.

Na ação social escolar, foram atribuídos apoios a 298 alunos no âmbito do ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico para o ano letivo de 2024/2025, com um investimento de 6.900,00€. Este apoio incluiu subsídios para material escolar e visitas de estudo, permitindo aliviar as despesas das famílias com crianças em idade escolar.

Estas ações refletem o compromisso do Município de Ílhavo em apoiar as camadas mais vulneráveis da população, proporcionando-lhes melhores condições de vida e oportunidades para o desenvolvimento social e académico.

No ano em apreço, no âmbito de uma aposta clara no mapeamento de recursos e na identificação de situações vulneráveis no território, o Município de Ílhavo acolheu a equipa do Radar Social, no contexto da candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Esta equipa, composta por três técnicos superiores, foi integrada no mapa de pessoal com contratos a termo, com duração de 27 meses.

O objetivo principal deste projeto é a articulação permanente com toda a comunidade e rede social local, contribuindo para o desenvolvimento da Carta Social, ferramenta essencial para o planeamento e gestão das necessidades sociais do município. O início do projeto exigiu investimentos essenciais para garantir o bom funcionamento da equipa, com um investimento total de 6.457,13€.

Este investimento visou assegurar os recursos necessários à operação do Radar Social, que desempenha um papel fundamental na identificação das necessidades sociais da população e na promoção de respostas eficazes em áreas vulneráveis.

Maioridade

O ano de 2024 foi marcado por uma intensa oferta de atividades direcionadas ao público sénior, no âmbito da programação do Laboratório do Envelhecimento e do Fórum Maior Idade. Ao longo do ano, foram desenvolvidas diversas iniciativas, com especial destaque para a abertura da Sala de Estar na Gafanha da Encarnação, que veio complementar a oferta já existente em outras freguesias do município, nomeadamente, na Gafanha da Nazaré e em Ílhavo. Esta expansão permitiu oferecer atividades em três freguesias, todas com um enfoque na promoção do envelhecimento saudável e ativo.

O ano foi também marcado pela criatividade e pela realização de diversos projetos de comunidade, em articulação com o 23 Milhas, além de inúmeros projetos de investigação que decorreram no Laboratório do Envelhecimento. Paralelamente, o Fórum Maior Idade passou por uma reabilitação, tendo funcionado temporariamente na Fábrica das Ideias enquanto se realizavam as obras. O plano da Maior Idade abrangeu não apenas as atividades regulares do Laboratório do Envelhecimento e do Fórum Maior Idade, mas também iniciativas como o Festival

Cabelos Brancos, os Maiores no Movimento, as Idolíadas, os Maiores sobre Rodas, entre outras atividades dirigidas à comunidade sénior.

Este vasto leque de atividades contou com um investimento de 85.232,72€, refletindo o compromisso do Município de Ílhavo em proporcionar uma oferta diversificada e de qualidade para o público sénior, promovendo a sua integração social e o seu bem-estar.

No que diz respeito à reabilitação do Fórum Maior Idade, esta intervenção correspondeu a um investimento total de 592.000€, destinado à execução do projeto e aos trabalhos de reabilitação das instalações. Além disso, foram ainda realizados investimentos em equipamento básico essencial para o desenvolvimento das atividades, no valor de 18.121€, assegurando que o Fórum dispõe das condições necessárias para o acolhimento e desenvolvimento das atividades dirigidas à população sénior.

O trabalho realizado ao longo de 2024 reafirma o compromisso do Município de Ílhavo com a qualidade de vida e o envelhecimento ativo dos seus cidadãos, oferecendo-lhes cada vez mais espaços e oportunidades para o seu desenvolvimento social e pessoal.

Transferência de competências

No âmbito da transferência de competências na Ação Social, em 2024, o Município de Ílhavo interveio em 1560 processos, correspondendo a 3530 pessoas, com o apoio de duas equipas compostas por 10 técnicos e 2 ajudantes familiares, coordenadas pelo Município através do Núcleo de Apoios e Acompanhamento Social e de Saúde Mental. Este trabalho foi essencial para garantir o acompanhamento e apoio às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, promovendo a inclusão e o bem-estar social.

Além disso, no âmbito dos protocolos estabelecidos para a área da Ação Social, foi realizado um investimento de 262.456,80€, contribuindo para o fortalecimento dos serviços prestados e a implementação de iniciativas de apoio às populações mais necessitadas. O esforço contínuo do Município de Ílhavo visa assegurar uma resposta eficaz e de qualidade às necessidades sociais da comunidade, através da articulação com os diversos agentes locais e instituições de apoio social.

Habitação e Serviços Coletivos

Habitação

No que diz respeito às empreitadas no âmbito da Estratégia Local de Habitação, o Município de Ílhavo tem vindo a dar passos importantes na reabilitação de fogos próprios, um processo que se tem concretizado ao longo do tempo e que já beneficiou de parte do financiamento atribuído pelo programa 1.º Direito, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Destaca-se a assinatura, em junho de 2024, dos Termos de Responsabilidade e Aceitação para a construção de 64 novos fogos (32 no Bebedouro, na Gafanha da Nazaré, e 32 na Rua da Escola, na Gafanha da Encarnação), assim como para a reabilitação de 8 fogos na Gafanha da Nazaré. O Município de Ílhavo continuou a trabalhar arduamente para que, até o final de 2024, os procedimentos para a adjudicação destas três empreitadas estivessem concluídos, com a intenção de avançar com as obras de forma célere e eficaz.

O valor total candidato no âmbito destas três empreitadas ascende a €8.925.216,03, tendo sido atribuído um financiamento total previsto de €12.744.948,26 no âmbito do programa 1.º Direito. Além disso, é importante destacar que o valor global candidatado pelo Município ao longo deste processo soma €20.573.289,24, refletindo a ambição e o compromisso do Município de Ílhavo em garantir a melhoria da oferta habitacional, com foco na reabilitação e construção de novos fogos, para responder às necessidades habitacionais da população.

Estas empreitadas são de grande relevância para a qualidade de vida dos habitantes de Ílhavo, proporcionando habitação digna, segura e acessível, enquanto contribuem para a revitalização e modernização das áreas envolventes. O Município segue empenhado em concretizar essas iniciativas com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida aos seus cidadãos, particularmente em áreas com maior carência habitacional.

No seguimento do 1º Direito – Programa de Acesso à Habitação, foram adquiridas 2 habitações de tipologia T3, as quais passaram por reabilitação para garantir as condições necessárias à sua ocupação. Para a distribuição dessas habitações, foi aberto um Concurso de Habitação Social, com as habitações entregues aos novos inquilinos após os trabalhos de reabilitação concluídos.

Além disso, foram realizadas diversas intervenções de reabilitação e manutenção nas frações de habitação social já existentes, assegurando a preservação e melhoria das condições habitacionais para os atuais inquilinos. O investimento total em manutenção do edificado de habitação social foi de 40.538,65€, refletindo o compromisso do Município em assegurar a qualidade e o conforto nas habitações sociais atribuídas à população.

Em junho de 2024, no âmbito da atualização bienal das rendas de habitação social, o Município de Ílhavo procedeu à revisão de todas as rendas apoiadas, garantindo a manutenção e a justiça nos valores cobrados aos inquilinos.

Essas ações são parte integrante da estratégia do Município de Ílhavo para promover o acesso à habitação digna e de qualidade, visando a inclusão e o bem-estar das famílias mais vulneráveis.

Ordenamento do território

Em 2024 avançou-se também significativamente, com resultados muito positivos, no procedimento para a Delimitação da REN. As entidades emitiram diversos pareceres, estando atualmente a decorrer as fases relativas à avaliação e ponderação das áreas a manter e a excluir desta servidão e restrição de utilidade pública, por forma a poder dar-se seguimento ao procedimento que o Município almeja ver terminado durante o ano 2025.

Também em 2024 foi aprovado o Relatório do Estado do Ordenamento do Território que possibilitou o início dos trabalhos internos tendentes à Revisão do Plano Diretor Municipal de Ílhavo. Foi ainda em 2024 que se estabeleceram os Termos de Referência para essa revisão, cuja abertura de procedimento foi levada a Reunião de Câmara no início de 2025, tendo este executivo atingido mais um dos objetivos a que se propôs durante o presente mandato: desenvolver e concluir o procedimento de alteração do PDM, para adaptação ao novo enquadramento legal, elaborar o REOT, instrumento legalmente indispensável para fundamentar a possibilitar o início de um procedimento de Revisão e, finalmente, desenvolver o documento base para a fundamentação da necessidade de Revisão de um Plano Diretor Municipal já com 10 anos de vigência que, urgentemente, precisa de se atualizar para responder às dinâmicas cada vez mais aceleradas do território, bem como aos novos desafios do planeamento urbano.

No que respeita às questões tendentes ao Programa da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande, no seguimento dos trabalhos levados a cabo pelo Grupo de Trabalho liderado pelo Município de Ílhavo, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Administração da Região Hidrográfica do Centro, promoveram a alteração ao programa, com incidência apenas no que respeita aos Planos de Intervenção de Praia. Destacamos, conforme já foi dado nota noutros documentos, que estes trabalhos apresentam um atraso significativo face ao compromisso assumido pela APA/ ARH-C no início de 2023. Ainda que este procedimento, inicialmente previsto estar concluído a tempo da sua implementação durante a época balnear de 2024, se tenha atrasado significativamente, face à recente publicação para Discussão Pública, o Município espera que possa estar concluído a tempo da implementação das novas medidas durante a época balnear de 2025. Ao longo de todo o processo, tem havido diversas oportunidades por parte, não apenas do Município de Ílhavo, mas de todo o grupo de trabalho, de destacar e registar, perante a APA/ARH-C que o trabalho não corresponde ao objetivo a que o Grupo se propôs e sobre o qual a APA se comprometeu a encetar todos os esforços: abertura e tramitação de um procedimento de revisão do POC-OMG.

Também durante o ano de 2024 foram desenvolvidos os trabalhos relativos ao Plano de Mobilidade Urbana Sustentável. Ao longo da elaboração deste plano, a comunidade foi chamada a participar, em diversas ocasiões pelo que, entendemos, faz todo o sentido que o mesmo seja

sujeito a uma fase de Discussão Pública, ainda que esta não esteja prescrita na lei. Após a realização do período de Discussão Pública serão devidamente considerados os contributos recebidos e o Plano remetido à Assembleia Municipal de Ílhavo para aprovação e posterior publicação na plataforma do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.. Este plano ficou marcado pela realização de diversas Sessões Participativas, concretizando uma visão estratégica para reforço do envolvimento da comunidade na elaboração dos instrumentos de planeamento. Acreditamos que desta forma, a comunidade se sentirá incluída e, por isso, mais responsável no âmbito da implementação das medidas, contribuindo ativamente não apenas para o desenho das soluções, mas também para o sucesso das mesmas, quando forem implementadas. Entendemos que estes tipos de ações são cruciais para o bom desenvolvimento dos projetos e concretização da visão para o Município.

Ainda no âmbito do planeamento, refira-se o desenvolvimento do Estudo Estratégico (*Masterplan*) para reforço da centralidade urbana da Gafanha da Nazaré. Foi realizada uma sessão de participação, à semelhança dos trabalhos desenvolvidos para outros instrumentos de planeamento, que contou com uma grande adesão por parte da comunidade desta cidade. Os trabalhos de desenvolvimento do estudo estratégico foram avançando, tendo em conta as conclusões e resultados da sessão, encontrando-se, atualmente, em fase de conclusão. Conforme já referido noutras ocasiões, o documento final resultará numa série de linhas orientadoras, definidas e trabalhadas tendo em conta a sua prioridade, por forma a atingir um determinado objetivo: reforçar a centralidade da Gafanha da Nazaré, promovendo um desenvolvimento urbano sustentável, a partir de um espaço público com mais qualidade.

Ainda no âmbito do planeamento, foi elaborado um procedimento para aquisição de cartografia para todo o território do Município de Ílhavo que servirá de base aos trabalhos tendentes ao procedimento de Revisão do PDM.

Planeamento urbanístico

No que respeita ao planeamento, importa destacar os trabalhos no âmbito do Sistema de Informação Geográfica do Município de Ílhavo, que tiveram um avanço significativo durante o ano de 2024. Concluiu-se o levantamento da sinalética que, além de ter reunido todas as informações relativas à sinalização vertical e horizontal, bem como ao mobiliário urbano de todo o Município, concretizou também um levantamento fotográfico de todos os arruamentos, dando ao Município e aos seus técnicos, ferramentas valiosas para o reforço das bases de dados. Em 2024 foram também elaborados ortofotomapas atuais do Município que estão já a ser utilizados como ferramenta diária de trabalho.

Também em 2024, foi realizado, por uma equipa externa, o levantamento do arvoredo urbano, dando cumprimento a uma obrigatoriedade legal estabelecida para todos os Municípios. Este levantamento, além de sinalizar as espécies existentes, permitirá ainda, através do SIG, registar o estado fitossanitário, em que datas foram realizadas podas, ou até quando estão previstas as próximas, entre outros dados relevantes, consoante as necessidades verificadas ao

longo do tempo. O Sistema de Informação Geográfica tem vindo a ser desenvolvido nos últimos dois anos de forma significativa, face a uma estagnação de um sistema com inúmeras potencialidades, completamente subaproveitado desde 2006, data em que foi feito o primeiro registo. Nos últimos dois anos, o SIG deixou de ser utilizado apenas pela Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, para ser uma ferramenta transversal que congrega dados, atualizados, úteis para todas as equipas de trabalho e para todas as áreas de atuação municipal, com grande impacto, quer ao nível político, como na esfera técnica. Continua-se a investir na criação de rotinas e fluxos de trabalho que promovam a atualização constante da informação disponível, por forma a utilizar todo o potencial desta ferramenta. O trabalho de desenho e programação de *dashboards*, crucial para a boa utilização e leitura dos dados disponíveis, continua a decorrer, nas mais diversas áreas, possibilitando ao executivo e às equipas o acesso a determinados dados, devidamente tratados, apresentados de forma dinâmica e sob a forma de gráficos, para visualização de informação relevante de forma rápida, intuitiva e em tempo real.

A aquisição e manutenção do serviço de espaço Cloud para a infraestrutura dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) da Câmara Municipal de Ílhavo foi um passo significativo na modernização da gestão e disponibilização de dados geoespaciais do município. Este investimento visou a implementação de uma plataforma em cloud, que possibilita o alojamento e acesso online ao Sistema de Identificação Geográfica, facilitando a consulta e análise de informações territoriais de forma mais eficiente e acessível.

O valor global do contrato foi de 37.140,00€, com um prazo de execução de 2 anos, refletindo a importância da modernização da infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal. Ao optar por esta solução em cloud, o Município de Ílhavo assegura a escalabilidade, a segurança e a atualidade dos dados geoespaciais, permitindo uma gestão mais eficaz das informações urbanísticas, ambientais e de planeamento. Este investimento, além de promover a eficiência nos processos, também contribui para a melhoria da tomada de decisões estratégicas, alinhando-se com as melhores práticas de gestão pública e inovação tecnológica.

A implementação desta plataforma em cloud é, portanto, uma ferramenta crucial para a modernização da gestão geoespacial no município, garantindo o acesso a informações precisas e atualizadas, essenciais para o desenvolvimento sustentável e planeamento urbano.

Também no âmbito de projetos urbanísticos, foi desenvolvido o projeto de arquitetura para a envolvente do Mercado Municipal e nova Loja de Turismo da Costa Nova do Prado, tendo entretanto sido iniciado o projeto de execução, incluindo das especialidades.

Urbanização

Em 2024, o Município de Ílhavo desenvolveu uma série de projetos estruturais de grande relevância, que refletem o compromisso com a melhoria das infraestruturas e a criação de um espaço público mais seguro e acessível. Estes projetos, com um impacto significativo na mobilidade, segurança e qualidade de vida da população, abrangem áreas essenciais da cidade e das suas freguesias.

Um dos destaques foi a alteração do traçado da Ciclovía da Rua do Norte, na Gafanha de Aquém. A eliminação de um troço da ciclovía, que não apresentava condições adequadas de circulação devido à sua escassa largura, foi substituída por um novo percurso demarcado na via, partilhado com o trânsito automóvel. Esta solução melhorou substancialmente a segurança para os ciclistas, garantindo um fluxo mais seguro e eficiente para todos os meios de transporte.

O Município de Ílhavo realizou também a pavimentação e reforço da sinalização da Rua Padre Américo, junto à Escola Básica de 1.º Ciclo da Marinha Velha, na sequência dos trabalhos de execução de passeios levados a cabo pela Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré no âmbito dos Contratos Interadministrativos celebrados para o ano 2023. A intervenção foi realizada com o objetivo de promover a segurança rodoviária na envolvente da escola e surge em linha com outras ações do mesmo tipo que o Município tem vindo, paulatinamente, a implementar.

Outro projeto estrutural de grande importância foi a conclusão da empreitada de prolongamento da Rua Dr. Joaquim António Vilão, na Gafanha da Nazaré. Esta intervenção visou não só melhorar o trânsito nas imediações da Escola Secundária, mas também proporcionar condições de segurança para os alunos que se deslocam a pé ou de bicicleta. A obra incluiu a implementação de passadeiras sobreelevadas e ciclovias, promovendo uma maior segurança e qualidade na circulação dos diferentes meios de transporte e garantindo a acessibilidade e pessoas com mobilidade reduzida.

Além disso, foi iniciada a empreitada de prolongamento da Rua da Escola, na Coutada, em São Salvador, até à Rua Dinis Gomes, com um investimento superior a €250.000,00, que se encontra em fase de conclusão.

Também a via de ligação entre a Rua das Cancelas e a Rua Gabriel Ançã foi desenvolvida durante o ano de 2024, tendo sido inaugurada no início do corrente ano. Estes investimentos, na envolvente das Escolas, surgem no âmbito da visão estratégica para as questões da mobilidade, e integra-se e articula-se com outras medidas, como o reforço da sinalização horizontal, a instalação de lombas reductoras de velocidade e de elementos dissuasores, a colmatação de tramos de passeios, a instalação de passadeiras sobreelevadas, as empreitadas de pavimentação e a criação de novas Zonas de 30 e Zonas de Coexistência. Pretende-se, com as intervenções realizadas, garantir uma coexistência segura dos diferentes modos de mobilidade, como automóveis, autocarros e bicicletas, sem descurar a segurança para o peão, privilegiando-o, por forma a que se possa efetivamente promover a escolha pelos modos ativos, particularmente no seio da comunidade escolar.

Conforme tem sido habitual durante o presente mandato, o Município de Ílhavo continuou a implementar várias empreitadas de pavimentação em diferentes locais do território, com o objetivo de melhorar a qualidade das infraestruturas rodoviárias e garantir uma melhor mobilidade para os seus cidadãos.

Ainda neste âmbito, destaquem-se as questões relacionadas com as Obras Particulares e o Urbanismo. É premente fazer um balanço aos trabalhos no âmbito do urbanismo. Ao longo dos últimos anos, tem existido um crescimento constante do número de requerimentos a dar

entrada nos serviços municipais. Esse aumento constante vem em linha com a tendência demográfica expressa nos dados mais recentes do INE, relativos ao aumento populacional no Município. Como consequência, também as receitas tiveram um aumento significativo ao longo do presente mandato, com maior destaque no que respeita às taxas relativas à Ocupação de Espaço Público. Apesar das isenções aplicadas durante o período COVID-19, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho de regularização no que respeita à cobrança das taxas de ocupação de espaço público e à notificação anual dos diversos estabelecimentos sujeitos ao pagamento deste tipo de taxa. A receita, relativa ao urbanismo, em 2024, fez um total de €983.421,00, o que representa um aumento de 248% face a 2021. Já no que diz respeito à ocupação de espaço público, o valor de 2024 fez €111.610,00, face a um valor de €3.314,00, em 2021, decorrente das isenções já referidas. Ainda assim, no global, em 2021 apurou-se uma receita global de €399.657,00, face a uma receita global de €1.095.031,00 em 2024, perfazendo um aumento global de 274% ao longo do presente mandato.

Relativamente aos arranjos urbanísticos que têm vindo a ser desenvolvidos paulatinamente, destaquem-se as intervenções que têm procurado promover novas centralidades nas diversas freguesias do Município de Ílhavo, transformando o espaço público, por forma a convidar à permanência e a tornar o seu usufruto mais agradável. Neste âmbito, destaque-se o arranjo urbanístico desenvolvido na Gafanha da Encarnação, na Rua da Escola, que liga a Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclo à Escola Básica de 1.º Ciclo, mas também alguns projetos desenvolvidos pelas Juntas de Freguesia, com o apoio do Município de Ílhavo, ao abrigo dos Contratos Interadministrativos.

Também no que respeita ao trabalho no espaço público, o Município de Ílhavo tem promovido a realização de pequenas intervenções de melhoria e reabilitação. Destaque-se o cruzamento da Rua dos Extremos, no limite entre as freguesias da Gafanha da Encarnação e a Gafanha do Carmo, que foi intervencionado por forma a melhorar não apenas a qualidade do espaço público, mas também as questões de segurança na circulação na área, promovendo a diminuição da velocidade de circulação automóvel nesta zona habitacional.

Ainda no ano de 2024 foram realizados os trabalhos de sondagens geológicas na envolvente da atual Ponte da Vista Alegre, tendo sido possível recolher informação fulcral para o desenvolvimento do projeto de execução da nova ponte, que se encontra em elaboração, consequente do concurso de ideias concluído em março de 2024.

Saneamento

No que diz respeito à construção da rede de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, 2024 foi um ano de progressos significativos para o Município de Ílhavo. Destaca-se o início da empreitada na Gafanha do Carmo (PAR013), que marca mais um avanço na melhoria da infraestrutura de saneamento na região. Paralelamente, continuaram os trabalhos na freguesia da Gafanha da Encarnação, que, devido à complexidade dos sistemas encontrados durante a obra, apresentam algum atraso em relação ao prazo originalmente previsto para a conclusão. No

entanto, a execução dos trabalhos continua a ser uma prioridade, dada a sua importância para a melhoria da rede de drenagem.

Além disso, foi adjudicada a empreitada para a construção da rede de drenagem nas freguesias da Gafanha de Aquém e Gafanha da Boavista (PAR008), cujo início está previsto para o arranque do 2.º trimestre de 2025. Este investimento, que será repartido entre a AdRA e o Município de Ílhavo, tem como objetivo expandir a cobertura de saneamento básico na região, garantindo condições adequadas para a gestão das águas residuais e pluviais. As obras previstas nesta empreitada fazem parte de um plano abrangente para melhorar as infraestruturas municipais e alcançar uma taxa de cobertura de saneamento básico próxima dos 100%, ficando apenas por resolver algumas questões pontuais em áreas específicas.

Estas empreitadas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Município de Ílhavo e para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, ao garantir a adequação e eficiência dos sistemas de drenagem e saneamento, essenciais para o bem-estar da comunidade e para a preservação ambiental.

Resíduos sólidos

No ano de 2024, o Município de Ílhavo continuou a investir na gestão eficiente dos resíduos sólidos urbanos, com uma prestação de serviços dedicada, cujo custo total foi de 2.400.000€. Este valor contempla a execução dos serviços de gestão e tratamento dos resíduos, assegurando uma gestão ambientalmente responsável e sustentável.

Além disso, foram registados custos associados à entrega e recolha de resíduos sólidos urbanos no valor de 2.220.000€, englobando as despesas relativas à logística da recolha e ao transporte dos resíduos, bem como os custos operacionais relacionados com o processo de entrega. Essas ações fazem parte do esforço contínuo do Município para garantir uma rede de serviços de gestão de resíduos eficaz, que contribui para a preservação do ambiente e para a qualidade de vida da população.

Esses investimentos têm um impacto direto na melhoria da eficiência dos serviços públicos e na manutenção de um ambiente mais limpo e sustentável para todos os cidadãos.

Jardins parques e espaços verdes

Em 2024, o Município de Ílhavo deu continuidade ao compromisso assumido de criar espaços verdes municipais mais sustentáveis, promovendo uma maior biodiversidade, espaços mutáveis que acompanhem as mudanças de estação ao longo do ano, e que sejam menos exigentes em recursos hídricos. Este compromisso traduziu-se em investimentos significativos na manutenção e melhoria destes espaços.

Foram alocados 66.000€ para a manutenção dos espaços verdes, com a aquisição de plantas e fatores de produção, garantindo o rejuvenescimento e a qualidade dos espaços. Além

disso, foram investidos 12.000€ na reparação e aquisição de equipamentos, assegurando as condições necessárias para a conservação dos espaços ao longo do ano. A intervenção mais relevante no ano de 2024 foi realizada na Frente Ria da Costa Nova, com um investimento de 38.500€. Esta intervenção visou dar continuidade ao relvado já existente e permitir que toda a zona verde junto à ria fosse adequadamente estruturada para a fruição dos munícipes e dos visitantes, criando um espaço de lazer e convivência que valoriza ainda mais o património natural da região.

Durante o ano de 2024 foi ainda terminado o estudo prévio relativo à Biblioteca Gastronómica, num projeto a desenvolver no Cais da Malhada, em Ílhavo, devidamente integrado com o Parque Urbano da Malhada, cujo estudo prévio foi também terminado e já aprovado em Reunião de Câmara. Estes dois projetos, em conjunto, virão concretizar a vontade de reforçar a ligação da cidade de Ílhavo à Ria. Desta forma, Ílhavo terá um novo espaço verde devidamente reabilitado e, em simultâneo, através do desenho urbano, o centro da cidade de Ílhavo vai estar mais próximo da ria: o percurso requalificado até à ria culminará num edifício icónico, que convidará à observação da paisagem natural, albergando um programa que terá como objetivo promover os produtos endógenos da ria, particularmente na vertente gastronómica. Ílhavo verá finalmente concretizada a intenção já prevista em instrumentos de planeamento, de criar uma zona verde de grande relevância, no centro da cidade de Ílhavo, prolongando o eixo iniciado no Jardim Henriqueta Maia até ao Esteiro da Malhada.

O reforço da ligação entre a cidade e a Ria continuou a ser um foco estratégico, com a aprovação do projeto para o Posto Náutico da Praia da Barquinha, que proporcionará novas opções de lazer e atividades náuticas para a comunidade, especialmente na época estival. O Posto Náutico será um equipamento de grande importância para a valorização da costa e para a promoção de atividades aquáticas, de lazer e desportivas, atraindo turistas e fomentando o contacto com a natureza.

Ainda no âmbito da valorização e requalificação de espaços verdes, foi publicamente apresentado o Parque Verde da Zona Norte da Praia da Barra, que virá a ser denominado Parque Engenheiro Coutinho Lima. Este parque, que irá reabilitar uma área em completo abandono, será um novo ponto de lazer e fruição da paisagem natural da Ria, servindo como uma porta de entrada para o município de Ílhavo. O projeto, que resultou de um acordo de concessão com a Administração do Porto de Aveiro, representa um investimento superior a 1.000.000€, e será desenvolvido de forma gradual, com o objetivo de criar um espaço verde que promova a sustentabilidade, a fruição e o bem-estar da comunidade.

Estas ações refletem o compromisso do Município de Ílhavo em promover a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida, criando espaços urbanos mais integrados com a natureza e acessíveis a todos.

Proteção do meio ambiente

Durante o ano de 2024, o Município de Ílhavo reforçou o seu compromisso com a educação ambiental e a sustentabilidade, através da implementação e acompanhamento de

diversos projetos. Um dos principais marcos foi a continuidade do projeto Eco-Escolas da ABAE, mantendo 100% de eco-escolas públicas galardoadas, o que evidencia o esforço contínuo na promoção de práticas ambientais sustentáveis nas escolas.

Além disso, o acompanhamento da época balnear foi realizado com grande dedicação, garantindo o reconhecimento no âmbito da Bandeira Azul, que atesta a qualidade ambiental das praias do Município. A iniciativa Praia Acessível – Praia para Todos também foi uma prioridade, tornando as praias mais inclusivas. Para além disso, foram realizadas diversas campanhas de educação ambiental direcionadas à população, com o objetivo de sensibilizar para as questões ambientais e a importância da preservação. O investimento total nas ações de educação ambiental foi de 16.332,87€.

No âmbito do Plano Municipal de Ação Climática, foi desenvolvido um novo plano em 2024, alinhado com as exigências da Lei Bases do Clima, que visa criar um novo instrumento de política climática focado em duas áreas principais: adaptação e mitigação. O plano define ações e estabelece uma cronologia para atingir as metas climáticas definidas, com um investimento de 25.247,70€.

Na área do Meio Ambiente, o Município também fez investimentos significativos em equipamentos, com destaque para o reforço de ecopontos no espaço público, no valor de 27.278,17€, visando facilitar a recolha seletiva de resíduos e promover a reciclagem. Além disso, foram realizadas campanhas de sensibilização ambiental, com um investimento de 1.684,49€.

A recolha seletiva de biorresíduos também recebeu atenção especial em 2024, com a implementação do projeto piloto de recolha de proximidade e a recolha em grandes produtores, totalizando um investimento de 205.997,12€. Para garantir o sucesso deste projeto, foram adquiridos baldes para entrega aos munícipes abrangidos pela zona piloto, com um custo de 4.723,20€, e contentores de recolha de proximidade, no valor de 19.872,86€. Esses investimentos visam melhorar a eficiência da recolha de biorresíduos e contribuir para a redução de resíduos enviados para aterro, promovendo a sustentabilidade e a economia circular no Município.

Em 2024, o Município de Ílhavo desenvolveu também importantes ações de intervenção nos passadiços das Praias da Barra e da Costa Nova do Prado, com o objetivo de reforçar a proteção ambiental e garantir a sustentabilidade dessas áreas. Essas intervenções foram realizadas em estreita articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Administração da Região Hidrográfica do Centro (ARH Centro), com financiamento deste organismo, o que permitiu a realocação de parte dos passadiços, uma ação necessária para a consolidação do cordão dunar.

Esta medida visou não só melhorar a segurança e o conforto dos utilizadores dos passadiços, mas também proteger a infraestrutura contra a erosão e os impactos das condições climáticas adversas, promovendo a sustentabilidade ambiental da região. A ação foi uma resposta direta à necessidade de adaptação das infraestruturas à dinâmica natural do território, assegurando que as intervenções respeitassem e preservassem o ambiente local. Ao realizar estas melhorias, o Município de Ílhavo reafirma o seu compromisso com a preservação do

património natural e com a promoção de um desenvolvimento sustentável, que permite à comunidade e aos visitantes usufruírem de forma segura e responsável das suas praias e áreas envolventes.

Foi ainda iniciada a empreitada para a substituição das válvulas anti-retorno, comumente referenciadas como válvulas de maré, uma intervenção crucial para a proteção das zonas ribeirinhas e a melhoria da infraestrutura de drenagem do município. Esta obra está a ser desenvolvida ao longo de várias áreas estratégicas, nomeadamente na frente de ria da Costa Nova do Prado, da Praia da Barra, e ao longo do Caminho do Praião, na Gafanha da Encarnação e na Gafanha do Carmo.

As válvulas anti-retorno desempenham um papel fundamental na prevenção do refluxo de água salgada durante os períodos de maré alta, evitando o alagamento das zonas ribeirinhas e a deterioração das infraestruturas locais. A substituição destas válvulas visa melhorar a eficiência do sistema de drenagem, garantindo maior segurança e proteção para as áreas afetadas. Com esta intervenção, o Município de Ílhavo reforça seu compromisso com a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida dos seus habitantes, enquanto assegura a resiliência das infraestruturas locais frente aos desafios impostos pelas variações climáticas e do nível do mar.

Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

Cultura

O Plano de atividades da Cultura para o ano de 2024 foi marcado por um intenso programa de celebrações e intervenções culturais. Entre os destaques, esteve o assinalar de duas efemérides de grande relevância: o cinquentenário do 25 de abril e o bicentenário da fundação da Fábrica Vista Alegre, que moldaram a programação do ano e mobilizaram recursos significativos. O investimento total foi de 965.383,88€, que contemplou tanto a programação regular quanto festivais e programação especial associada às referidas efemérides.

Em termos de infraestrutura, o Museu Marítimo de Ílhavo passou por uma intervenção de grande envergadura com a reestruturação do aquário dos bacalhaus, que envolveu um investimento de 194.544,88€. Esta ação teve como objetivo criar condições adequadas para a receção de uma nova população de bacalhaus. No mesmo ano, o Município adquiriu também a coleção de negativos da casa de fotografia Fotomar, um modelo do Navio Museu Santo André à escala 1:100, e um par de esculturas ilhavenses da Vista Alegre, com um investimento total de 17.387€.

O 23 Milhas, uma das principais entidades culturais do município, recebeu um investimento de 187.780,37€ em infraestruturas e equipamentos funcionais para apoio à produção dos espetáculos. A Biblioteca Municipal também teve um significativo investimento de 36.671,52€, que foi direcionado para a renovação do mobiliário de apoio às atividades e funcionamento e para a aquisição de livros.

O apoio à produção literária local foi igualmente uma prioridade, com o Município a editar um livro e a apoiar 3 edições e 1 reedição de autores locais, num montante de 18.244,03€.

Em termos de participação cultural, os números de 2024 demonstram um grande envolvimento da população nos diversos espaços culturais do município. A Biblioteca registou 34.445 requisições de livros e 18.579 participantes em atividades culturais. O Centro de Documentação de Ílhavo (CDI) contabilizou 1.347 utilizadores presenciais e 4.926 utilizadores online, com um total de 9.474,79€ investidos. O Museu Marítimo de Ílhavo (MMI) teve 78.005 visitantes, com um investimento de 100.083,26€. Por fim, o 23 Milhas envolveu 87.810 participantes em suas atividades, com um investimento de 847.325,06€.

Além das atividades regulares, o Município de Ílhavo promoveu outras atividades culturais de grande destaque. Em abril de 2024, acolheu o aniversário da AptCVC e a entrega das condecorações honoríficas, um evento de grande importância para a cerâmica nacional e internacional. Este evento também incluiu a ação “Bom Dia Cerâmica”, realizada em maio, em parceria com outras entidades e territórios. A Festa do Pão no Jardim Henriqueta Maia foi outra grande atração cultural, celebrando os produtos endógenos, nomeadamente o pão e o Folar de Vale de Ílhavo, com milhares de visitantes a participar.

O Ciclo de Concertos nas Igrejas, que reuniu músicos locais da plataforma PRAIA, foi mais uma importante iniciativa, realizando concertos gratuitos nas igrejas matrizes do município e promovendo a fruição de música clássica em diversos espaços patrimoniais. Este ciclo teve como objetivo levar a cultura a todas as freguesias, criando momentos únicos no período que antecede o Natal.

O investimento nas outras atividades culturais foi de 48.173,57€, refletindo o compromisso do Município em enriquecer a vida cultural da sua comunidade e em promover a valorização do património local e da identidade cultural da região.

Os Festivais de Verão em 2024 foram marcados pelo contínuo esforço do município em melhorar as instalações que acolhem as associações parceiras, responsáveis pela realização de eventos de grande destaque como o Festival da Sardinha, Marisco e Bacalhau. A melhoria das infraestruturas teve como objetivo proporcionar condições mais adequadas para a realização dos festivais, atendendo tanto às necessidades logísticas como à qualidade da experiência para o público.

A programação dos festivais foi abrangente, com um foco especial em atividades dedicadas às famílias e a todos os públicos, oferecendo uma variada gama de atrações e atividades culturais e recreativas. A organização procurou acompanhar a tendência crescente de aumento de custos relacionados com os serviços e a locação de bens, um desafio que foi sendo enfrentado de forma equilibrada entre o investimento nas infraestruturas e a programação.

Este investimento visou não apenas garantir a qualidade da experiência para os visitantes, mas também otimizar a execução financeira do evento, em face das dificuldades impostas pelos custos crescentes. O investimento total na realização dos festivais de verão foi de 435.276,43€,

refletindo o compromisso com a excelência na organização e promoção do evento, mantendo a atratividade e a importância dos festivais para a identidade cultural do município.

Desporto recreio e lazer

O Município de Ílhavo tem demonstrado um forte compromisso com o desenvolvimento desportivo, abordando diversas vertentes: educativa, recreativa e competitiva. Este empenho visa promover a atividade física e o bem-estar em todas as faixas etárias e segmentos da comunidade, reafirmando a importância do desporto como ferramenta essencial para a qualidade de vida e inclusão social.

Na vertente educativa e pedagógica, em 2024, a Câmara Municipal manteve em funcionamento a Escola Municipal de Natação e a Escola Municipal de Ténis. Estas iniciativas têm como objetivo incentivar a prática desportiva desde a infância, inculcando hábitos saudáveis desde cedo. Ambas as escolas oferecem ensino estruturado nas modalidades, assegurando uma base sólida para a formação de futuros praticantes e proporcionando à população uma oferta educativa desportiva de excelência.

Também a Escola Municipal de Educação Rodoviária (EMER) que celebrou o seu 20.º aniversário, continua a capacitar os jovens para uma segura e consciente utilização das vias rodoviárias públicas, tendo sido iniciada a sua reabilitação e atualização.

Além disso, a Câmara Municipal investiu significativamente na melhoria das condições para a prática desportiva. Destaca-se a intervenção em curso na Piscina Municipal de Ílhavo, um projeto ambicioso que visa reestruturar a receção e os balneários, instalar uma nova cobertura e implementar novos sistemas e equipamentos para melhorar o conforto térmico dos utilizadores. Essa intervenção é um exemplo claro do empenho da autarquia em assegurar instalações modernas e confortáveis para a população, garantindo a continuidade da prática desportiva com elevados padrões de qualidade.

O protelar das devidas manutenções tem como consequência a necessidade de intervenções estruturais, perfeitamente evitáveis noutras circunstâncias, que são mais onerosas para o erário público. Um exemplo disso é a intervenção na Piscina Municipal de Ílhavo, um equipamento que não teve qualquer tipo de intervenção nas fachadas desde a data da sua construção. A intervenção, inicialmente programada para um determinado prazo de execução, teve de ser repensada e replaneada para fazer face às patologias encontradas no decorrer das obras, após demolições e avaliação das infraestruturas. Durante o ano de 2024, já decorreram a instalação de novos vãos e a substituição da iluminação interior, com previsão para a conclusão no primeiro semestre de 2025. A restante intervenção inclui os balneários, a substituição integral da cobertura na nave, a reabilitação das coberturas planas, a pintura do interior da nave e a substituição dos equipamentos de AVAC.

Na vertente recreativa, o Município de Ílhavo continuou a promover programas de grande impacto, como o Férias Divertidas, OlimpÍlhavo e Maiores no Movimento, sempre com o objetivo

de proporcionar opções saudáveis de lazer e bem-estar à comunidade. Além disso, o apoio à realização de eventos desportivos de grande destaque, como a Corrida Popular da Costa Nova do Prado, que contou com a participação de 838 pessoas, e a Travessia da Ria a Nado / Aquatlo, com 129 participantes, reforçou o papel do Município na promoção da atividade física entre todos os cidadãos. O Município também manteve a sua tradição de apoiar eventos desportivos associados ao Mareato e ao Festival do Bacalhau, sempre com foco na promoção do desporto e da saúde, consolidando-se como um agente ativo na dinamização de atividades que envolvem a comunidade e incentivam o envolvimento com a prática desportiva.

No que se refere à componente associativa, a Câmara Municipal de Ílhavo reforçou o apoio aos clubes e associações desportivas locais, tendo assinado, em novembro de 2024, 15 Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo e 7 Acordos de Cooperação, com um investimento total de cerca de 458 mil euros. Este apoio tem como objetivo garantir a sustentabilidade e o crescimento das iniciativas desportivas locais, além de proporcionar melhores condições para os atletas e as equipas, fomentando o desenvolvimento do desporto de base e o apoio à competitividade.

Foram apoiadas diversas atividades com impacto a nível regional, nacional e internacional, em modalidades tão variadas como o surf, a petanca, a natação, a vela e o basquetebol. Estas iniciativas evidenciam a importância da prática desportiva como uma componente essencial na educação, formação, saúde e bem-estar físico e psicológico de toda a comunidade. O Município de Ílhavo está plenamente comprometido em promover a prática e a cultura desportiva no concelho, com o objetivo de garantir o bem-estar físico e psicológico da sua população.

Este compromisso com o desporto foi novamente reconhecido com a atribuição do galardão 'Município Amigo do Desporto', pelo 7.º ano consecutivo, evidenciando a qualidade das intervenções municipais no setor desportivo. Além disso, o Município também recebeu o reconhecimento pela Qualidade da Programação Desportiva Municipal, destacando as boas práticas e o impacto positivo dos programas e atividades desportivas nas comunidades locais.

No âmbito da melhoria das infraestruturas desportivas, foi realizada a aquisição de dois marcadores eletrónicos multidesportivos, com o objetivo de otimizar o acompanhamento e a visualização dos jogos e competições realizadas nos Pavilhões Municipais Capitão Adriano Nordeste e da Gafanha da Nazaré. Estes equipamentos permitem uma gestão eficiente do tempo e da pontuação, melhorando a experiência dos atletas e do público durante os eventos desportivos.

Com um valor global do contrato de 55.360€ e um prazo de execução de 180 dias, a instalação dos marcadores foi realizada dentro dos prazos previstos, assegurando que as infraestruturas estivessem prontas para utilização nas competições subsequentes. Este investimento reflete a aposta contínua na melhoria das condições de prática desportiva no Município de Ílhavo, garantindo que os pavilhões municipais ofereçam um ambiente adequado e moderno para os praticantes e espectadores.

A implementação desses marcadores eletrônicos é mais um reflexo do compromisso da Câmara Municipal de Ílhavo em promover e valorizar o desporto local, contribuindo não só para o bem-estar da comunidade, mas também para o crescimento e a visibilidade da prática desportiva em todas as faixas etárias, incentivando um futuro cada vez mais saudável e ativo para todos.

Em 2024 foi também desenvolvida a intervenção no Pavilhão Capitão Adriano Nordeste. A estrutura foi reabilitada, a cobertura anterior, em fibrocimento, foi retirada e foi aplicada uma nova cobertura, numa composição que proporciona melhores condições, não apenas no que respeita à segurança e saúde públicas, mas também em termos de luminosidade e acústicas. Apesar de todas as precauções, o processo de reabilitação deu origem a algumas patologias, graves, que foram já alvo de correção por parte da empresa que realizou a empreitada. Foi também substituída a iluminação do pavilhão, com a instalação de luminárias mais eficientes e foram pintados os panos interiores das fachadas. Está também prevista a aplicação de um novo piso técnico de jogo. De lembrar que anteriormente foi também reabilitado o ginásio e foi instalado um novo painel marcador. Todas estas intervenções trarão uma melhoria substancial das condições atualmente apresentadas por este espaço, tornando-o mais adequado para a realização dos eventos desportivos.

Em 2024, o Município de Ílhavo promoveu uma significativa transformação no centro da cidade de Ílhavo, com a substituição do antigo campo de minigolfe por um circuito de inércia, também conhecido como “Pumptrack”. Este investimento, no valor de cerca de €75.000,00, trouxe uma nova infraestrutura de lazer, composta por uma pista pavimentada com lombas, rolos e curvas, projetada para permitir a progressão através do balanço do corpo. O circuito, fechado e direcionado à prática de skate, BMX e patins, obteve uma excelente adesão por parte da comunidade, comprovando a sua relevância e pertinência.

Além do “Pumptrack”, a área circundante também recebeu diversas melhorias. Foi instalado um campo de padel, atendendo à crescente procura por novas modalidades desportivas, e reabilitada a zona verde entre a Piscina Municipal de Ílhavo e o antigo Posto de Turismo, com a reformulação do sistema de drenagem, resolvendo problemas anteriores relacionados com a retenção de águas. O campo de jogos nas imediações também foi alvo de intervenção, com a lavagem e pintura dos muros, além da reabilitação total do pavimento e das marcações, proporcionando um espaço de qualidade para a prática desportiva e lazer na cidade. Estas melhorias refletem o compromisso do Município em diversificar e modernizar a oferta de equipamentos e infraestruturas, atendendo às necessidades e interesses da população.

Juventude e tempos livres

Ao longo de 2024, a Câmara Municipal de Ílhavo desenvolveu diversas iniciativas voltadas para a juventude, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento pessoal, cultural e social, criando oportunidades que estimulam a sua participação ativa na comunidade e a sua inserção no mercado de trabalho.

Entre as principais ações, destacam-se o Programa Municipal de Bolsas de Estágios de Trabalho (PMBET), que visou facilitar a integração dos jovens no mercado de trabalho, oferecendo 20 oportunidades de estágio remunerado. Além disso, o Programa Municipal de Tempos Livres – Ocupação Jovem contou com projetos como Animação de Espaços Lúdicos, Férias Divertidas e Valorização do Património Cultural, beneficiando ao longo do ano 189 jovens e proporcionando-lhes experiências enriquecedoras e oportunidades de aprendizagem.

A Sessão Municipal do Parlamento dos Jovens também se destacou como uma plataforma importante para incentivar a participação cívica e política dos jovens. Em 2024, o tema foi "Viver abril na Educação: caminhos para uma escola plural e participativa", com a participação de 33 jovens, que tiveram a oportunidade de debater e propor soluções para questões relevantes na área da educação.

O Conselho Municipal de Juventude, órgão consultivo fundamental para a representação e participação ativa dos jovens nas decisões municipais, realizou 4 reuniões durante o ano, emitindo pareceres e sugestões sobre políticas e programas municipais direcionados à juventude.

Além disso, a Câmara Municipal de Ílhavo ofereceu apoio financeiro e logístico, através de protocolo, às duas associações juvenis existentes no município e aos 7 grupos de escuteiros, incentivando a dinamização de atividades juvenis. Um dos eventos de destaque foi o XX Acampamento Regional da Região de Aveiro – ACAREG 2024, que contou com o apoio logístico e operacional do Município, acolhendo cerca de 2000 escuteiros na zona da Colónia Agrícola, entre 27 de julho e 2 de agosto.

Após a auscultação dos jovens, foi desenvolvido o programa do Festival Mareato, que teve lugar nos jardins da Costa Nova do Prado. Este evento, pensado especialmente para a juventude do município, proporcionou uma ampla variedade de atividades, incluindo práticas desportivas, oficinas de capacitação e uma série de concertos. A iniciativa teve como objetivo promover a participação ativa dos jovens na cultura e no desporto, criando um ambiente de socialização e desenvolvimento pessoal. Além disso, o festival foi uma oportunidade para os jovens expressarem a sua criatividade e desenvolverem novas competências, reforçando o compromisso do município em apoiar e envolver a sua comunidade jovem em atividades enriquecedoras e diversificadas.

Todas estas iniciativas demonstram o compromisso da Câmara Municipal de Ílhavo em criar um ambiente favorável ao desenvolvimento integral dos jovens, estimulando a sua participação ativa na comunidade. A atuação municipal na área da juventude é transversal às áreas educativa, desportiva, cultural e social, refletindo-se na manutenção do Selo de Município Amigo da Juventude, com a categoria de 4 estrelas.

FUNÇÕES ECONÓMICAS

Estacionamento

Em 2024, na Praia da Barra, foi implementada uma significativa alteração no estacionamento da Avenida João Corte-Real, com a introdução do sistema de estacionamento em espinha invertida. Esta alteração teve como objetivo principal melhorar a segurança e visibilidade dos condutores e pedestres, enquanto contribuiu para uma maior fluidez no trânsito, especialmente em períodos de elevada afluência, quando a área enfrenta tráfego excessivo. A alteração no estacionamento foi cuidadosamente planeada e executada em estreita colaboração com a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, a GNR e a Proteção Civil Municipal, garantindo uma solução eficaz e segura para todos os utilizadores da via. Os resultados até agora têm sido bastante positivos, com uma melhoria substancial na circulação de veículos e na redução do congestionamento, contribuindo para uma experiência mais tranquila tanto para os residentes como para os visitantes da zona.

Transportes

Durante o ano de 2024, o Município de Ílhavo deu um passo importante na modernização e sustentabilidade da sua frota municipal. Além do reforço com a aquisição de duas novas viaturas para diversos serviços, o Município também beneficiou da entrega de dois veículos elétricos pelo Governo, que se destinam a apoiar as equipas dos Centros de Saúde. Esta iniciativa faz parte de um esforço contínuo para promover a sustentabilidade e a redução da pegada de carbono, alinhando-se com as políticas de descarbonização em curso.

Adicionalmente, os postos territoriais da GNR do Município também foram contemplados com a entrega de uma viatura 100% elétrica para cada um, contribuindo para a modernização da frota e a redução de emissões no âmbito das forças de segurança.

Outro destaque foi o reforço do transporte escolar, com a aquisição de mais um autocarro, semelhante ao adquirido em 2022. Este autocarro, devidamente certificado para o transporte escolar de crianças com idade superior a 3 anos, aumenta a capacidade total de transporte coletivo do Município, que passou a ser de 126 passageiros. Este incremento é fundamental para servir, de forma mais eficiente, os Agrupamentos de Escolas, bem como as Associações Culturais e Desportivas da região.

Ainda no âmbito da melhoria da imagem do Município, foi também realizada uma alteração na identidade visual de todos os veículos da frota municipal, como parte do trabalho contínuo de uniformização e modernização da imagem institucional do Município de Ílhavo.

Essas ações refletem o compromisso do Município de Ílhavo com a inovação, sustentabilidade e eficiência no serviço à comunidade, garantindo um futuro mais verde e funcional para todos.

Comércio e Turismo

Turismo

No setor do Turismo, o ano de 2024 destacou-se pela promoção intensiva da Gastronomia, que recebeu o maior volume de investimento. O município consolidou eventos de grande destaque, como o “Vamos aos Cricos!”, festival da Ria de Aveiro, e o “Gastronomia de Bordo – Ílhavo”, com um enfoque na promoção na imprensa nacional e internacional, além da imprensa local. A conceção e impressão de uma brochura em quatro línguas sobre os bivalves da Ria de Aveiro - Ostras, Berbigões, Amêijoas, Navalhas e Mexilhões - reforçou a imagem da cidade como um polo de gastronomia, sendo um importante instrumento de divulgação. Também foi dada visibilidade à cidade com a presença no Congresso da Associação de Hotelaria e Restauração de Portugal (AHRESP), ampliando o alcance da promoção turística.

O Touring Cultural e Paisagístico recebeu investimentos significativos, com uma forte promoção no mercado francês, além de um apoio relevante para a realização de um documentário para a RTP1, abordando a história e a cultura locais. Este tipo de material audiovisual foi complementado por um vídeo promocional disponível nos voos de longo curso da TAP, e também utilizado em outros fóruns e certames, como a promoção territorial local e internacional (destacando-se, por exemplo, a promoção em Espanha).

A promoção territorial global foi ainda reforçada através da participação mais intensa em feiras, como a Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), e pelo acolhimento do Congresso Nacional de Informação Turística, evento que atraiu profissionais da área e destacou o município como destino turístico de excelência. Adicionalmente, o município apoiou a realização da Festa da Vista Alegre, celebrando o bicentenário da fundação da fábrica, evento que não só atraiu numerosos visitantes ao território, como também serviu como uma excelente plataforma de promoção da oferta turística local.

O Turismo Náutico também foi uma prioridade, especialmente com o desenvolvimento da Estação Náutica do Município de Ílhavo, promovida na Nauticampo, em conjunto com as restantes estações náuticas da Região de Aveiro. Este projeto também contou com o desenvolvimento da rede nacional, com destaque para a participação no encontro das estações náuticas e a organização de encontros internos e momentos de abertura dos parceiros à população em geral, promovendo o turismo náutico local e a interação com o público.

No Turismo de Natureza, foi investido significativamente no programa de Vale de Ílhavo Aldeia de Portugal, com a certificação desta localidade na rede de turismo de natureza, alinhando-se com o calendário da certificação e reforçando a oferta de experiências em ambientes naturais.

Foi dada também atenção constante à atualização da informação turística municipal, promovendo a mediação nas redes colaborativas entre os agentes económicos do turismo (tanto formais quanto informais). A presença ativa nas redes colaborativas nacionais e internacionais e a atualização constante de temáticas de Sustentabilidade, Acessibilidade e inteligência (big data) no

Turismo demonstraram o compromisso do município com a inovação e com a adaptação às novas tendências do setor.

O investimento total no conjunto dessas ações foi de 52.801,22€, refletindo o esforço contínuo do município em promover a sua oferta turística de forma estratégica e abrangente, elevando a visibilidade e o reconhecimento de Ílhavo como um destino turístico multifacetado.

O novo passadiço pedonal e ciclável, construído ao longo da frente de ria, não só contribui para a melhoria da mobilidade e qualidade de vida dos cidadãos, mas também fortalece a oferta turística do Município de Ílhavo. Com um investimento de cerca de €50.000,00, a ligação entre a Quinta da Barra e a Rua Ria Mar, na Praia da Barra, oferece aos visitantes uma experiência única, permitindo-lhes explorar a beleza natural da ria, seja a pé, a correr ou de bicicleta. Este percurso proporciona uma nova forma de fruição da paisagem, atraindo turistas que procuram um contato mais direto com o ambiente natural da região.

Além disso, a criação deste passadiço integra-se no objetivo estratégico do Município de Ílhavo de promover o turismo sustentável, em consonância com o crescente interesse por atividades ao ar livre e ecoturismo. Ao oferecer uma infraestrutura que valoriza as paisagens naturais, o Município amplia a sua atratividade para os turistas que buscam experiências autênticas e de integração com a natureza. O passadiço não só dinamiza o turismo local, como também contribui para o desenvolvimento de uma rede de percursos que, futuramente, poderá conectar diversos pontos turísticos da cidade e da região, reforçando a identidade turística de Ílhavo e a sua relação com a Ria de Aveiro.

A intervenção realizada na frente de ria da Costa Nova do Prado não só revitalizou um espaço anteriormente subutilizado, mas também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do turismo na região. Ao transformar a área entre o Clube de Vela e os campos de ténis numa zona mais agradável e acessível, com percursos pedonais, mobiliário urbano e paisagismo adequado, o espaço tornou-se uma nova atração para os visitantes, alinhando-se com os objetivos de promoção do turismo sustentável e da fruição do ambiente natural.

Além disso, a instalação do elemento escultórico inspirado no antigo Mercado Municipal de Ílhavo, projetado por António Sarrico, acrescenta valor cultural e histórico à intervenção, criando uma referência visual que enriquece a experiência do visitante. A escultura funciona não apenas como um ponto de sombreamento, mas também como um símbolo da identidade local, estreitando a relação entre o espaço e a história do município.

Com a melhoria da acessibilidade e o reforço da beleza cênica, este arranjo paisagístico contribui diretamente para a oferta de experiências turísticas diversificadas, permitindo aos turistas explorar a paisagem natural da ria e vivenciar o ambiente único da Costa Nova do Prado de forma mais confortável e envolvente. Este tipo de intervenção está em sintonia com a estratégia de posicionar o Município de Ílhavo como um destino turístico atrativo, que valoriza tanto o património natural como o cultural, proporcionando aos visitantes uma experiência mais rica e acessível.

O Posto de Turismo de Ílhavo foi desativado na sua localização original, uma vez que passou a integrar a loja do Centro de Religiosidade Marítima, um projeto que também foi iniciado e concluído ao longo deste ano. A nova integração do Posto de Turismo na loja do Centro de Religiosidade Marítima visa otimizar o espaço e centralizar a oferta de informações e serviços relacionados com o património e a cultura marítima da cidade. Esta intervenção contribui para fortalecer a ligação da cidade à sua história e à sua identidade marítima, criando um ponto de referência mais moderno e funcional para os visitantes. O novo espaço, agora concluído, permite uma experiência mais enriquecedora, além de potenciar a promoção da riqueza cultural e histórica de Ílhavo.

OUTRAS FUNÇÕES

Transferências entre administrações

Juntas de Freguesia

No que respeita aos trabalhos de articulação com as diversas Juntas de Freguesia, destaquem-se os diversos trabalhos realizados ao abrigo dos Contratos Interadministrativos celebrados para o ano 2024, bem como os trabalhos atempadamente planeados para o ano 2025.

Ao longo do presente mandato tem sido determinante o trabalho realizado para incentivar e dotar as Juntas de Freguesia de melhores condições para a execução dos diversos trabalhos. O Município de Ílhavo tem disponibilizado, além do apoio financeiro contratualizado, outro tipo de apoio, determinante para a execução dos trabalhos, como por exemplo, na elaboração de projetos, ao nível da topografia, de consulta a entidades externas e de acompanhamento técnico, sempre que necessário.

Desta forma, é relevante elencar os valores contratualizados, no ano de 2024, com cada uma das Juntas de Freguesia:

	Projetos	Sustentabilidade Ambiental
São Salvador	€112.332,00	€5.000,00
Gafanha da Nazaré	€98.256,00	€5.000,00
Gafanha da Encarnação	€44.160,00	€6.000,00
Gafanha do Carmo	€21.252,00	€4.000,00

À semelhança dos anos anteriores, estes valores foram estabelecidos para o desenvolvimento de trabalhos definidos conjuntamente entre as Autarquias e abarcaram desde questões de reabilitação do espaço público, manutenção de caminhos e cemitérios, pequenas

beneficiações nas freguesias, em espaços para usufruto dos Municípios e até investimentos no património imóvel de cada uma das Juntas de Freguesia. Em 2024, em continuidade dos valores complementares atribuídos em 2023, foi também aplicado um valor para trabalhos relacionados com a sustentabilidade ambiental. Foi também mantido o investimento, realizado pelo Município, no valor de €10.000,00, em compostores a serem distribuídos por Municípios das diversas freguesias.

De notar que o valor global de financiamento atribuído às Juntas de Freguesia tem vindo consistentemente a aumentar, apresentando uma variação superior a 8% de 2022 para 2023, e de 15% de 2023 para 2024, percentagem de aumento que se repetiu nos valores contratualizados para o ano 2025. O valor global de financiamento atribuído em 2022 foi o mesmo que estava definido do mandato anterior, de € 240.000,00, tendo os aumentos já referidos resultado num valor global de € 337.500,00 a transferir no ano 2025.

Também em 2024, foi concedido um apoio complementar à Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, no valor de €25.000,00, para aquisição de um veículo, por forma a não colocar em causa a capacidade operacional desta Junta de Freguesia.

DÍVIDA

No que respeita ao nível de endividamento aos fornecedores c/c e de imobilizado, compreendendo as faturas em receção e conferência, cedidas ou não ao factoring, o valor de 2024 foi de 989.408,60 euros, que representa uma diminuição na ordem de 130 mil euros, se comparado com os 1.120.719,82 euros de 2023. A dívida ora apresentada, e devidamente fundamentada na análise suprarreferida, nomeadamente na nota do passivo corrente, corresponde significativamente a faturas rececionadas em 2025 cuja data de emissão se reporta a 2024.

Este montante encontra-se em linha e perfeitamente ajustado à realidade do município, que, à semelhança de anos anteriores, não apresenta quaisquer pagamentos em atraso, ou seja, sem valores por liquidar para além de 90 dias da data de vencimento acordada, salvaguardando as situações pontuais que, por factos não imputáveis ao Município, estejam a impossibilitar esses pagamentos.

Relativamente à dívida de médio e longo prazo (MLP) de financiamentos obtidos, o seu valor é de 551.482,68 euros, que integra a amortização de capital que se vence em 2025, no valor de 315.132,96 euros. Este montante, inferior em 36% ou, por outras palavras, menos 315.133,15 euros quando comparado com o valor de 2023 (866.615,83 euros). À semelhança de anos anteriores, foi cumprido escrupulosamente o serviço da dívida no que respeita ao pagamento de juros e amortização de capital.

Ainda relativamente à dívida de MLP e em conformidade com informações anteriores, para efeito de comparabilidade, não iremos considerar o valor a pagar à entidade Águas do Centro Litoral (AdCL). Porém, neste contexto, alerta-se que a dívida à AdCL, no decorrer de 2024, foi

amortizada em 700 mil euros, sendo o seu valor atual de 532.172,19€. Em sentido inverso, encontra-se contabilizado na conta desta entidade o valor de 1.637.485,75€, que ainda será entregue ao Município a título de dividendos. Daqui resulta um diferencial a favor da tesouraria municipal de 1.105.313,56€

Para verificação do valor consolidado da dívida a fornecedores acrescida ao passivo a médio e longo prazo, na componente de financiamentos obtidos, constatamos que o valor total de 2024 é de 1.540.891,28 euros contra 1.987.335,65 euros de 2023, que corresponde a uma apreciável diminuição percentual de 22,46%.

ATIVO

As entidades públicas que se regem de acordo com o SNC-AP, como é o caso do Município de Ílhavo, devem reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública; reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública; reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, ou planos setoriais, numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria; aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

De acordo com este normativo contabilístico, as classificações realizadas têm por base o classificador complementar 2 (CC2), cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, que substituiu a Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que aprovou o CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

No que respeita à nossa realidade, registamos o facto dos ativos fixos tangíveis da CMI, parte mais significativa do ativo não corrente, terem registado um acréscimo, passando a ser de 178.125.770,92 euros em 2024 (eram de 175.015.906,40 euros, em 2023), nos quais se incluem os bens de domínio público, que representam 79.471.426,54 euros, em 2024, do valor total. Este aumento encontra-se devidamente justificado na predita análise nas notas correspondentes ao capítulo ativo não corrente.

Na rubrica de investimentos financeiros, isto é, nas entidades em que o município detém uma participação de capital, a saber AdRA, S.A., Municipia, Parque de Ciência e Inovação, Águas do Centro Litoral e Fundo de Apoio Municipal, cifram-se em 3.250.276,58 euros.

Os valores aqui apurados são líquidos, isto é, após realização de regularizações e depreciações do exercício que, neste caso, ascenderam a cerca de 5,26M€.

Quanto ao ativo corrente, verifica-se um observável aumento de aproximadamente 3,6 milhões de euros, quando comparado com o período homólogo anterior, representando um acréscimo percentual de 15,31.

Globalmente o ativo passou de 203.395.764,00 euros em 2023 para 210.121.475,01 euros em 2024, o que se traduz num acréscimo de 3,31%.

PASSIVO

O passivo não corrente, componente composta pelas rubricas que constam no balanço cuja liquidação seja expectável que ultrapasse o prazo de 12 meses, alcançou uma diminuição de 1,4 milhões de euros, estabelecendo um paralelismo com o ano de 2023.

Neste grupo, passivo não corrente, destaca-se o valor das provisões em cerca de um milhão e novecentos mil euros para fazer face a riscos derivados de processos que se encontram em Tribunal. O montante apurado de provisões é aquele que nos parece, sob o ponto de vista técnico-jurídico, mais adequado ao número de processos que correm em Tribunal e aos respetivos valores.

De igual forma, realça-se o valor em dívida de financiamentos obtidos, que atualmente corresponde, na sua globalidade, ao único empréstimo bancário que se encontra por amortizar.

No que respeita aos passivos correntes, ou seja, cuja liquidação se espera não ser superior ao período de um ano, nota-se um acréscimo aproximado de 150 mil euros, (diminuição percentual de 3,19%).

Globalmente o passivo contabilístico passou de 20.866.281,86 euros em 2023 para 19.569.649,54 euros em 2024, o que se traduz numa considerável diminuição de 6,21%. Naqueles valores encontram-se refletidas as verbas, já arrecadadas, da AdRA pela entrega da gestão a esta, pela cessão do parque de estacionamento da casa da cultura entre outros, cuja imputação de rendimentos é concretizada numa base anual resultante das empreitadas financiadas por fundos comunitários.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Relativamente ao resultado líquido do exercício de 2024, que se verificou com uma economia ainda fragilizada, apesar de se notarem francos sinais de recuperação, com a devida cautela tendo em consideração o atual contexto internacional, consideramos o valor apurado de - 213.600,19 euros um resultado dentro do expectável. Este montante é consequência, particularmente, do aumento de gastos com a aquisição de bens e serviços, o reforço em recursos humanos no sentido de dotar a estrutura municipal dos elementos capazes de responder aos desafios atuais e futuros, e, transferências e subsídios concedidos, sendo este acumulado na ordem dos 3,9 milhões de euros e da manutenção do valor dos impostos, taxas e prestações de serviços.

Atestando a boa saúde financeira da Câmara, os diversos indicadores confirmam a estabilidade financeira do município, a baixa dependência de financiamentos externos, a natural capacidade de liquidar dívidas quer a curto quer a médio e longo prazo. Fatores que robustecem o rigor na gestão, resultado da monitorização permanente da execução orçamental, o que permitiu manter um elevado nível de investimento e de serviço aos nossos munícipes.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

No curso de 2024, por força da natural dinâmica orçamental, foram materializadas as necessárias alterações orçamentais permutativas e modificativas às Grandes Opções do Plano e Orçamento, tendo como propósito o ajustamento das previsões iniciais, mantendo-se, porém, a sua estrutura principal.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento, projetada pelo executivo, apresenta uma informação mais detalhada pela consulta dos documentos que compõem o anexo às demonstrações orçamentais.

Para uma análise mais pormenorizada da gestão económico-financeira e orçamental, deve ser complementada pela leitura do documento denominado por “Análise Económico-Financeira, Orçamental e de Gestão”.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão reflete-se num conjunto técnico de documentos que resumem e espelham a atividade desenvolvida pelo Município de Ílhavo, no final de cada exercício.

A preparação dos documentos suprarreferidos é efetuada sob a responsabilidade do executivo municipal, nos termos do n.º 1 da alínea i) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Nesta leitura pretende-se mostrar uma análise económico-financeira, orçamental e de gestão detalhada do exercício de 2024, a qual foi preparada de acordo com os procedimentos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

De acordo com o referido decreto, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), uniformiza os procedimentos entre os diversos setores da administração pública.

Este normativo, surge da necessidade de revisão do modelo de gestão das contas públicas, dispondo-se ultrapassar um conjunto de fragilidades do modelo anterior, apresentando uma nova visão de prestação de contas que agrupa, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

O intento encontra-se cada vez mais direcionado no reporte de informação útil, financeira e não financeira, que reflete, de forma dinâmica, as alterações ocorridas nas entidades públicas e nas necessidades pretendidas pelos utilizadores.

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, promover o ajustamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, padronizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, participar para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação, relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Baseia-se na normalização de rubricas para as demonstrações orçamentais, inscritas nas demonstrações de relato orçamental individual, sobretudo a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração de execução orçamental da receita e da despesa e a demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O subsistema da contabilidade financeira prevista no SNC-AP, rege-se numa estrutura concetual, em 25 Normas de Contabilidade Pública (NCP) e no Plano de Contas Multidimensional (PCM), para além da norma referente à Contabilidade e Relato Orçamental (NCP 26) e de uma NCP para a contabilidade de gestão (NCP 27).

A contabilidade orçamental visa proporcionar um registo pormenorizado do processo orçamental enquanto a contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade públicas (IPSAS), proporciona o registo de transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de determinada entidade. Por último, a contabilidade de gestão possibilita avaliar o impacto das atividades e a execução dos objetivos de serviços prestados à comunidade.

As demonstrações financeiras e de desempenho orçamental ora apresentadas proporcionam uma representação fidedigna do desempenho financeiro e orçamental do Município de Ílhavo no decorrer do ano económico em análise. Estas espelham, especialmente, do lado da despesa, o impacto do continuado aumento de custos de alguns bens e serviços, em parte devido ao atual contexto geopolítico internacional.

Ao longo do presente documento é apresentada uma análise da posição contabilística do Município de Ílhavo, reportada a 31 de dezembro de 2024, com principal abordagem nas áreas patrimonial, orçamental e de resultados, refletindo ainda a situação da autarquia face aos limites legais, nomeadamente o equilíbrio orçamental, dívida total, taxa de execução de receita e a evolução dos pagamentos em atraso.

A metodologia aplicada assenta na elaboração de quadros, gráficos e rácios, de acordo com a informação extraída dos mapas da prestação de contas, através dos quais se pretende demonstrar o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão municipal, não apenas no período em apreço, mas também a sua evolução face a períodos antecedentes.

No âmbito deste normativo, o objetivo do relato financeiro das entidades públicas passa, principalmente, por facultar informação útil ao executivo, para efeitos de apoio na tomada de decisões.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com a contabilidade na base do acréscimo, segundo a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas.

Refira-se ainda que as contas do Município foram auditadas e certificadas, por auditor externo nomeado, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, emitida pela “PALM - Pereira, Almeida Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda.”.

Estrutura do ativo

ATIVO				
RUBRICAS	2024	%	2023	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	178 125 770,92 €	84,77%	175 015 906,40 €	86,05%
Propriedades de investimento	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Ativos intangíveis	72 464,78 €	0,03%	81 491,26 €	0,04%
Investimentos financeiros	3 250 276,58 €	1,55%	3 250 276,58 €	1,60%
Outros ativos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outras contas a receber	1 666 062,91 €	0,79%	1 626 176,40 €	0,80%
Total ativo não corrente	183 114 575,19 €	87,15%	179 973 850,64 €	88,48%
Ativo corrente				
Inventários	613 807,36 €	0,29%	452 980,43 €	0,22%
Ativos biológicos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00 €	0,00%	475 967,17 €	0,23%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Clientes, contribuinte e utentes	342 772,15 €	0,16%	588 605,83 €	0,29%
Estado e outros entes públicos	127 640,61 €	0,06%	26 950,05 €	0,01%
Outras contas a receber	12 880 936,98 €	6,13%	12 720 161,38 €	6,25%
Diferimentos	59 412,40 €	0,03%	27 675,30 €	0,01%
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outros ativos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Caixa e depósitos	12 982 330,32 €	6,18%	9 129 573,20 €	4,49%
Total ativo corrente	27 006 899,82 €	12,85%	23 421 913,36 €	11,52%
TOTAL DO ATIVO	210 121 475,01 €	100,00%	203 395 764,00 €	100,00%

ATIVO NÃO CORRENTE

Ativos fixos tangíveis

O investimento alicerçado nos diferenciados projetos aprovados pelo executivo municipal e refletidos no Plano Plurianual de Investimento continuam a retratar uma incessante capacidade de investimento no concelho, apesar das adversidades inerentes ao contexto internacional que se repercute na sociedade portuguesa, sobretudo pelo aumento do custo de vida.

Os bens do ativo fixo tangível e intangível foram mensurados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2).

O acréscimo verificado na rubrica do ativo não corrente, após as regularizações e depreciações, em 2024, cifrou-se em cerca de 3,1M€.

O valor do ativo fixo tangível líquido, isto é, após depreciações, em balanço é de 178.125.770,92€ correspondendo a um aumento de 1,78%, se confrontado com 2023, o que é de destacar face ao valor já elevado deste indicador.

Todavia, não considerando o valor das depreciações e reportando-nos somente ao valor das faturas registadas em rubricas de imobilizado, constatamos que o valor de investimento foi de 8.450.517,51€ no final de 2024, sendo de 5.682.580,69€ em 2023, o que se traduz num valor de investimento, na ótica patrimonial, acima de 14 milhões de euros, neste biénio.

O ativo não corrente corresponde a 87,15% do total do ativo, quando no ano de 2023 era de 88,48%.

Ativos fixos intangíveis

Durante o presente exercício o investimento materializado nesta rubrica passou pela aquisição e renovação de software que carecia da natural atualização.

Note-se que esta rubrica compreende, na sua globalidade, aplicações móveis, licenças de *software* e programas de computador.

Investimentos financeiros

Esta rubrica é composta pelo investimento no capital de entidades nas quais o município detém participação, a saber Águas da Região de Aveiro (AdRA), Parque de Ciência e Inovação (PCI), Municípa - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. e Águas do Centro Litoral (AdCL).

Encontra-se de igual forma registado nesta rubrica o montante de 743.593,50€, cujo valor foi revisto de acordo com o artigo n.º 303 da Lei 114/2017 (OE2018), de 29 de dezembro, e que corresponde à contribuição do Município no âmbito da realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Outras contas a receber

O montante registado nesta rubrica representa as dívidas de entidades, realizáveis a mais de 12 meses, destacando-se a:

- ✓ Águas do Centro Litoral (AdCL), faturação de caudais contratuais confrontados com os reais, que será acertado por futura distribuição de dividendos: 1.637.485,75€;
- ✓ Vista Alegre Atlantis, respeitante à cessão de exploração do Museu da Vista Alegre: 26.250€.

ATIVO CORRENTE

Inventários

Neste capítulo encontram-se incluídos os materiais e consumíveis que aguardam o seu uso no processo de produção e de bens para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico, nomeadamente material de leitura. Os inventários apresentam, em 2024, um montante global de 613.807,36 euros.

Comparativamente ao exercício de 2023, verifica-se um aumento de 35,50%, nesta componente, devido, na sua maioria, às existências em armazém registadas no final do exercício. Não obstante, com um valor também de destacar, embora com menor expressão, temos os bens comercializáveis nos diversos espaços culturais.

Devedores por transferência e subsídios não reembolsáveis

Esta rubrica identifica o montante de fundos comunitários por receber, com pedidos submetidos a 31 de dezembro, cuja receita se prevê arrecadar nos cofres do município durante o exercício subsequente. Não havendo pedidos submetidos que careciam de recebimento, à data de fecho do exercício, o saldo desta conta é nulo.

Clientes, contribuintes e utentes

Nesta rubrica enquadram-se os valores por receber, com especial destaque, de impostos indiretos, taxas multas e outras penalidades e venda de bens e serviços correntes, sendo que nesta última contabiliza-se o montante em dívida de resíduos sólidos urbanos (RSU) e da taxa de gestão de resíduos (TGR), que a AdRA, S.A. nos transfere com uma periodicidade mensal. Estabelecendo paralelismo com o período homólogo anterior, verifica-se uma descida de 41 pontos percentuais.

Estado e outros entes públicos

O valor deste capítulo corresponde ao valor do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) que o município tinha por recuperar à data de 31 de dezembro.

Outras contas a receber

Importa referir que, por força do normativo do SNC-AP, encontra-se neste capítulo o montante apurado de acréscimo de rendimentos. Aqui encontra-se contabilizado, entre outros, a especialização dos impostos diretos, a participação variável no IRS e no IVA, as refeições escolares, os dividendos provenientes de participações de capital, bem como as receitas arrecadadas já em 2025 e que respeitam ao período precedente. Isto é, todos estes rendimentos são reconhecidos no período apesar da sua contabilização ocorrer somente no ano subsequente.

Diferimentos

Em SNC-AP esta rubrica espelha os gastos a reconhecer em exercícios subsequentes, cuja despesa ocorreu durante o período em análise, e que correspondem mormente a assinaturas de livros e revistas, encargos com seguros e de uma extensão de garantia respeitante a um hardware.

Caixa e depósitos

Quanto às disponibilidades, estas representam um saldo de 12.982.330,32€. Desta forma e estabelecendo um paralelismo com o exercício de 2023 nota-se um acréscimo percentual (+42,20%). O valor apurado em 31 de dezembro inclui a antecipação de 6,8M€, relativa à comparticipação comunitária, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), das empreitadas dos centros de saúde e escolas do município.

Demonstramos de seguida o peso das componentes, corrente e não corrente na estrutura do ativo:



Estrutura do património líquido e passivo

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO				
RUBRICAS	2024	%	2023	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/capital	85 583 692,96 €	40,73%	85 583 692,96 €	42,08%
Outros instrumentos de capital próprio	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Prémios de emissão	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Reservas	9 091 817,33 €	4,33%	8 928 644,24 €	4,39%
Resultados transitados	35 559 861,74 €	16,92%	32 393 436,62 €	15,93%
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Excedentes de revalorização	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outras variações no património líquido	60 530 053,63 €	28,81%	52 360 246,62 €	25,74%
Resultado líquido do exercício	-213 600,19 €	-0,10%	3 263 461,70 €	1,60%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	190 551 825,47 €	90,69%	182 529 482,14 €	89,74%
Passivo não corrente				
Provisões	1 884 527,73 €	0,90%	1 882 192,29 €	0,93%
Financiamento obtidos	236 349,72 €	0,11%	551 480,59 €	0,27%
Fornecedores de investimentos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Diferimentos	12 141 760,42 €	5,78%	12 546 533,75 €	6,17%
Outras contas a pagar	532 172,19 €	0,25%	1 258 766,15 €	0,62%
Total passivo não corrente	14 794 810,06 €		16 238 972,78 €	
Passivo corrente				
Credores transferência e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Fornecedores	837 012,15 €	0,40%	888 119,28 €	0,44%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Estado e outros entes públicos	126 461,18 €	0,06%	118 128,36 €	0,06%
Financiamento obtidos	315 132,96 €	0,15%	315 135,24 €	0,15%
Fornecedores de investimentos	152 396,45 €	0,07%	232 600,54 €	0,11%
Outras contas a pagar	3 335 490,85 €	1,59%	3 068 780,43 €	1,51%
Diferimentos	8 345,89 €	0,00%	4 545,23 €	0,00%
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outros passivos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total passivo corrente	4 774 839,48 €		4 627 309,08 €	
TOTAL DO PASSIVO	19 569 649,54 €	9,31%	20 866 281,86 €	10,26%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	210 121 475,01 €	100,00%	203 395 764,00 €	100,00%

PATRIMÓNIO LÍQUIDO

No final do exercício de 2024, o saldo do património líquido do município era de 190.551.825,47€, correspondendo a uma variação positiva de cerca de 8 milhões de euros, ou seja, um aumento de 4,40%, face ao exercício de 2023.

A referida variação justifica-se, essencialmente, pela antecipação de verbas procedentes do PRR, para fazer face aos encargos com a reabilitação das escolas e centros de saúde do concelho, cujo valor ascendeu a cerca de 6,8M€.

Neste âmbito e no atual quadro legal SNC-AP, concretamente a NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação, bem como nas Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional constante na Portaria n.º 189/2016, e a nota explicativa à conta 60 transferências e subsídios concedidos, as transferências de capital devem ser reconhecidas no património líquido em outras transferências e subsídios de capital e caso essas transferências sejam afetadas a um ativo depreciable ou amortizável (com prova dessa afetação) o seu valor deve ser reconhecido em rendimentos à medida da contabilização (e na respetiva proporção) das amortizações ou depreciações.

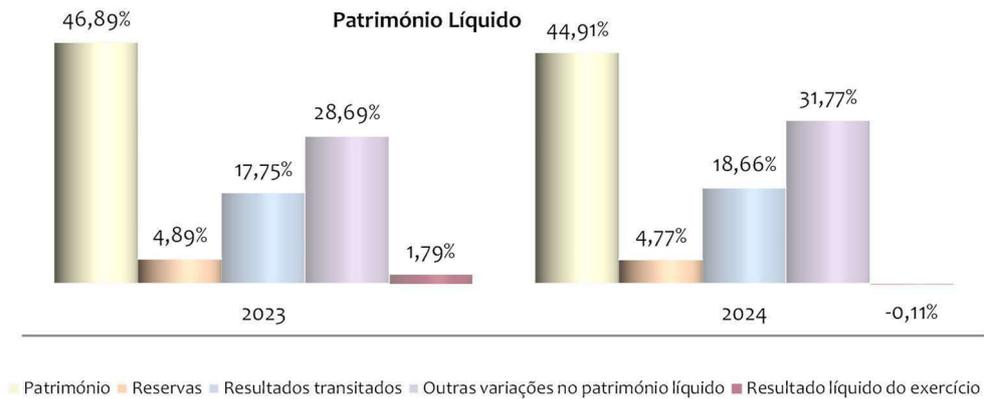
Por outro lado, as transferências de capital recebidas, nomeadamente as transferências para investimento, não consignadas como é o caso das transferências respeitantes à participação nos impostos do Estado, registam-se a crédito na conta 59.3.9 – outras transferências e subsídios de capital.

Sobre esta matéria, e de acordo com entendimento da CCDRC, o Município, na situação em apreço, deverá proceder a uma afetação da verba a um ativo depreciable ou amortizável e desde que faça prova dessa afetação a transação equipara-se a um subsídio ou transferência consignada. Pelo que essa parte deverá ter tratamento idêntico, ou seja, a conta 59.3.9 – outras transferências e subsídios de capital debita-se numa base sistemática em contrapartida da conta 78.8.3 – imputação de subsídios e transferências para investimentos, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos financiados e sempre na respetiva proporção.

Após o esclarecimento supra, o Município, neste exercício, reconheceu todos os valores oriundos da participação nos impostos do Estado, afetando-os a ativos, e de forma proporcional com as respetivas amortizações ou depreciações, reconheceram-se os rendimentos numa base anual.

Quanto ao resultado líquido do exercício, observa-se um acentuado decréscimo, efeito do aumento de investimento, entre outros, com maior destaque para as transferências e subsídios concedidos, as aquisições de bens e serviços e os gastos com o pessoal, cujo somatório ascende praticamente a 4 milhões de euros. Para mais detalhe, deve-se ler as notas destas rubricas que acompanham esta análise.

Em termos percentuais, apresenta-se no gráfico infra a preponderância de cada rubrica na estrutura do património líquido.



PASSIVO NÃO CORRENTE

Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reavaliação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi mantida a provisão para processos judiciais em curso para 1.811.862,94€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Nas provisões para fazer face a pensões, verifica-se um aumento de 2.335,44, este fundamentado pela regularização anual do estudo atuarial, que permitiu apurar uma estimativa do valor atual dos encargos do Município com o seu pessoal.

Financiamentos obtidos

Verificou-se uma significativa diminuição nesta rubrica, de natureza não corrente, em 57,14%, que na sua essência corresponde às amortizações dos empréstimos ocorridas durante o exercício.

De referir ainda que o valor que consta desta rubrica contempla somente a parcela referente ao período de médio e longo prazo, que se vence para além do ano n+1, estando o valor remanescente considerado na componente do passivo corrente, isto é realizável num período não superior a 12 meses.

Diferimentos

O montante mais expressivo compreendido nesta rubrica corresponde ao contrato de gestão celebrado entre o Município de Ílhavo e a sociedade Águas da Região de Aveiro, S.A., o qual refere o direito a uma retribuição num período inicial que ascendeu a 11.517.790,61€, relevado na conta de outros rendimentos a reconhecer. O aludido contrato vigora por um período de 50 anos, pelo que o município já reconheceu rendimentos, no montante de 3.685.693€, o que corresponde a 230.355,81€ de rendimentos por exercício. Existindo ainda rendimentos a reconhecer em exercícios futuros no valor de 7.832.097,61€.

Encontra-se de igual forma registado nesta rubrica, os valores respeitantes a diversas empreitadas participadas, mas não resultantes de quaisquer fundos comunitários na sua concretização. Contudo, à semelhança do procedimento realizado para as obras com fundos comunitários associados, os montantes são transferidos para uma conta de rendimentos, acompanhando proporcionalmente as respetivas depreciações ao longo da vida útil dos ativos.

Sublinha-se que este montante apesar de se encontrar inscrito no passivo, não corresponde a nenhuma forma de dívida do município, correspondendo unicamente ao diferimento de rendimentos.

Outras contas a pagar

O valor registado nesta rubrica respeita ao montante em dívida à AdCL, que será liquidado por conta de dividendos, contrapesando com o montante contabilizado no ativo não corrente, mais especificamente na rubrica outras contas a receber. A redução verificada prende-se com a amortização de 700 mil euros do valor da predita dívida (1,2M€), que contrapesando com o valor que será entregue ao Município, a título de dividendos (1,6M€), resulta um diferencial positivo de 1.105.313,56€.

PASSIVO CORRENTE

Fornecedores conta corrente e de investimentos

Já que no que concerne a dívidas a fornecedores conta corrente e de investimentos, verifica-se um decréscimo, no ano findo, de 130 mil euros, o que corresponde em termos percentuais a 11,72%. Note-se que está incluído no valor final do exercício findo, as faturas recebidas e contabilizadas em 2025 cuja data de emissão dos documentos se reportam a 2024, cifrando-se em 705 mil euros.

Reforça-se que a dívida existente não coloca em causa o prazo médio de pagamentos do Município, bastante inferior aos 90 dias definidos por lei, tal como verificado nos períodos antecedentes.

Financiamentos obtidos

De referir que o empréstimo bancário reflete, no passivo corrente, o montante respeitante à componente de médio e longo prazo, no caso a parcela que se vence no ano subsequente, e que se cifra em 315.132,96€. Acrescenta-se que está previsto para setembro de 2026 a liquidação da última prestação deste empréstimo.

Outras contas a pagar

Pela implementação do SNC-AP, os acréscimos de gastos são contabilizados na rubrica de outras contas a pagar. Assim, encontram-se aqui registados os montantes estimados com remunerações a liquidar, que em 1 de janeiro de 2025, vencem os direitos de férias e subsídios de férias do pessoal, juros de empréstimos bancários e outros encargos de instalações, nomeadamente água, eletricidade, gás, comunicações, vigilância e segurança, limpeza higiene e conforto, seguros, entre outros.

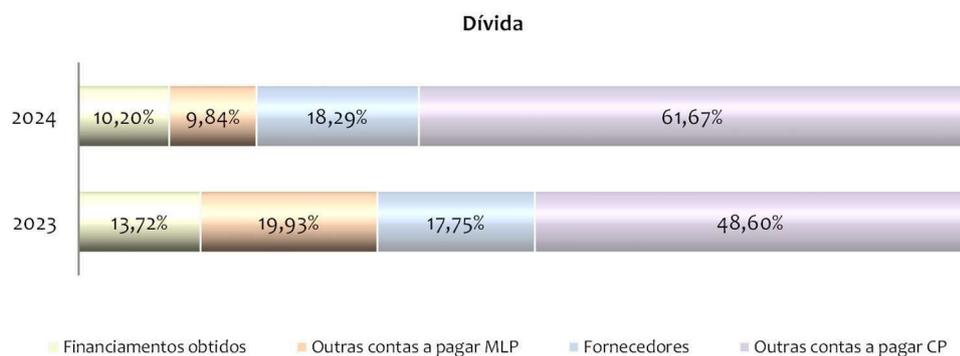
Para além dos acréscimos de gastos, estão de igual forma contabilizados nesta rubrica os montantes de cauções pendentes de entrega, bem como os valores relativos aos contratos celebrados, pela venda de bens imóveis, com sinal entregue, que carecem de realização da respetiva escritura.

Desta forma, todos os gastos são reconhecidos no período apesar do seu registo ocorrer apenas no ano subsequente.

Diferimentos

Esta rubrica de natureza corrente reflete os rendimentos a reconhecer em exercícios subsequentes, cuja receita ocorreu durante o período em análise, e que correspondem sobretudo a rendas de habitação.

O gráfico que se segue representa o peso de cada rubrica relativamente à dívida total.



<p>ATIVO</p> <p>210.121.475,01€</p>	<p>PASSIVO</p> <p>19.569.649,54€</p>
<p>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</p> <p>190.551.825,47€</p>	<p>RESULTADO LÍQUIDO</p> <p>-213.600,19€</p>

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÓMICO

RENDIMENTOS

RENDIMENTOS				
RUBRICAS	2024	%	2023	%
Impostos e Taxas	17 537 404,14 €	48,57%	17 374 046,00 €	49,77%
Vendas	76 162,50 €	0,21%	94 888,54 €	0,27%
Prestações de Serviços	3 542 670,88 €	9,81%	3 353 683,26 €	9,61%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	12 076 035,22 €	33,44%	10 546 446,90 €	30,21%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00 €	0,00%	15 799,41 €	0,05%
Outros rendimentos	2 508 143,14 €	6,95%	3 135 148,32 €	8,98%
Juros e rendimentos similares obtidos	368 266,40 €	1,02%	387 216,55 €	1,11%
TOTAL DE RENDIMENTOS	36 108 682,28 €	100,00%	34 907 228,98 €	100,00%

As rubricas mais significativas na estrutura dos rendimentos são as de impostos e taxas e transferências correntes e subsídios à exploração obtidos que representam respetivamente, 48,57% e 33,44%. O peso da segunda das rubricas, em termos percentuais, registou um aumento relativamente ao exercício anterior de 14,50%, relacionada com a maior arrecadação de receita proveniente da participação do município nos impostos do Estado, quando comparado com o exercício anterior.

Nota-se uma pequena diminuição da dependência do Município relativamente à rubrica de receitas **impostos e taxas**, que passou de 49,77% para 48,57%, podendo sujeitar o Município a variações anuais, em função do consagrado na Lei do Orçamento de Estado para cada ano ou do que for deliberado pelos órgãos municipais em cada ano relativamente ao pacote fiscal, designadamente a taxa de IMI, a taxa de participação variável no IRS e a taxa de derrama. Refira-

se que esta rubrica é alvo de especialização, daí os valores não se mostrarem coincidentes com os montantes orçamentais.

Menciona-se que a publicação do Decreto-Lei n.º 48-A/2024, de 25 de julho, veio estabelecer uma isenção de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e de imposto do selo para a primeira aquisição de imóvel, destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, por sujeitos passivos que tenham até 35 anos de idade. O supracitado Decreto-Lei estabelece ainda um mecanismo de compensação aos municípios pelas receitas cessantes em resultado da aplicação da isenção de IMT, definindo no artigo n.º 4 a “*Compensação aos municípios*”. Neste âmbito, o Município de Ílhavo tem vindo a receber a compensação pelas receitas cessantes, mensalmente, através de transferência concretizada pela Direção-Geral das Autarquias Locais, nos termos e após comunicação dos valores a considerar pela Autoridade Tributária. Em 2024, para o período compreendido entre agosto a dezembro, foi arrecadado nos cofres municipais o valor de 129.245,34€, diretamente relacionado com a referida compensação.

Nas rubricas **vendas e prestações de serviços** notou-se em 2024 um acréscimo de 170 mil euros, comparativamente com o exercício anterior. Neste âmbito, estão aqui enquadradas as receitas provenientes de resíduos sólidos urbanos, acesso às piscinas municipais, receitas de bilheteira de espetáculos e entradas nos diferentes espaços museológicos, refeições escolares, entre outras.

No que respeita às **transferências e subsídios correntes obtidos**, enquadra-se nesta rubrica os valores arrecadados provenientes da participação nos impostos do Estado e da transferência de competências, notando-se um perceptível aumento de 1,5 milhões de euros quando comparado com o ano anterior, correspondendo a 33,44% do total dos rendimentos (em 2023 a percentagem no total era de 30,21%).

Este desvio justifica-se, principalmente, pelo acréscimo, destinado ao Município, no âmbito do n.º 3 do art. 35º da Lei n.º 73/2013, em cerca de 1 milhão de euros quando comparado com o período antecedente.

Reitera-se que esta rubrica está sujeita à especialização dos valores relativos à participação fixa no IRS e do IVA, ambos provenientes do Estado.

Foram reforçadas as **imparidades de dívidas a receber**, nomeadamente aquelas que respeitam aos valores de resíduos sólidos urbanos cuja cobrança é realizada pela AdRA, e de dívidas de clientes, utentes e contribuintes, em mora, totalizando o montante de 34.520,41€.

Nas **provisões** verifica-se um acréscimo que respeita a pensões, esta fundamentada pela regularização anual do estudo atuarial, que permitiu apurar uma estimativa do valor atual dos encargos do Município com o seu pessoal.

No capítulo de **outros rendimentos**, os valores mais significativos aqui contabilizados referem-se à imputação anual de rendimentos respeitante a subsídios e transferências obtidas

para fazer face a investimentos bem como a receita proveniente da renda de concessão de iluminação pública.

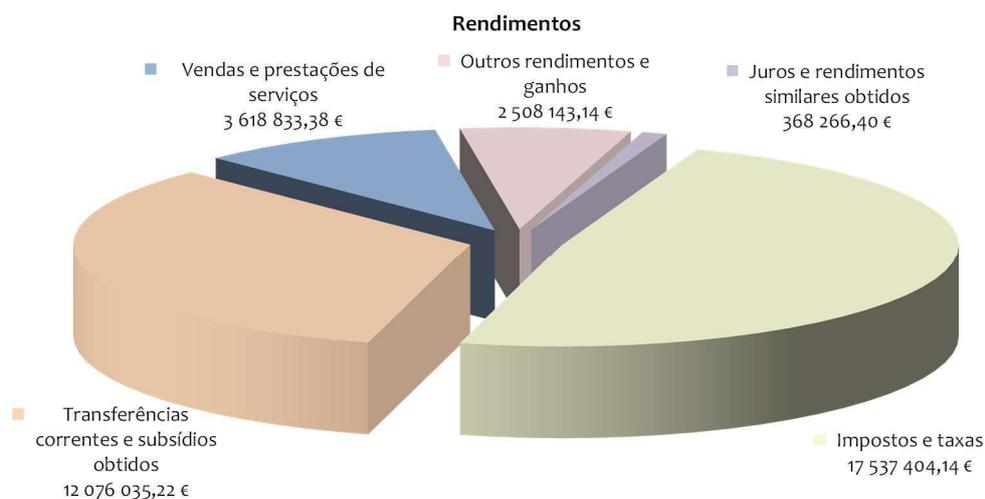
Em 2023 o valor desta rubrica foi superior fruto da especialização dos impostos diretos, nomeadamente da derrama, cuja estimativa foi inferior em cerca de 400 mil euros em comparação com os valores efetivamente recebidos no decorrer desse ano. Tendo em consideração a previsão ter-se mostrado inferior aos montantes arrecadados, a anulação da referida especialização implica reconhecer como rendimento do exercício os valores estimados por defeito. Neste âmbito, cumpre ainda mencionar que a especialização acima identificada teve por base o rigoroso cumprimento das regras previsionais previstas aquando da elaboração dos documentos previsionais.

Para além do referido, enquadra-se aqui ainda a contabilização da renda de concessão do parque de campismo da Praia da Barra, cujos montantes foram superiores aos do ano transato e os procedentes da venda de lotes e terrenos. Igualmente, encontram-se aqui registadas as receitas alusivas, entre outras, à permanência nas docas de recreio, do cais dos pescadores, das rendas das unidades de acolhimento comercial e das cedências de espaço para as estações de telecomunicações.

Em **juros e rendimentos similares obtidos** contabiliza-se o valor anual a reconhecer, como rendimentos do exercício, no âmbito do contrato de gestão celebrado com a sociedade Águas da Região de Aveiro, S.A., no valor de pouco mais de 230 mil euros. Note-se que também se engloba neste capítulo o valor proveniente da distribuição de dividendos nas entidades em que o Município detém participação de capital.

Em termos absolutos, verificou-se um aumento de 1,2 milhões de euros, nos rendimentos totais relativamente ao exercício de 2023, correspondendo a um acréscimo de 3,44%, justificado nas notas anteriores.

De seguida apresenta-se gráfico que fragmenta cada uma das rubricas matizando a estrutura dos rendimentos ocorridos no período em análise.



GASTOS

GASTOS				
RUBRICAS	2024	%	2023	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14 715,88 €	0,04%	12 355,92 €	0,04%
Fornecimentos e Serviços Externos	14 425 580,84 €	39,72%	12 409 966,56 €	39,22%
Gastos com o pessoal	11 701 097,27 €	32,21%	10 442 737,12 €	33,00%
Transferências e subsídios concedidos	3 810 862,70 €	10,49%	3 205 249,85 €	10,13%
Prestações sociais	64 466,77 €	0,18%	44 353,77 €	0,14%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	34 520,41 €	0,10%	0,00 €	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	15 552,42 €	0,04%	1 892,23 €	0,01%
Outros gastos	857 427,26 €	2,36%	378 174,67 €	1,20%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5 259 721,48 €	14,48%	4 988 466,98 €	15,76%
Juros e gastos similares suportados	138 337,44 €	0,38%	160 570,18 €	0,51%
TOTAL DE GASTOS	36 322 282,47 €	100,00%	31 643 767,28 €	100,00%

As rubricas mais preponderantes na estrutura de gastos, excluindo as depreciações do exercício, são os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal, que representam 39,72% e 32,21%, respetivamente, sendo que a primeira percentagem denota uma variação de 16,24% percentuais relativamente à verificada em 2023, justificada de seguida.

O acréscimo registado na rubrica de **fornecimento e serviços externos**, superior em 2 milhões de euros ao registado em 2024, mas, perfeitamente enquadrado com a realidade

municipal. Este acréscimo continua a espelhar os elevados preços praticados pelos mercados, que afeta, necessariamente, o valor de aquisição de bens e serviços.

Todavia, este recrudescer de gastos é justificado em parte pelos dois parágrafos seguintes.

Reflete, a título de exemplo, o aumento de tarifário praticado pelas entidades que prestam os serviços de gestão e tratamento dos resíduos sólidos urbanos que, conjuntamente, de 2023 para 2024, suportou a um aumento de 700 mil euros.

Adicionalmente, neste grupo registam-se os encargos com a eletricidade, gás, produtos petrolíferos, eventos culturais, refeições e transportes escolares, serviços de vigilância e segurança, honorários, limpeza, entre outros, impelindo a que os designados encargos de funcionamento se mantenham nesta ordem de grandeza. Para além do referido, enquadram-se neste tema as vastas conservações e reparações de equipamentos municipais que, pelo seu uso, careciam de intervenção.

Não obstante, este executivo, com a necessária prudência, aplicou todas as medidas que se mostrem indispensáveis e que sejam flexíveis o suficiente para procurar acompanhar o ritmo das alterações com o objetivo de mitigar o impacto da volatilidade que os mercados apresentam atualmente, preservando, no entanto, a preocupação pela gestão e controlo dos gastos sempre que tal seja praticável, sem lesar o normal funcionamento dos serviços.

Os **gastos com o pessoal** apresentam um acréscimo, justificado, fundamentalmente, pelas atualizações salariais e respetivas valorizações para as carreiras gerais de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional da função pública, resultado de um acordo plurianual entre o Governo e Sindicatos.

A acrescer ao supracitado, contabiliza-se, neste período inicial de 2024, o pagamento das remunerações respeitantes ao pessoal, atualmente afeto aos nossos serviços, decorrente da transferência de competências na área da saúde. No intervalo anterior este valor não se encontra refletido pelo facto desta transferência ter sido principiada somente a partir de maio de 2023. A par do mencionado, a estrutura municipal tem vindo a ser reforçada com os necessários recursos humanos capacitados para dar resposta às exigências atuais.

Aqui se inclui, igualmente, o valor contabilizado de acréscimo de gastos respeitante à estimativa de férias e subsídio de férias a liquidar em 2025.

A rubrica de **transferências e subsídios concedidos** mostra-se superior em cerca de 600 mil euros relativamente ao período homólogo. O valor atribuído de 3,8 milhões de euros corresponde a 10 pontos percentuais do valor total dos gastos, correspondendo assim a uma parte significativa do destino do erário público.

Compõem este capítulo, em regra, os valores transferidos relativos a protocolo celebrados, materializando assim o apoio às entidades que compõem o tecido associativo do

concelho, onde se incluem os montantes atribuídos às instituições de solidariedade social, no âmbito da transferência de competências no domínio da ação social.

O montante que consta das **prestações sociais** respeita integralmente ao apoio concedido no âmbito das bolsas de estudo, valor, aliás, muito superior ao registado em 2023, com um aumento de 45,35%, o que reflete a opção de reforço de verbas neste âmbito.

O valor registado na rubrica de **outros gastos** corresponde, essencialmente, à especialização, realizada no final de 2023, dos impostos diretos, nomeadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e a derrama, cuja estimativa excedeu o valor efetivamente recebido no decorrer de 2024. Pelo facto desta previsão ter sido superior aos valores recebidos, a anulação da referida especialização acarreta reconhecer como gasto do exercício os valores estimados por excesso.

Em termos práticos, no IMI e derrama foi assumida uma estimativa superior, respetivamente, em 422 e 361 mil euros em comparação com os valores efetivamente recebidos no decorrer de 2024. Assim, tendo em consideração a previsão ter-se mostrado superior aos montantes arrecadados, a anulação da referida especialização implica reconhecer como gasto do exercício os valores estimados por excesso.

Neste contexto, tal como o avançado no capítulo outros rendimentos, a especialização anteriormente descrita teve por base o rigoroso cumprimento das regras previsionais previstas aquando da elaboração dos documentos previsionais.

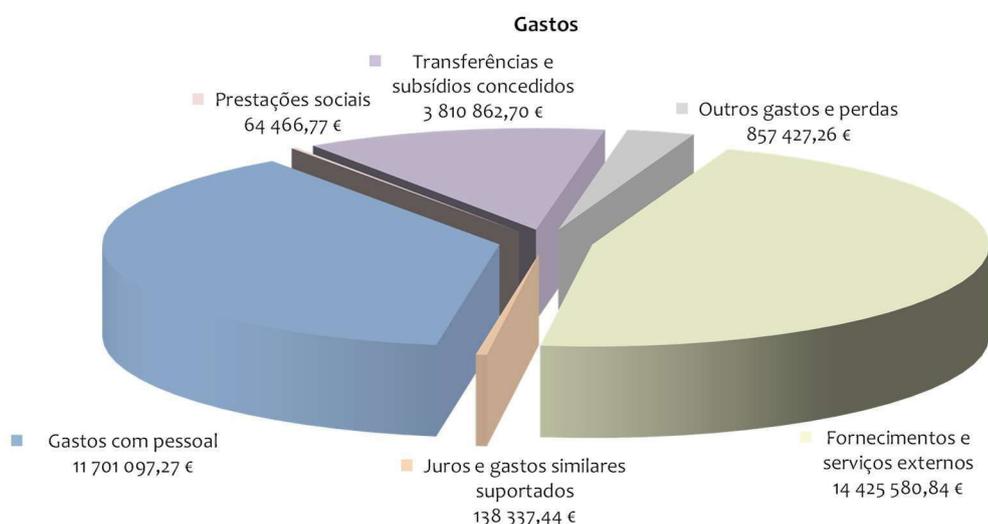
Verifica-se ainda na rubrica **gastos de depreciação e amortização** do exercício um incremento em cerca de 271 mil euros, ou seja, em linha com o período precedente. Este aumento reflete, naturalmente, a amortização dos mais recentes bens de investimento entretanto adquiridos.

Note-se que não entram nestas contas o imobilizado que, no final do exercício, ainda se encontrava em curso, e que se cifram em cerca de 14,3 milhões de euros, das quais se destacam, entre outros, a rede de águas pluviais e residuais, reabilitação dos centros de saúde e das escolas do concelho, reabilitação da piscina de Ílhavo, pavilhão Capitão Nordeste, fórum municipal da maioria da Gafanha da Nazaré, quinta da Valenta, remodelação do piso do rés-do-chão do edifício municipal.

Quanto ao capítulo **juros e gastos similares suportados**, o valor aqui inscrito prende-se com o débito de juros por parte da AdCL – Águas do Centro Litoral, S.A., no âmbito da distribuição de dividendos, momento em que oneram de juros o montante em dívida até 2006, relativo ao diferencial entre a faturação protocolada e a faturação real e cuja regularização com os municípios ainda não se concretizou.

Para além dos juros com o empréstimo bancário e a acrescer ao predito, encontra-se aqui contabilizado o valor de 56 mil euros, respeitante a juros, concernente à operação de amortização parcial da dívida (700mil€), liquidado à mesma entidade.

Mostra-se de seguida gráfico segmentado com a composição dos gastos mais relevantes para a presente análise.



O Município de Ílhavo encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2024 com um **resultado líquido** negativo de 213.600,19€, valor inferior em paralelismo com o período homólogo de 2023, já devidamente fundamentado nas notas que compõem esta análise.

Não obstante, com o devido reajustamento da despesa para suprir o aumento extraordinário de bens e serviços, permitiu que o Município, de forma sustentada, preserve o equilíbrio das finanças municipais.

RENDIMENTOS	GASTOS
36.108.682,28€	36.322.282,47€

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS		2024	2023
Rendibilidade Líquida do Ativo	Resultado Líquido	-0,10%	1,60%
	Ativo		
Liquidez Geral	Ativo Corrente	564,36%	495,28%
	Passivo Corrente		
Liquidez Imediata	Disponibilidades	271,89%	197,30%
	Passivo Corrente		
Índice de Insolvência	Divida a Terceiros	2,63%	3,16%
	Ativo Total		
Solvabilidade	Património Líquido	973,71%	874,76%
	Passivo		
Índice de Autonomia Financeira	Património Líquido	90,69%	89,74%
	Ativo		

A **Rendibilidade Líquida do Ativo**, permite aferir da relação entre os Resultados Líquidos e o Ativo, bem como a relação entre gastos e rendimentos. O resultado deste rácio indica que no exercício de 2024, existiu uma gestão equilibrada dos meios colocados à disposição, com os gastos a serem ligeiramente superiores aos rendimentos em cerca de 0,10% do ativo.

A regra do equilíbrio financeiro preconiza que a **Liquidez Geral**, em termos percentuais, seja superior a 100%, significando nesse caso que não se aproxima situação de dificuldades no que respeita a tesouraria. As finanças do Município em 2024, superaram amplamente esse valor, com este rácio a atingir os 564,36%, e demonstrando uma evolução positiva face a 2023.

A **Liquidez Imediata** mede a existência atual, de dificuldades ou não de tesouraria. O Município apresenta em disponibilidades o valor de 271,89%, das suas dívidas de curto prazo. Isto traduz o cumprimento do preceito legal, que obriga o Município a ter em disponibilidades para liquidar de imediato o total das cauções retidas em dinheiro a terceiros e operações de tesouraria, cujo montante em 31/12/2024 se cifrava em 1.419.125,59€.

O **Índice de Solvência** indica a capacidade que a edilidade tem, para com o seu ativo, fazer face aos compromissos assumidos. O valor de 2,63% traduz a fraca dependência relativamente aos credores, logo a garantia do cumprimento das suas obrigações para com terceiros.

O rácio de **Solvabilidade** indica a capacidade para solver os compromissos de carácter financeiro. O valor indicado por este rácio é de 973,71%, isto é, o valor do património é suficiente para cobrir todas as dívidas do Município.

A estrutura do financiamento das ações da autarquia pode ser analisada, através do **Índice da Autonomia**, que mede até que ponto a atividade está a ser financiada com capitais angariados pela edilidade, o rácio de 90,69%, evidencia que nas iniciativas municipais o recurso a crédito de terceiros tem uma dimensão reduzida.

Os valores obtidos nos rácios demonstram que o Município tem capacidade de satisfazer os seus compromissos financeiros de longo prazo, como aliás tem sido sua característica.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Para a uma análise mais informada da estrutura orçamental do Município de Ílhavo esta leitura deve ter em consideração os mapas das demonstrações orçamentais que acompanham os documentos de Prestação de Contas.

ORÇAMENTO

Resumo do orçamento

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), publicado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no seu artigo 40.º, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, cujo espírito pretendemos manter fiel, conforme cálculos explanados mais à frente nesta análise. Antecipando, a execução orçamental do Município de Ílhavo, para além do cumprimento deste princípio, canaliza a formação da poupança corrente, que se cifrou em cerca de 6,3M€, no financiamento de despesas de capital.

RECEITA LÍQUIDA ✓ 51.570.575,06€	DESPEZA PAGA ✓ 40.007.370,33
TAXA DE EXECUÇÃO ✓ 104,91%	TAXA DE EXECUÇÃO ✓ 81,39%

A taxa de execução do orçamento da receita atingiu os 104,91%, com um total arrecadado de 51.570.575,06€, quando o grau de execução nos períodos homólogos de 2022 e 2023, cifravam-se em 99,17% e 99,87%, respetivamente.

O município obteve, assim, neste último triénio as percentagens mais elevadas neste indicador desde a entrada em vigor da Lei das Finanças Locais, com a particularidade de em 2024 ultrapassar a marca dos 100 pontos percentuais.

As **receitas correntes** cobradas brutas ascenderam a **34.342.275,57€**, e em contrapartida o montante total executado de **receitas de capital** atingiu os **9.596.522,05€**, com a exclusão da integração do saldo de gerência e das reposições não abatidas nos pagamentos.

A **despesa executada foi de 40.007.370,33€**, o que se traduz num nível de **execução de 81,39%**, quando em período homólogo de 2023 era de 80,79% e em 2022 de 80,36%, respetivamente. Também neste indicador verifica-se um crescimento, nos últimos exercícios, na percentagem de execução.

Foi executado o montante de **28.022.072,26€**, das **despesas correntes** orçadas, sendo que no que respeita a **despesas de capital**, esse valor cifrou-se em **11.985.298,07€**.

O quadro infra demonstra a evolução da execução orçamental de 2024 comparativamente com os valores executados no exercício de 2023.

RUBRICAS	2023	2024	VARIAÇÃO
Receitas Cobradas Brutas	40 959 111,28 €	51 750 200,05 €	10 791 088,77 €
Despesas Pagas	33 042 313,69 €	40 007 370,33 €	6 965 056,64 €
SALDO	7 916 797,59 €	11 742 829,72 €	3 826 032,13 €

Pela análise do quadro seguinte, verificamos que o Município de Ílhavo apresentou em 2024 um saldo global de 4,1 milhões de euros, que reflete a diferença entre as receitas efetivas (receitas totais subtraídas dos ativos e passivos financeiros) e as despesas efetivas (despesas totais menos os ativos e passivos financeiros), quando em 2023 esse saldo cifrava-se em 2,4M€.

Por outras palavras, o saldo registado em 2024 revela que o equilíbrio das contas continua a não depender da obtenção de financiamento externo, mas sim na capacidade de autofinanciamento do Município, consequência de uma gestão eficiente da despesa, sem, todavia, colocar em causa os investimentos estratégicos do concelho de Ílhavo.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com a necessária ponderação sobre o financiamento da componente nacional, é a pedra basilar para a concretização de alguns desses grandes investimentos estratégicos, nomeadamente os afetos à área da educação, saúde e habitação.

RUBRICAS	2023	2024	VARIAÇÃO
Receitas Correntes Cobradas Líquidas	31 926 139,75 €	34 164 152,00 €	2 238 012,25 €
Receitas de Capital (efetiva)	2 265 331,37 €	9 596 522,05 €	7 331 190,68 €
Receita Efetiva (1)	34 191 471,12 €	43 760 674,05 €	9 569 202,93 €
Despesas Correntes	23 354 911,51 €	28 022 072,26 €	4 667 160,75 €
Despesas de Capital (efetiva)	8 387 478,54 €	11 670 164,92 €	3 282 686,38 €
Despesa Efetiva (2)	31 742 390,05 €	39 692 237,18 €	7 949 847,13 €
Saldo Corrente Líquido	8 571 228,24 €	6 142 079,74 €	-2 429 148,50 €
Saldo Capital	-6 122 147,17 €	-2 073 642,87 €	4 048 504,30 €
SALDO GLOBAL (1) - (2)	2 449 081,07 €	4 068 436,87 €	1 619 355,80 €

RECEITA

Execução orçamental da receita



A análise da receita far-se-á comparando os valores previstos com os efetivamente cobrados, em 2024, bem como a sua evolução ao longo de períodos precedentes, identificando as parcelas mais significativas da estrutura da receita, com a desejável justificação das principais variações.

Serão analisadas a execução e a evolução da receita global e das suas componentes, corrente e de capital.

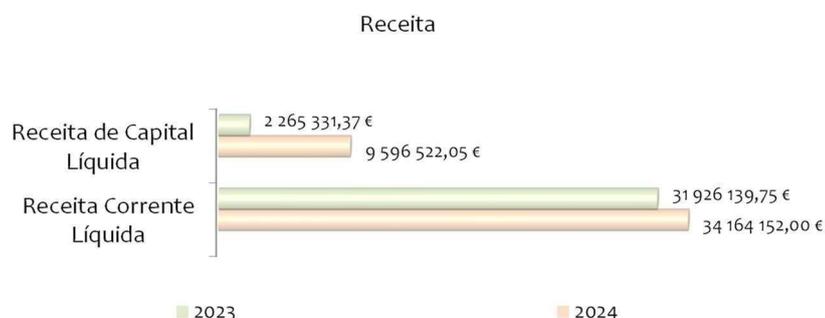
Evolução da receita

Da análise do gráfico infra verificamos que a receita total (expurgado o valor das reposições não abatidas nos pagamentos bem como do saldo de gerência anterior) aumentou significativamente em 27,99% em comparação com o ano de 2023, o que significa um acréscimo de cerca 9,6M euros, justificado em notas posteriores.

Em 2024, as receitas correntes aumentaram em 2.238.012,25 euros (+7,01%), tendo as receitas de capital seguido o mesmo rumo, de forma mais vincada, representando um acréscimo em cerca de sete milhões e trezentos mil euros (+323,63%), resultado, basicamente, do valor arrecadado de verbas comunitárias de obras comparticipadas, superior em cerca de 7,2M€ quando confrontado com o período homólogo antecedente, assim como pelo acréscimo de quase 0,15M€ do valor procedente da participação do Município nos impostos do

Estado, particularmente no excedente previsto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.73/2013.

Fazendo a análise estrutural da receita cobrada em 2024, constata-se que a componente corrente é superior à de capital. Em termos de peso relativo na receita total, a receita corrente e a de capital representam, respetivamente, 78,07% e 21,93%.



As receitas provenientes dos impostos diretos com cerca de 14,7 milhões de euros constituem a fonte de receita com maior peso absoluto, 28,60% do total arrecadado, seguidas das transferências correntes e venda de bens e serviços que somadas ascendem a 16,3M€, que em 2024 foram responsáveis, conjuntamente, por 31,57% da receita do Município.

Grau de execução da receita

Quando comparamos a receita cobrada com a prevista, constatamos que a taxa de execução do orçamento da receita em 2024 foi de 104,91%, tendo sido arrecadado o montante de 51.570.575,06 milhões de euros dos 49.155.800 milhões de euros orçamentados.

Analisando separadamente as componentes corrente e de capital, observamos que se atingiram taxas de execução de 107,85% e 99,22%, respetivamente, correspondendo a um desvio positivo de 2,5M€ na receita corrente, justificado nos recebimentos obtidos, superiores quando comparados à previsão, em todas as rubricas exceto nos impostos diretos e indiretos. Em sentido inverso, embora de forma quase impercetível, a receita de capital ficou aquém do orçamentado em apenas 75 mil euros.

Escrutinando, no que à receita corrente respeita, o desvio verificado fundamenta-se com o maior encaixe de receita proveniente da cobrança de taxas, multas e outras penalidades, com maior destaque para a rubrica de loteamento e obras. No mesmo sentido, verifica-se uma receita superior, comparativamente com o inicialmente acautelado nos documentos previsionais, na venda de bens e serviços correntes destacando-se, neste capítulo, a rubrica de resíduos.

Refira-se que essas previsões foram elaboradas no estrito cumprimento das regras previsionais, calculadas em função da média dos 24 meses anteriores à data da elaboração do orçamento.

Quanto aos impostos indiretos, a taxa de execução atingiu a percentagem de 16,91%, justificada por uma previsão superior ao efetivamente recebido. Neste campo, uma nota informativa da SATAPOCAL veio uniformizar a classificação das taxas cobradas pelos municípios, admitindo que, a contabilização destas, independentemente de serem cobradas a pessoas coletivas ou particulares, devem ocorrer no capítulo 04 (taxas, multas e outras penalidades), em detrimento do capítulo 02 (impostos indiretos). Assim, e tendo em conta a referida alteração, atualmente, os recebimentos assumidos no capítulo 02 respeitam exclusivamente a valores que estavam por cobrar em anos anteriores, isto é, aqueles que estavam registados até à data da predita nota informativa.

Em contrapartida as previsões e a receita cobrada no capítulo 04 apresenta uma taxa de execução bem acima dos cem pontos percentuais.

Relativamente à componente de capital, os capítulos que mais concorreram para o desvio verificado foram a venda de bens e investimento (-761 mil€) e as transferências de capital (+686 mil€).

Neste âmbito releva-se o aumento da taxa de execução das verbas provenientes de participações comunitárias que, neste exercício, atingiram 107,08 pontos percentuais, quando no período homólogo de 2023 essa taxa atingiu uma execução de 38,5%.

Quanto às restantes componentes de capital, tendo em conta que se mostram com valores pouco relevantes, não são retratados nesta análise.

Em comparação com os períodos homólogos de 2022 (99,17%) e 2023 (99,87%), apuramos que em 2024 se registou uma tendência positiva na taxa de execução da receita global (104,91%) e que o atual executivo pretende continuar a manter bem acima dos 85%, o preconizado na Lei 73/2013, espelhando de forma mais fiel a realidade orçamental.

Assim, a execução do orçamento da receita bem acima dos 85%, no triénio em análise, e apesar das vicissitudes oriundas do contexto geopolítico internacional, nomeadamente pelo aumento do custo de vida em diversas vertentes, certifica a capacidade de realização de receita do Município de Ílhavo, e o rigor das previsões efetuadas.

Receita	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida €	%	Varição	% Execução
RECEITA CORRENTE	31 677 553,19 €	34 164 152,00 €	66,25%	2 486 598,81 €	107,85%
IMPOSTOS DIRETOS	14 825 300,00 €	14 746 713,09 €	28,60%	-78 586,91 €	99,47%
IMPOSTOS INDIRETOS	2 600,00 €	439,64 €	0,00%	-2 160,36 €	16,91%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 251 400,00 €	1 978 011,92 €	3,84%	726 611,92 €	158,06%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	900 400,00 €	1 054 566,21 €	2,04%	154 166,21 €	117,12%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11 701 953,19 €	11 927 896,82 €	23,13%	225 943,63 €	101,93%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 984 800,00 €	4 350 530,27 €	8,44%	1 365 730,27 €	145,76%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11 100,00 €	105 994,05 €	0,21%	94 894,05 €	954,90%
RECEITA DE CAPITAL	9 672 308,81 €	9 596 522,05 €	18,61%	-75 786,76 €	99,22%
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	779 000,00 €	17 412,35 €	0,03%	-761 587,65 €	2,24%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8 892 808,81 €	9 579 109,70 €	18,57%	686 300,89 €	107,72%
ATIVOS FINANCEIROS	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	300,00 €	0,00 €	0,00%	-300,00 €	0,00%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200,00 €	0,00 €	0,00%	-200,00 €	0,00%
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	221,97 €	4 184,98 €	0,01%	3 963,01 €	1885,38%
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	7 805 716,03 €	7 805 716,03 €	15,14%	0,00 €	100,00%
	49 155 800,00 €	51 570 575,06 €		2 410 812,05 €	104,91%

A observação do quadro supra permite-nos analisar a estrutura e respetiva execução da receita corrente e de capital.

Receita corrente

Os **impostos diretos**, com uma execução de 99,47 %, representam a maior parcela de receita corrente, com um peso relativo de 43,16%, totalizando quase de 14,8 milhões de euros de receita cobrada líquida, depois de deduzidos os valores atinentes a reembolsos emitidos. Com a discriminação das rubricas que fazem parte integrante deste capítulo, verificamos que, cerca de 6,7 milhões de euros foi cobrada em sede de imposto municipal s/ imóveis, 5,1 milhões de euros respeitantes a imposto municipal s/ transmissões onerosas de imóveis, 1,6 milhões de euros referentes ao valor arrecadado de derrama e aproximadamente 1,3 milhões de euros no que concerne ao imposto único de circulação, cuja comparação da receita cobrada líquida, ao longo do último biénio, se resume no quadro que se segue:

Descrição	2023	%	2024	%	2024/23
Impostos Diretos	15 482 117,09 €	100,00%	14 746 713,09 €	100,00%	-4,75%
Imposto Municipal S/ Imóveis	6 993 692,95 €	45,17%	6 691 207,04 €	45,37%	-4,33%
Imposto Único de Circulação	1 292 441,72 €	8,35%	1 321 287,46 €	8,96%	2,23%
Imposto Municipal s/ as Transmissões Onerosas de Imóveis	5 315 030,05 €	34,33%	5 089 060,50 €	34,51%	-4,25%
Derrama	1 880 952,37 €	12,15%	1 645 158,09 €	11,16%	-12,54%

No que respeita aos impostos indiretos, estes geraram uma receita, pouco significativa, de 500 euros, quando a rubrica de taxas, multas e outras penalidades obteve cerca de 2 milhões de euros.

Estabelecendo uma comparação com o exercício transato, verificou-se um aumento de pouco mais de 500 mil euros na rubrica de taxas, multas e outras penalidades. Concorreu essencialmente para este aumento o valor arrecadado proveniente das rubricas de loteamento e obras (+190 mil euros) e da arrematação de bancas e lojas no mercado da Costa Nova (+280 mil euros).

A acrescentar ao parágrafo anterior, a receita da taxa de gestão de resíduos observou um aumento de 35 mil euros, fruto da atualização do valor da TGR, cobrada pela AdRA aos consumidores finais e devolvida, por esta, aos cofres do município, bem com as multas e coimas por infrações ao código da estrada (+10 mil euros), no âmbito da transferência de competências.

A rubrica rendimentos de propriedade, com uma taxa de execução de 117,12%, abrange, praticamente na sua totalidade, a receita proveniente da concessão de iluminação pública. Contabiliza-se também neste capítulo o valor referente à prestação semestral da cessão de exploração do Museu da Vista Alegre assim como a distribuição de dividendos, referente a exercício transatos, das entidades AdRA - Águas da Região de Aveiro e AdCL – Águas do Centro Litoral e Município. Aqui também se encontra inscrito o valor de 50 mil euros que respeita a juros de capital de depósitos a prazo.

Com uma execução de 101,93% temos as transferências correntes, nas quais se contabilizam, essencialmente, a participação dos municípios nos impostos do Estado. Neste tema, excecionalmente, note-se que a transferência realizada em 2024, atinente ao montante distribuído para efeitos do artigo 35º da Lei 73/2013, assume em 50% a natureza de transferência corrente, ao contrário do verificado em anos anteriores, quando esta era considerada, na sua totalidade, como receita de capital. Cabem também neste capítulo os montantes transferidos no âmbito da transferência de competências nas áreas da educação, ação social e saúde, cujos valores se encontram discriminados de seguida:

Fundo de Financiamento da Descentralização

Descrição	2023	%	2024	%	2024/23
Transferências Correntes	10 125 473,56 €	82,15%	11 927 896,82 €	55,46%	17,80%
Administração Central	10 105 973,25 €	99,81%	11 927 896,82 €	100,00%	18,03%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2 475 648,00 €	24,45%	2 291 041,00 €	19,21%	-7,46%
Fundo Social Municipal	885 892,00 €	8,75%	1 066 906,00 €	8,94%	20,43%
Participação Variável IRS	1 969 918,00 €	19,46%	2 233 163,00 €	18,72%	13,36%
Transferência de Competências Lei 50/2018	4 220 411,00 €	41,76%	4 564 177,00 €	38,26%	8,15%
Participação do IVA	217 543,85 €	8,79%	369 616,81 €	16,13%	69,90%
Art. 35º, nº 5 Lei n.º 73/2013 - corrente	0,00 €	0,00%	835 449,19 €	78,31%	100,00%
Outros	336 560,40 €	3,32%	567 543,82 €	4,76%	68,63%
Administração Local	19 500,31 €	0,19%	0,00 €	0,00%	-100,00%

Neste capítulo, é igualmente contabilizada a receita proveniente de diversas participações financeiras, mormente o financiamento do gabinete técnico florestal, funcionamento da comissão de proteção de crianças e jovens, fornecimento de leite para as escolas, campanha de apoio à esterilização de cães e gatos, apoio à programação rede de teatros e cineteatros e as procedentes do centro de emprego.

Confirmando o panorama de exercícios anteriores, podemos observar que os impostos diretos e as transferências correntes representam 51,72% das receitas totais do Município.

Com uma cobrança total de 16,7 milhões de euros em 2024, o somatório das receitas provenientes dos impostos diretos, indiretos e taxas, multas e outras penalidades, intituladas como receitas fiscais, representam 48,96% das receitas correntes.

Desta forma, destaca-se também o peso relativo que as transferências correntes assumiram neste exercício, cerca de 34,91% do total das receitas correntes, de acordo com a seguinte distribuição:

Note-se ainda a execução das **vendas de bens e serviços correntes**, que se cifra em 145,76%, resulta em parte das receitas provenientes do serviço de captação de água, faturado à AdRA, e dos valores recebidos desta entidade concernentes às cobranças de resíduos sólidos urbanos (RSU) e que traduz em cerca de 2,1 milhões de euros. Refira-se, que no âmbito do protocolo de repartição de responsabilidades, celebrado com a AdRA, na execução de empreitadas diversas, foi arrecadado nesta rubrica o montante de 410 mil euros. Assinala-se aqui, também, a contabilização dos montantes protocolados respeitantes à cedência de espaço para instalação de equipamentos de telecomunicações, renda do parque de campismo, refeições escolares, acesso às piscinas municipais e a receita de bilheteira referente aos espetáculos realizados, sobretudo, os relacionados com o projeto 23 Milhas.

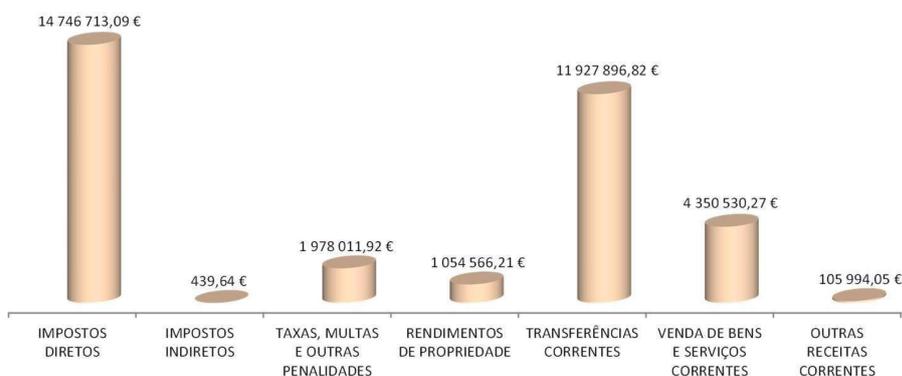
Refira-se que a responsabilidade pelo aumento de receita neste capítulo, comparado com período homólogo anterior, está relacionada, particularmente, com maior arrecadação na cobrança de RSU (+420 mil euros), que à semelhança da TGR foi alvo de atualização de tarifa.

O valor registado na rubrica **outras receitas correntes**, respeita, neste período, quase na sua totalidade, à indemnização recebida procedente dos danos causados no piso de jogo do pavilhão Capitão Adriano Nordeste. Adicionalmente, a diminuição verificada, comparativamente com o valor registado no período homólogo anterior, advém do pedido de reembolso do IVA (221 mil euros), solicitado pelo município e recebido em 2023, no âmbito de um trabalho, centrado nos exercícios de 2020 a 2022, que nos permitiu apurar uma recuperação adicional desse imposto.

Em suma, no ano de 2024, a receita corrente mantém-se como principal fonte de recursos municipais e revela-se essencial para a conservação da capacidade de autofinanciamento do Município.

O excedente desta receita que não é direcionado para as despesas correntes, cerca de 6,3 milhões de euros, fruto do cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, foi, naturalmente, dirigido para as despesas de capital.

O gráfico infra espelha o peso de cada uma das parcelas nas receitas correntes líquidas.



Receitas fiscais

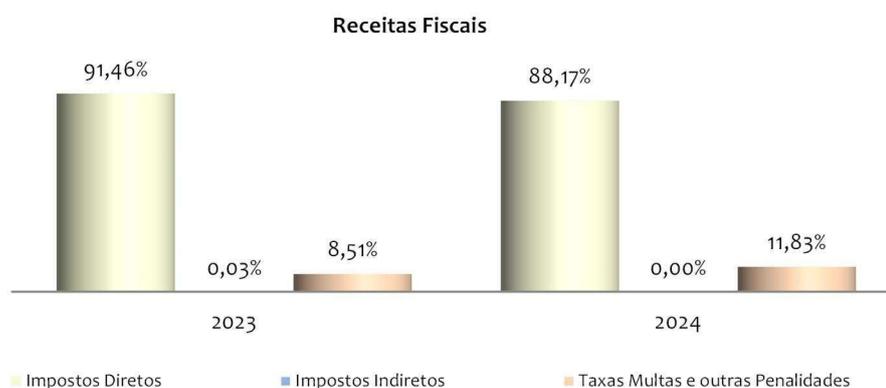
As receitas fiscais que englobam os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a parcela mais representativa das receitas correntes cobradas líquidas, com um peso relativo de 48,96%, de acordo com a análise detalhada que se segue.

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS 6.691.207,04€	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS 5.089.060,50€
IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO 1.321.287,46€	DERRAMA 1.645.158,09€

Os impostos diretos cobrados representam a maior parcela das receitas fiscais, com um peso relativo de 88,17% e um total arrecadado de 14,7 milhões de euros, inferior em 735 mil euros quando comparado com ano anterior, resultado da diminuição das cobranças do imposto municipal sobre imóveis (-4,33%), na cobrança do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (-4,25%), que inclui o valor de compensação de acordo com o inscrito no Decreto-Lei n.º 48-A/2024, e, de forma mais destacada, na cobrança de derrama (-12,54%). Em sentido oposto, verifica-se um aumento de receita no do imposto único de circulação (+2,23%).

As receitas provenientes dos impostos indiretos e das taxas multas e outras penalidades, foram devidamente escrutinadas e justificadas no tema receita corrente.

O gráfico infra evidencia a evolução, em termos percentuais, por capítulo das receitas fiscais:



Receita de capital

A receita de capital totalizou cerca de 9,6 milhões de euros em 2024, o que corresponde a 18,61% da receita total, sendo o seu grau de execução de 99,22%.

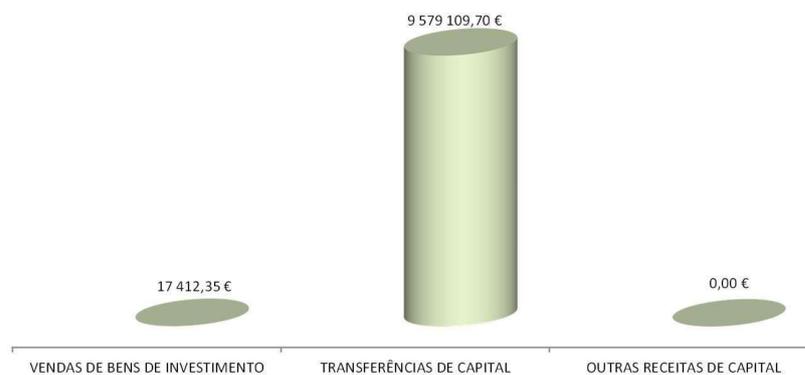
Na rubrica de **vendas de bens de investimento**, com uma execução de 2,24%, apresenta uma receita arrecadada pouco significativa. Por norma, enquadra-se neste capítulo os montantes oriundos da venda de lotes e terrenos.

Com uma percentagem de execução bastante superior, quando comparada com o exercício antecedente, temos as **transferências de capital**, na qual faz parte integrante os valores oriundos da participação dos municípios nos impostos do Estado (componente de capital) e de verbas comunitárias de obras comparticipadas que, à data, ascenderam a 8,4 M€ e que em igual período de 2023 esse valor cifrou-se em cerca de 1,2 milhões de euros, conforme demonstra a tabela infra. Refira-se que foram recebidos, neste âmbito, cerca de 6,8M€, a título de adiantamento, referente às empreitadas dos centros de saúde e das escolas a intervencionar.

Descrição	2023	%	2024	%	2024/23
Transferências de Capital	2 200 288,12 €	17,85%	9 579 109,70 €	44,54%	335,36%
Administração Central	972 040,04 €	44,18%	1 170 167,78 €	12,22%	20,38%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	275 072,00 €	12,50%	254 560,00 €	2,66%	-7,46%
Artigo 35º, nº 5 da Lei 73/2013	684 283,00 €	70,40%	835 449,18 €	71,40%	22,09%
Outros	12 685,04 €	0,58%	80 158,60 €	0,84%	531,91%
Participação Comunitária	1 228 248,08 €	55,82%	8 408 941,92 €	87,78%	584,63%

Não obstante o valor recebido de fundos comunitários, bastante superior em relação ao ano antecedente, mantém-se o quadro anterior no que respeita à imprevisibilidade de arrecadação de receita desta natureza, designadamente no recebimento das obras financiadas, com valores por receber, e que corresponde a empreitadas em curso, ainda os 5% finais de obras já concluídas, ou ainda o acesso a fundos do quadro comunitário.

De igual forma e à semelhança das receitas correntes, apresentamos um gráfico demonstrativo da divisão por rubricas das receitas de capital.



DESPESA

Execução orçamental da despesa

DESPESA CORRENTE

DOTAÇÕES CORRIGIDAS

✓ 30.864.310,00€

DESPESAS PAGAS

✓ 28.022.072,26€

DESPESA DE CAPITAL

DOTAÇÕES CORRIGIDAS

✓ 18.291.490,00€

DESPESAS PAGAS

✓ 11.985.298,07€

Neste capítulo, propomo-nos a fragmentar as despesas do Município, no ano de 2024.

Iremos proceder à comparação entre os valores inscritos no orçamento final com as despesas pagas, o que permitirá observar aos valores de execução das várias componentes da despesa.

Faremos também, tal como na componente da receita, um estudo da evolução das despesas ao longo dos últimos exercícios, bem como da sua estrutura.

Evolução da despesa

Como já foi referido, a despesa global cresceu no último exercício 7,0 milhões de euros (+21,08%), quando comparado com o ano de 2023, tendo a despesa corrente aumentado expressivamente em cerca de 4,7M€ (+19,98%) e a despesa de capital sofrido um importante acréscimo de 2,3M€ (+23,72%), conforme gráfico infra:



No que concerne à despesa corrente, o aumento verifica-se em todas as rubricas desta componente, com principal enfoque nas despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços, cuja informação mais detalhada será fundamentada mais adiante nesta análise.

Do lado da despesa de capital, a variação regista-se igualmente em todas as suas rubricas, exceto nos passivos financeiros que diminuiu 815 mil euros. Com maior destaque temos as aquisições de bens de capital, mais concretamente no que alude aos investimentos pelo pagamento da dívida a fornecedores e as transferências de capital cujo valor apurado se mostrou superior em paralelismo com o ano prévio.

Grau de execução da despesa

O total de despesa global paga em 2024 ascendeu a **40.007.370,33** de euros apresentando uma **taxa de execução de 81,39%**, quando em período homólogo de 2023 era de 80,79% e em 2022 de 80,36%.

É também um desígnio do executivo a maximização desta percentagem, e verifica-se aqui, à semelhança da componente da receita, uma tendência bastante meritória, mantendo a taxa de execução próxima ou acima dos 80%, neste último triénio.

Quanto à estrutura do orçamento executado da despesa, verificamos que a **despesa corrente** tem um peso relativo de 70,04%, totalizando **28 milhões** de euros, e a **despesa de capital**, com um total pago de quase **12 milhões** de euros, representa 29,96%.

Quanto ao nível de execução em relação às dotações corrigidas representados no quadro infra, as despesas correntes atingem os 90,79%, enquanto as despesas de capital cifram-se em 65,52%, de acordo com a análise que se segue.

Despesa corrente

A despesa corrente realizada tal como referido ascendeu a 28 milhões de euros, apresentando um acentuado acréscimo de 19,98%, ou seja, cerca de 4,7 milhões de euros do que em 2023. Quando comparando com o ano de 2022, podemos afirmar que as despesas correntes aumentaram mais de 7 milhões de euros.

O grau de execução do orçamento das despesas correntes foi de 90,79%, ficando 2,8 milhões de euros abaixo do orçamentado. As principais variações negativas em relação ao orçamento final referem-se à aquisição de bens e serviços (-2,2M€), nas despesas com pessoal (-0,47M€) e nas transferências correntes (-0,11M€).

À semelhança de 2023, a rubrica aquisição de bens e serviços é a que provoca maior impacto nas despesas correntes, ficando com o segundo lugar no pódio a rubrica das despesas com o pessoal, cuja justificação segue em nota ulterior.

Despesa	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas		Variação	% Execução
		€	%		
DESPEZA CORRENTE	30 864 310,00 €	28 022 072,26 €	70,04%	-2 842 237,74 €	90,79%
DESPEAS COM O PESSOAL	12 248 250,00 €	11 776 285,51 €	29,44%	-471 964,49 €	96,15%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	17 586 610,00 €	15 358 897,51 €	38,39%	-2 227 712,49 €	87,33%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	149 800,00 €	130 727,55 €	0,33%	-19 072,45 €	87,27%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	705 900,00 €	599 174,03 €	1,50%	-106 725,97 €	84,88%
SUBSÍDIOS	47 500,00 €	47 398,73 €	0,12%	-101,27 €	99,79%
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	126 250,00 €	109 588,93 €	0,27%	-16 661,07 €	86,80%
DESPEZA DE CAPITAL	18 291 490,00 €	11 985 298,07 €	29,96%	-6 306 191,93 €	65,52%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	14 568 590,00 €	8 449 334,84 €	21,12%	-6 119 255,16 €	58,00%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3 403 800,00 €	3 220 830,08 €	8,05%	-182 969,92 €	94,62%
ATIVOS FINANCEIROS	1 500,00 €	0,00 €	0,00%	-1 500,00 €	0,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	317 600,00 €	315 133,15 €	0,79%	-2 466,85 €	99,22%
	49 155 800,00 €	40 007 370,33 €		-9 148 429,67 €	81,39%

Da análise do quadro supra, verifica-se que as **despesas com pessoal** ascenderam a 11,8 milhões de euros, representando 42,03% das despesas correntes e 29,44% do total das despesas. Comparativamente com o período precedente verifica-se um aumento, sobejamente significativo, em cerca de 1,2 milhões de euros. Note-se que o valor registado na rubrica despesas com o pessoal relaciona-se, também, com a atualização da tabela remuneratória.

A acrescer ao referido, contabiliza-se, neste período de 2024, o pagamento das remunerações respeitantes ao pessoal, atualmente afeto aos nossos serviços, decorrente da transferência de competências na área da saúde. Em períodos anteriores este valor não se encontra refletido pelo facto desta transferência ter sido encetada somente a partir de maio de 2023.

Na mesma sequência, refira-se o impacto que tem havido por força do reforço paulatino que temos encetado no sentido de dotar a estrutura municipal de recursos humanos capaz de dar resposta às solicitações e a uma atuação mais presente e exigente que queremos assumir.

O resumo destas vicissitudes impulsionou à referida variação, subdividida conforme tabela infra:

Descrição	2023	%	2024	%	2024/23
Despesas com Pessoal	10 602 596,83 €	100,00%	11 776 285,51 €	100,00%	11,07%
Remunerações Certas e Permanentes	8 307 439,06 €	78,35%	9 414 402,60 €	79,94%	13,32%
Segurança Social	2 124 114,47 €	20,03%	2 03 485,21 €	1,73%	-90,42%
Abonos Variáveis	171 043,30 €	1,61%	2 158 397,70 €	18,33%	1161,90%

Complementarmente, a **aquisição de bens e serviços** mantém-se, também, como uma rubrica de grande influência de natureza corrente (54,81% das despesas correntes e 38,39% das despesas totais), apresentando um total de 15,4 milhões de euros, 27,53% superior ao valor registado em 2023.

O valor registado na rubrica de aquisição de bens e serviços, foi superior em praticamente um 3,3 milhões de euros ao registado em 2023, mas, perfeitamente enquadrado com a realidade municipal. Continua a espelhar os elevados preços praticados pelos mercados, muito por consequência do contexto geopolítico internacional.

Para além dos encargos das instalações, nomeadamente água, eletricidade e gás e o serviço de tratamento e recolha de resíduos, nesta rubrica encontram-se igualmente assinalados os gastos ocorridos com as inúmeras conservações e reparações de equipamentos municipais que carecem de intervenção. Note-se que aqui se enquadram todos os contratos de prestação de serviços e aquisição de bens que permitem o normal funcionamento da estrutura municipal.

Este aumento, tal como adiantado, relaciona-se com o aumento verificado com a prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) e com os custos derivados do contrato de entrega, receção e recolha seletiva e destino final desses mesmos resíduos, que, em paralelismo com o exercício antecedente, ascendeu a setecentos mil euros e que se prevê continue a aumentar de forma desconcertante nos exercícios vindouros.

Acresce ainda uma operação de amortização da dívida à AdCL, no valor de 700 mil euros, que permitirá uma poupança futura com o débito de juros de mora. A mencionada dívida está relacionada com a operação relativa ao diferencial entre a faturação protocolada e a faturação real e cuja regularização com os municípios ainda não se concretizou.

Porém, refira-se que pela análise dos montantes registados nestes últimos exercícios, particularmente neste capítulo, conclui-se que para uma gestão equilibrada, sólida e viável dos recursos da Câmara Municipal, torna-se indispensável afetar a despesa a esta dimensão,

mantendo, no entanto, o cuidado de reduzir os gastos sempre que tal seja possível, sem prejudicar o normal funcionamento dos serviços.

Não obstante, continuará este executivo, com a devida prudência, a adotar as medidas que se mostrem indispensáveis e que sejam flexíveis o suficiente para procurar acompanhar o ritmo das alterações com o objetivo de mitigar o impacto da volatilidade que os mercados demonstram atualmente fruto do contexto internacional.

Importante também salientar o montante registado na rubrica de juros e outros encargos suportados pelo Município, aqui incluídos os juros às entidades financeiras, e aos fornecedores.

Nesta, foram contabilizados orçamentalmente cerca de 90 mil euros, dos quais cerca de 33 mil euros respeitam ao débito de juros por parte da AdCL – Águas do Centro Litoral, S.A., compensados integralmente com o valor líquido dos dividendos relativos ao ano de 2023 a entregar ao Município. Os restantes 57 mil euros traduzem-se em juros referentes à dívida de médio e longo prazo, cujo pagamento encontra-se relacionado com a operação de amortização da dívida já descrita em parágrafo anterior.

As transferências correntes ascenderam a 0,6M€, mais 70 mil euros do que o contabilizado no exercício anterior. Trata-se de transferências concedidas a título de bolsas de estudo, fundo municipal de apoio às famílias e indivíduos carenciados, concessão de apoios sociais aos bombeiros, as participações financeiras protocoladas com Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), retenções realizadas pela Autoridade Tributária (AT) para as freguesias no apuramento do imposto municipal sobre imóveis, entre outros.

De seguida mostra-se a repartição das transferências correntes:

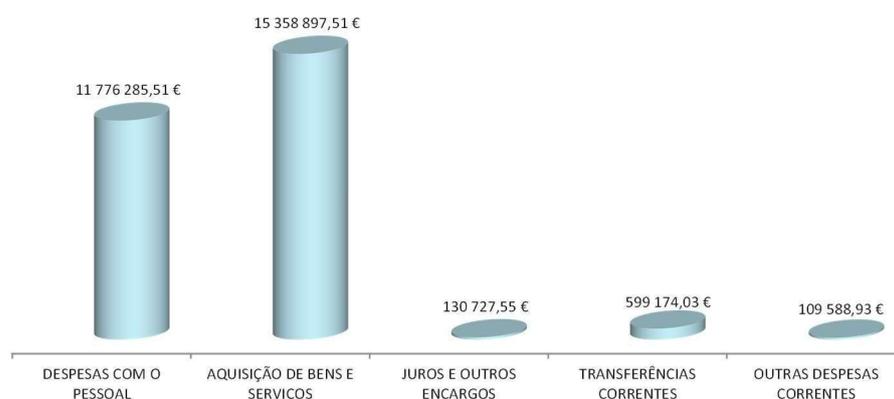
Descrição	2023	%	2024	%	2024/23
Transferências Correntes	527 467,73 €	16,24%	599 174,03 €	15,69%	13,59%
Sociedades Privadas	0,00 €	0,00%	800,00 €	0,13%	100,00%
Administração Local	266 354,80 €	50,50%	333 321,41 €	55,63%	25,14%
Instituições s/ Fins Lucrativos	138 810,27 €	26,32%	108 768,41 €	18,15%	-21,64%
Famílias	122 302,66 €	23,19%	156 284,21 €	26,08%	27,78%

Quanto aos **subsídios**, com 47 mil euros, o valor aqui inscrito respeita unicamente ao pagamento realizado à entidade Município, na qual a Câmara detém uma participação de capital. De acordo com a Lei n.º 50/12, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar o resultado do

exercício, sempre que o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo. Neste caso, foi regularizada uma dívida que se arrastava já desde o ano 2008.

Na rubrica de **outras despesas correntes** inserem-se, fundamentalmente, gastos provenientes de quotas em entidades nas quais o Município tem representatividade, assim como os encargos com o IRC retido pela distribuição de dividendos em consequência das participações de capital detidas.

O gráfico infra reflete o peso de cada uma das parcelas nas despesas correntes.



Despesa de capital

Tendo em consideração a análise do quadro das despesas pagas, constatamos que as despesas de capital atingiram 12 milhões de euros, com uma taxa de execução de 65,52%.

O capítulo **aquisição de bens de capital** representa 70,50% do total das despesas de capital, ou seja, 8,4 milhões de euros, superior em 2,8 milhões de euros em relação a igual período antecedente. A taxa de execução de 58,00% alcançada nesta rubrica mostra-se na mesma linha, quando comparada com o ano 2023 (60,99%) e superior se cotejada com 2022 (55,42%).

Como já referido anteriormente, o montante alcançado em 2024 na rubrica suprarreferida, corresponde à liquidação dos montantes em dívida e que respeitam às diversas empreitadas concluídas, em curso e iniciadas nesse ano, sendo que parte destas são comparticipadas por fundos comunitários, o que demonstra a competente capacidade financeira do município em honrar os seus compromissos.

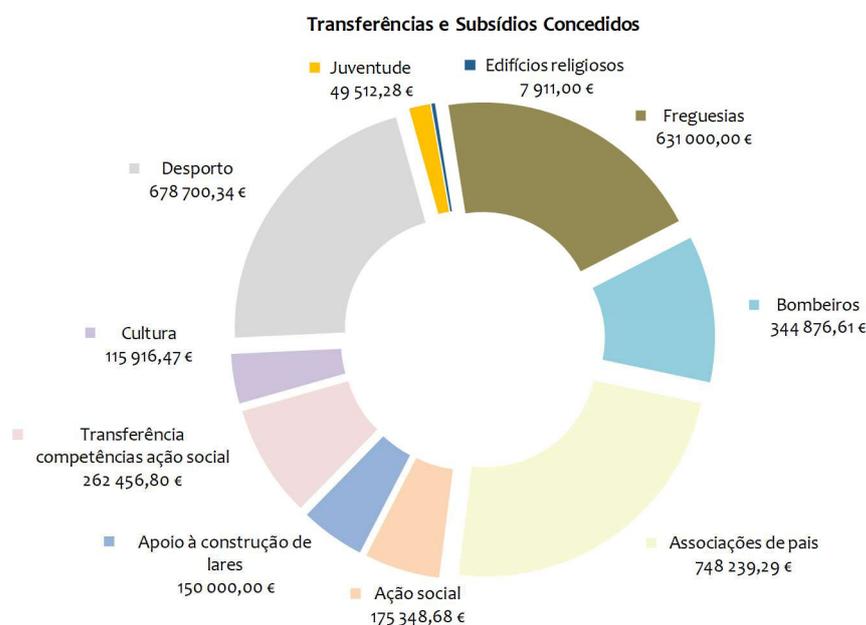
Encontram-se incluídas neste capítulo as **transferências de capital**, com uma taxa de execução de 94,62%, as transferências para as Freguesias (631 mil euros, dos quais 310 mil são retenções realizadas pela DGAL no âmbito da transferência de competências - +10,70%), para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, com cerca de 345 mil euros

(67,09%), assim como os acordos de cooperação celebrados com as diversas instituições com finalidades diferenciadas.

Ressalva-se o aumento registado nas transferências concretizadas para as associações de pais (+18,01%), instituições de solidariedade social (+11,32%), no âmbito da transferência competências no domínio da ação social (+1,20%), instituições culturais (+13,21%) e instituições desportivas (+26,43%). Quanto às instituições relacionadas com a juventude verificou-se também um acréscimo de 21 mil euros (+75,69%) em comparação com o período homólogo anterior.

Ademais, foram realizadas transferências para apoio à construção de lar, pelo segundo ano consecutivo, no valor de 150 mil euros e para apoio à conservação e reparação nas paróquias da Praia da Barra, da Costa Nova do Prado e Moitinhos cujo montante ascendeu a 8 mil euros.

A destriça dos valores supramencionados encontra-se matizada no seguinte gráfico:



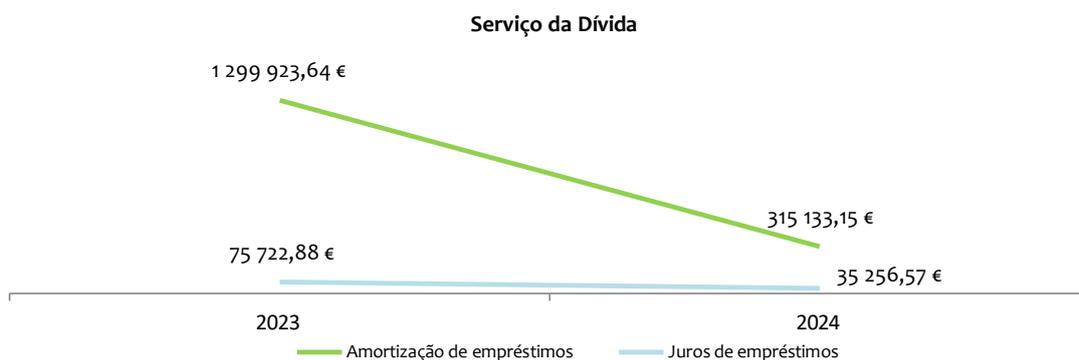
Os montantes ora apresentados foram substancialmente superiores aos registados em 2023, representando um acréscimo de 18,42%, conforme resumo inscrito no quadro infra:

Descrição	2023	%	2024	%	2024/23
Transferências de Capital	2 719 782,03 €	83,76%	3 220 830,08 €	84,31%	18,42%
Administração Local	603 795,14 €	22,20%	677 872,05 €	21,05%	12,27%
Freguesias	570 000,00 €	20,96%	631 000,00 €	19,59%	10,70%
Outros	33 795,14 €	1,24%	46 872,05 €	1,46%	38,69%
Instituições s/ Fins Lucrativos	2 112 186,89 €	77,66%	2 532 961,47 €	78,64%	19,92%
Famílias	3 800,00 €	0,14%	9 996,56 €	0,31%	163,07%

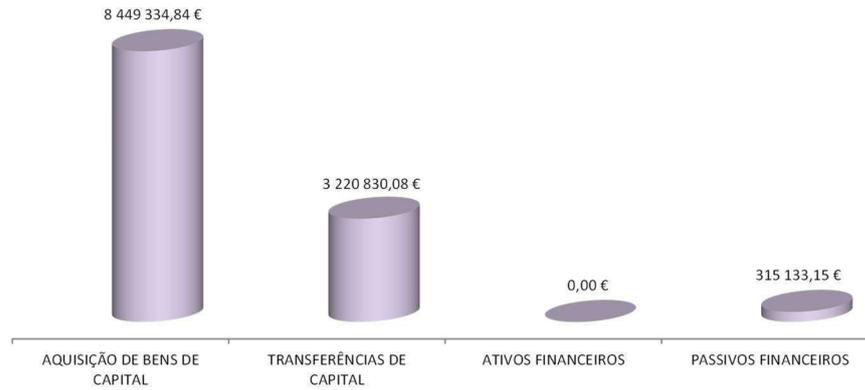
A rubrica de **ativos financeiros** não apresenta quaisquer valores liquidados no exercício em apreço.

As despesas com **passivos financeiros**, no valor de 315 mil euros, correspondem, na sua totalidade, à amortização do único empréstimo bancário ativo. Ainda neste contexto, recordamos que este empréstimo terá o seu término no decorrer de 2026 e que devido à amortização extraordinária concretizada em 2023, a Câmara de Ílhavo, desde essa data, verifica uma poupança relevante na componente de juros bancários.

Mostra-se de seguida gráfico do serviço da dívida do Município, comparando os valores de fecho de 2023 e 2024:



De igual forma e à semelhança das despesas correntes, apresentamos um gráfico demonstrativo da destinação por rubricas das despesas de capital.



INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES ORÇAMENTAIS		2023	2024
Grau de Execução Orçamental da Receita (%)	$\frac{\text{Receita Cobrada Líquida}}{\text{Previsões Corrigidas}}$	99,87%	104,91%
Grau de Execução Orçamental da Despesa (%)	$\frac{\text{Despesa Paga Líquida}}{\text{Dotações Corrigidas}}$	80,79%	81,39%
Saldo Corrente Líquido	Receita Corrente – Despesa Corrente	8 571 228,24 €	6 142 079,74 €
Saldo de Capital	Receita de Capital – Despesa de Capital	-6 122 147,17 €	-2 073 642,87 €
Saldo Primário	Receita Efetiva – Despesa Efetiva + Juros e Outros Encargos	2 575 478,02 €	4 199 164,42 €
Saldo Global / Efetivo	Receita Efetiva – Despesa Efetiva	2 449 081,07 €	4 068 436,87 €

CONTABILIDADE DE GESTÃO

O executivo municipal tem consciência que a contabilidade de gestão se revela de extrema importância, uma vez que permite às Entidades maior rigor na gestão de recursos ao seu dispor, de modo a administrar de forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando-se de um instrumento de gestão interna. O Município de Ílhavo, em resposta a esta exigência, tem vindo a reforçar e reafectar o seu quadro técnico de pessoal que possa de forma mais premente dar resposta aos desafios que se apresentam e cujas incumbências assentam em:

- a) Controlar e processar os documentos contabilísticos nos respetivos centros de custo;
- b) Acompanhar em estreita ligação com os serviços, a criação e desenvolvimento de centros de custos adequados à atividade do município;
- c) Assegurar o fornecimento de toda a informação adequada por parte dos diversos departamentos e sector empresarial local no que diz respeito à contabilidade de gestão;
- d) Colaborar na preparação dos documentos de prestações de contas.

Esta consciência vai de encontro ao disposto na NCP 27, através do qual a contabilidade de gestão assume-se como um importante instrumento de gestão na análise e controlo de gastos, bem como dos rendimentos e dos resultados das atividades, estabelecendo a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

Todavia, dada a complexidade da apresentação do relato como está referenciado na Norma, ainda não é possível apresentar integralmente as divulgações consagradas pela NCP 27.

No entanto, está já equacionado um novo plano analítico que incorpora as preocupações constantes naquela norma e que se perspetiva a sua plenitude a curto trecho em especial com uma estrutura de chaves de imputação que reflitam os custos associados a cada área/equipa ou centro de custos.

Paralelamente temos assumido a preocupação em integrar no plano analítico que irá revogar o atualmente praticado os custos procedentes das transferências de competências que paulatinamente temos vindo a assumir e que tem dificultado a concretização desta obrigação.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma desagregação dos custos por bens, serviços e funções. Esta contabilidade vem ainda completar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

Não obstante, em SNC-AP, é possível desde já apresentar um conjunto de informação que de seguida iremos sintetizar, a qual é efetuada através de uma análise de custos por funções e de uma análise de custos por centro de responsabilidade.

ANÁLISE DE CUSTOS POR FUNÇÕES

A contabilidade de custos do município assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL n.º 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP.

Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições.

Podemos destacar, conforme quadro seguinte, cujos custos se encontram agregados por funções, que o peso das funções gerais corresponde a 10,24% do total dos custos, que representam cerca de 2,2 milhões de euros, sendo que este grupo integra, entre outros, os encargos que contribuem para a melhoria das condições de trabalho e os que respeitam à organização intermunicipal onde se incluem inúmeros projetos com acesso a fundos comunitários. As funções sociais representam aproximadamente 16,4 milhões de euros, correspondendo a 76,83% dos custos do município. A rubrica dos resíduos sólidos contribuiu com 25,72% do total dos custos desta função, ou seja aproximadamente 4,2 milhões de euros, e a do ensino não superior contribuiu cerca de 19%, cerca de 3,1 milhões euros.

Se analisarmos as funções económicas verificamos que representam 2,1 milhões de euros, sendo que a rubrica do turismo a par da rubrica dos transportes rodoviários são as que totalizam praticamente o total das despesas desta função, correspondendo o seu somatório a 2 milhões de euros.

Por fim, as outras funções têm um valor de 2,95% do valor do total dos custos deste município, cifrando-se em 631 mil de euros.

CUSTOS POR FUNÇÕES				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2024	2023	2024/2023
1.	FUNÇÕES GERAIS	2 191 904,27 €	2 560 055,69 €	-14,38%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 770 387,33 €	2 317 787,06 €	-23,62%
1.2.1.	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	421 516,94 €	242 268,63 €	73,99%
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	16 442 547,82 €	11 764 706,31 €	39,76%
2.1.0.	EDUCAÇÃO	1 550,11 €	24 352,00 €	100,00%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	3 109 379,94 €	2 821 734,40 €	10,19%
2.2.0.	SERVIÇOS COLETIVOS DE SAUDE	1 519,07 €	2 690,79 €	100,00%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	29 533,59 €	46 685,16 €	100,00%
2.2.2.	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS	224 981,60 €	1 082,59 €	100,00%
2.3.2.	AÇÃO SOCIAL	1 478 006,77 €	838 078,48 €	76,36%
2.4.1.	HABITAÇÃO	1 090 985,69 €	117 731,51 €	826,67%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1 341 665,04 €	1 129 299,87 €	18,81%
2.4.3.	SANEAMENTO	1 008 833,30 €	828 325,48 €	21,79%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	- €	0,00 €	0,00%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	4 228 514,14 €	3 470 883,13 €	21,83%
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	828 411,86 €	274 709,80 €	201,56%
2.5.1.	CULTURA	1 714 507,76 €	1 288 128,30 €	33,10%
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1 161 552,11 €	767 064,20 €	51,43%
2.5.3.	OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	223 106,84 €	153 940,60 €	44,93%
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2 134 370,89 €	1 391 821,41 €	53,35%
3.1.1.	ESTRUTURAS DE APOIO A ATIVIDADES DOS PESCADORES	83 471,57 €	3 549,79 €	2251,45%
3.2.1.	ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS LIGADOS AO ABASTECIMENTO	10 878,75 €	221 314,00 €	100,00%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1 204 133,13 €	568 257,61 €	111,90%
3.4.0.	MEDIDAS DE INCENTIVO AO COMERCIO LOCAL	3 428,13 €	0,00 €	-100,00%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	22 384,89 €	85 135,49 €	-73,71%
3.4.2.	TURISMO	810 074,42 €	513 564,52 €	57,74%
4.	OUTRAS FUNÇÕES	631 000,00 €	570 000,00 €	10,70%
4.2.1.	JUNTAS DE FREGUESIA	631 000,00 €	570 000,00 €	10,70%
TOTAL:		21 399 822,98 €	16 286 583,41 €	31,40%

Analisando o total de custos por função verificamos que os custos respeitantes às funções gerais e sociais representam 87,08% dos custos totais.

FUNÇÕES GERAIS 2.191.904,27€	FUNÇÕES SOCIAIS 16.442.547,82€
FUNÇÕES ECONÓMICAS 2.134.370,89€	OUTRAS FUNÇÕES 631.000,00€

Da análise evolutiva da repartição dos custos pelas funções verificamos um visível aumento do total dos custos de 2023 para 2024, conforme quadro infra. Verificamos também que se compararmos os custos de 2024 com a média dos últimos 4 anos, mostram que o valor ora apurado é superior a esse cálculo.

EVOLUÇÃO E MÉDIA DOS CUSTOS POR FUNÇÕES NO ÚLTIMO QUADRIÊNIO					
DESCRIÇÃO	2024	2023	2022	2021	MÉDIA 2024/2021
FUNÇÕES GERAIS	2 191 904,27 €	2 560 055,69 €	2 509 017,03 €	3 632 715,71 €	2 723 423,18 €
FUNÇÕES SOCIAIS	16 442 547,82 €	11 764 706,31 €	9 457 563,33 €	9 200 832,64 €	11 716 412,53 €
FUNÇÕES ECONÓMICAS	2 134 370,89 €	1 391 821,41 €	867 632,60 €	848 953,45 €	1 310 694,59 €
OUTRAS FUNÇÕES	631 000,00 €	570 000,00 €	550 000,00 €	550 000,00 €	575 250,00 €
TOTAL CUSTOS POR FUNÇÕES	21 399 822,98 €	16 286 583,41 €	13 384 212,96 €	14 232 501,80 €	16 325 780,29 €

As funções gerais são a exceção, pois apresentam uma diminuição de 14,38% comparativamente com o ano anterior.

Ao analisarmos as funções sociais, e no que respeita aos pagamentos materializados, verifica-se um substancial acréscimo na ordem de 39%. Destaca-se o aumento refletido nos capítulos de ensino por força das transferências concretizada para as associações de pais e nos encargos com as refeições escolares. Na ação social pela empreitada de ampliação e remodelação do fórum municipal da maioria da Gafanha da Nazaré e pelo apoio à construção de lares. Na habitação com a aquisição de um prédio urbano e terrenos. Na proteção do meio ambiente e conservação da natureza pelas intervenções no parque urbano da boca da Barra e da Malhada, assim como pelos gastos incorridos com os resíduos biodegradáveis. Nos resíduos sólidos, justificado com o aumento do valor por tonelada praticado neste serviço. Ainda nas funções sociais assinala-se um substancial aumento no capítulo da cultura (p.e.:23 milhas, aquisição de equipamento de projeção digital e de vídeo para a sala de cinema) e do desporto justificado pela intervenção no Pavilhão Capitão Adriano Nordeste e pela aquisição de marcadores eletrónicos para pavilhões.

Verifica-se, igualmente, um aumento bastante significativo, que ascendeu a 53,35%, registado nas funções económicas. Concorreu para o predito acréscimo, essencialmente, os pagamentos realizados no período em análise, decorrentes da abertura de novos arruamentos e pela pavimentação e marcação de vias municipais, pela requalificação dos passadiços das nossas praias e pelo investimento direcionado para os festivais de verão, nomeadamente o Festival do Bacalhau, do Marisco e da Sardinha.

Por fim, as outras funções, com um acréscimo meritório de 61 mil euros (+10,70%), reflete os montantes transferidos para as freguesias por força dos contratos administrativos de delegação de competências, assim como pelas retenções, concretizadas pela DGAL, aquando do processamento mensal da participação dos municípios nos impostos do estado, no âmbito da transferência de competências.

ANÁLISE POR CENTRO DE CUSTOS

Não tendo ainda sido possível dar absoluto cumprimento ao previsto, designadamente, nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, relativamente à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, bem como à análise das situações afetas às concessões, situação que prevemos concluída a breve trecho.

Contudo, atualmente, é-nos possível extrair informação por centro de custos, num quadro mais lato, sendo esta mais uma ferramenta de gestão ao serviço dos seus utilizadores.

Nota-se um aumento substancial, em termos absolutos, quando confrontados os dois períodos em análise e que se cifra em 15 pontos percentuais, que se pode consultar na tabela seguinte numa configuração sintetizada:

CENTRO DE CUSTOS	2024	2023	2024/2023
FUNÇÕES GERAIS	7 635 633,55 €	6 758 477,75 €	13%
SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7 564 624,71 €	6 697 654,23 €	13%
CUSTO DA ATIVIDADE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	71 008,84 €	60 823,52 €	17%
FUNÇÕES SOCIAIS	20 075 286,53 €	16 256 309,22 €	23%
CUSTO DA ATIVIDADE EDUCAÇÃO	6 532 475,97 €	5 773 032,15 €	13%
CUSTO DA ATIVIDADE SAÚDE	446 819,78 €	248 583,94 €	80%
CUSTO DA ATIVIDADE SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL	362 830,05 €	345 369,70 €	5%
CUSTO DA ATIVIDADE HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	5 261 594,51 €	3 598 174,14 €	46%
CUSTO DA ATIVIDADE SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	7 471 566,22 €	6 291 149,29 €	19%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	1 108 750,06 €	856 238,51 €	29%
CUSTO ATIVIDADE AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	19 055,82 €	23 391,29 €	-19%
CUSTO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL ENERGIA	331 056,41 €	369 113,07 €	-10%
CUSTO DA ATIVIDADE TRANSPORTE COMUNICAÇÕES	107 310,81 €	89 695,84 €	20%
CUSTO DA ATIVIDADE COMÉRCIO E TURISMO	379 999,31 €	252 324,83 €	51%
CUSTO DE OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	271 327,71 €	121 713,48 €	123%
OUTRAS FUNÇÕES	1 416 727,22 €	2 402 255,77 €	-41%
CUSTO DA ATIVIDADE OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	350 389,72 €	1 375 663,55 €	-75%
CUSTO DA ATIVIDADE TRANSFERÊNCIAS ADMINISTRAÇÕES	339 642,32 €	266 746,97 €	27%
CUSTO DA ATIVIDADE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	163 549,32 €	156 229,83 €	5%
CUSTO DA ATIVIDADE MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS	562 953,24 €	505 241,38 €	11%
CUSTO DE OUTRAS ATIVIDADES	192,62 €	98 374,04 €	-100%
TOTAL:	30 236 397,36 €	26 273 281,25 €	15%

LIMITES LEGAIS

Equilíbrio orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental estabelecido no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no seu artigo 40.º, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Em complemento ao bom desempenho financeiro do Município de Ílhavo evidenciado pela poupança corrente do exercício, no valor de 6,3 milhões de euros, destaca-se ainda em 2024 um saldo de equilíbrio orçamental de 6,0 milhões de euros obtidos através do apuramento do saldo

corrente bruto deduzido das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo, cumprindo-se com elevada margem o limite legal.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - NOS TERMOS DA LEI 73/2013	
RUBRICAS	VALOR
Receitas Correntes Cobradas Brutas	34 342 275,57 €
Despesas Correntes Pagas	28 022 072,26 €
Saldo Corrente	6 320 203,31 €
Amortização Média dos EMLP	315 133,15 €
SALDO DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	6 005 070,16 €

O excedente apurado proporciona reforçar o investimento a realizar pelo município numa lógica de equilíbrio orçamental e equidade das gerações futuras, princípios elementares que devem reger a atividade financeira das autarquias.

Limite da dívida total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, introduziu um novo conceito de dívida. Deixa de existir o trinómio endividamento líquido, de médio e longo prazo e de curto prazo, circunscrevendo-se apenas a um limite, o de dívida total.

De acordo com o art.º 52.º, a dívida total de operações orçamentais do Município não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três últimos exercícios.

A acrescentar a isto, uma das novidades deste regime jurídico prende-se com a trajetória de crescimento/ajustamento que um Município deve ter, quer cumpra com os limites ou não. A antiga Lei das Finanças Locais apenas previa uma trajetória de ajustamento no caso de incumprimento do limite.

Passando a explicar, sempre que um Município não cumpra o limite, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo, do previsto na secção III, que se refere ao alerta precoce e recuperação financeira. Cumprindo o limite, só pode aumentar, em cada exercício económico, o valor correspondente a 40% da margem (excepcionalmente, a margem de endividamento prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é aumentada de 20% para 40 %, de acordo com a Lei 45-A/2024) disponível no início de cada um dos exercícios, sem prejuízo dos princípios consagrados no Orçamento do Estado para 2025, nomeadamente que a margem de endividamento referida anteriormente é aumentada para 100%, exclusivamente para assegurar o financiamento nacional de projetos cofinanciados na componente de investimento não elegível.

A situação da dívida total da estrutura municipal a data de 31 de dezembro de 2024, apresenta-se no quadro seguinte:

Apuramento do limite da "Dívida Total" a 31/12/2024		
Total receita cobrada nos 3 últimos anos		87 191 395,92 €
Receita corrente cobrada líquida em 2021	25 782 148,04 €	
Receita corrente cobrada líquida em 2022	29 483 108,13 €	
Receita corrente cobrada líquida em 2023	31 926 139,75 €	
Média da receita		29 063 798,64 €
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos		43 595 697,96 €
Apuramento da Dívida Total		
Dívida total operações orçamentais do Município		2 348 633,52 €
Fornecedores	837 012,15 €	
Financiamentos obtidos	551 482,68 €	
Fornecedores de investimentos	152 396,45 €	
Outros Devedores e Credores (operações orçamentais)	807 742,24 €	
Dívida das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total (a)		444 537,69 €
Dívida Total a 31/12/2024 excluindo operações extraorçamentais		2 793 171,21 €
Capacidade de endividamento		
Limite da dívida total da Autarquia calculada a 31/12/2024		43 595 697,96 €
Montante da dívida total em 31/12/2024 (excluindo operações extraorçamentais)		2 793 171,21 €
Margem absoluta		40 802 526,75 €
Margem utilizável (40% - alínea b) do n.º 3 do art. 52º da Lei n.º 73/2013 e da Lei n.º 45-A/2024)		16 321 010,70 €
Limite da Dívida Total 2024 (Dívida Total + Margem Utilizável)		19 114 181,91 €

(a) Na data deste reporte, as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total ainda não tinham disponibilizado a informação relativa ao fecho do exercício e, como tal, foram considerados os valores referentes ao exercício de 2023.

Ora, os valores indicam que, no final do exercício de 2024, a dívida total de operações orçamentais do Município, à semelhança do ano de 2023, é significativamente inferior à média das receitas correntes dos últimos três anos, atingindo até, um resultado inferior a 10% do limite legal sem majoração, o que se traduz num excelente indicador.

Tendo em conta a margem de endividamento disponível, o município poderia levar o seu endividamento em 2025 até ao montante de cerca de 19 milhões de euros, como se pode aferir no quadro acima.

Assim, no final deste exercício o Município de Ílhavo apresenta uma situação bastante confortável no que respeita ao indicador da dívida total, prosseguindo, desta forma, no sentido de uma redução sustentada e progressiva do endividamento, independentemente da margem utilizável obtida.



Taxa de execução da receita

O limite introduzido pela Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013), define uma taxa mínima de 85% para a execução do orçamento da receita, de acordo com o n.º 3 do artigo 56.º, cuja finalidade será a de limitar a sobre orçamentação da receita, impedindo a realização de despesas orçamentais sem que se verifique a existência de meios monetários para liquidação, uma vez que estes são acautelados pela execução da receita.

Na eventualidade deste limite não ser cumprido em dois exercícios consecutivos, é ativado um alerta precoce em que são obrigatoriamente informadas de tal facto os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como o presidente do órgão executivo e deliberativo do município.

Acresce o cumprimento do objetivo a que este executivo se propôs, isto é, que a execução da sua receita ultrapassasse a percentagem indicativa constante da Lei das Finanças Locais (85%), com a percentagem da taxa de execução mais elevada desde a entrada em vigor da referida lei, que se cifrou em 104,91%, ficando deste modo o Município de Ílhavo fora dos alertas precoces definidos na referida lei.

Note-se que, em 2023, o executivo municipal já havia obtido uma percentagem de execução da receita bastante meritória (99,87%).

TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA - NOS TERMOS DA LEI 73/2013				
	Ano	Limite Legal	Valor Município	Margem %
Taxas de Execução	2022	85,00%	99,17%	14,17%
	2023	85,00%	99,87%	14,87%
	2024	85,00%	104,91%	19,91%

Refira-se que o executivo pretende que a execução da sua receita mantenha estes níveis de execução ao longo do mandato, com o desígnio dos seus documentos previsionais espelharem de forma mais fiel a sua realidade.

Pagamentos em atraso

De acordo com a Lei n.º 8/2012, e à semelhança de exercícios anteriores, a Câmara Municipal de Ílhavo não apresenta pagamentos em atraso, isto é, não tem contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou em documentos equivalentes, salvaguardando as situações excecionais que, por factos não imputáveis ao Município, impossibilitem esses pagamentos.

No presente exercício e tendo em consideração que este indicador só nos é disponibilizado, pela DGAL, após submissão da informação final da prestação de contas, depois de devidamente aprovada, o seu cálculo é realizado pelos nossos serviços técnicos. No entanto, atendendo à complexidade do cálculo manual da sua fórmula, podemos vir a observar ligeiras oscilações, em informações futuras, quando comparado com o apuramento da DGAL.

Por conseguinte, o prazo de pagamentos a fornecedores é, à data de 31 de dezembro findo, de 17 dias, calculado de acordo com a fórmula publicada no Despacho 9870/2009, de 13 de abril, publicado no DR n.º. 71, 2º Série Parte C, o que se revela a manutenção da conduta que foi sendo seguida desde a aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e cujo prazo este executivo tem mantido e pretende continuar a manter, sem prejuízo de oscilações pontuais.

PAGAMENTOS EM ATRASO		
	Ano	Prazo Médio de Pagamentos
PMP	2022	10
	2023	18
	2024	17